



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 18, TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 19ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão de debates temáticos amanhã, às 13 horas e 30 minutos, destinada a discutir a questão da violência e segurança pública, nos termos do Requerimento 10/2018, do Senador Tasso Jereissati e outros senadores.	7
1.2.3 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Preocupação com os efeitos da reforma trabalhista; e outros assuntos.	11
Senadora Gleisi Hoffmann – Comentários acerca de pesquisa realizada pela CUT/Vox Populi referente ao ex-presidente Lula; e outros assuntos.	18
Senador Hélio José, como Líder – Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, que trata da certificação digital das torcidas organizadas; e outro assunto.	23
Senadora Vanessa Grazziotin – Comentários sobre manifesto elaborado por diversos partidos intitulado “Manifesto Unidade para Reconstruir o Brasil”; e outro assunto.	26
Senador Humberto Costa – Críticas à suposta tentativa do Ministério da Educação de impedir a criação de disciplina na UnB intitulada “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”; e outros assuntos.	33
Senador Sérgio de Castro – Destaque às propostas legislativas que visam o aperfeiçoamento e modernização das agência reguladoras.	37
Senador Elmano Férrer – Defesa de projeto de resolução que cria no Senado Federal a Comissão Permanente de Segurança Pública; e outros assuntos.	39
1.3 – ENCERRAMENTO	45



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 19ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 5/2018 (nº 14/2018, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 47

2.1.2 – Comunicações

Do Senador Gladson Cameli, que justifica a não participação de S. Exª em missão programada para os dias 29 e 30 de julho último, nos termos do Requerimento nº 586/2017 (**Memorando nº 4/2018**). . 62

Da Senadora Fátima Bezerra, que justifica a não participação de S. Exª em missão programada para o período de 10 a 12 de dezembro último, nos termos do Requerimento nº 1.048/2017 (**Ofício nº 2/2018**). 62

Do Senador Sérgio Petecão, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 10 a 20 de outubro último, nos termos do Requerimento nº 846/2017. 65

Do Senador Ciro Nogueira, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 22 a 26 de fevereiro último, nos termos do Requerimento nº 43/2018. 65

Do Senador Ronaldo Caiado, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 31 de março a 1º de abril últimos, nos termos do Requerimento nº 91/2017. 65

2.1.3 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra dos discursos e documento encaminhados, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno. 67

Senadora Vanessa Grazziotin - Documentos encaminhados à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 79

2.1.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 100/2018, na origem (**Mensagem nº 8/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, à República do Chade. 88

2.1.5 – Ofício do Ministério da Fazenda

"S" nº 7/2018 (nº 92/2018, na origem), que encaminha o endereço eletrônico por meio do qual podem ser acessados os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 148

2.1.6 – Projeto de Lei do Senado

Nº 72/2018, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa*. 153



2.1.7 – Requerimentos

Nº 70/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à empresa Moto Honda da Amazônia. 159

Nº 71/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). 163

Nº 72/2018, do Senador Otto Alencar, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47/2018. 168

2.1.8 – Término de prazo

Término do prazo, em 2 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 488/2017-Complementar. 171

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 172

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 175

5 – LIDERANÇAS 176

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 180

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 192

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 196

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 245



Ata da 19ª Sessão, Não Deliberativa, em 5 de março de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Sérgio de Castro, da Sra. Vanessa Grazziotin e do Sr. Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 17 horas e 4 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

A Presidência lembra às Senadoras e Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão temática a realizar-se amanhã, dia 6, às 13h30min, para discutir a questão da violência e da segurança pública, nos termos do Requerimento nº 10, de 2018, do Senador Tasso Jereissati e outros Senadores.

Senador Sérgio de Castro, é uma satisfação estar com o senhor aqui, mas lá, no meu Rio Grande, faleceu um grande empresário, que tinha e tem – a sua equipe tem – um enorme compromisso com a questão social, com o crescimento da região onde eu nasci, que é a Serra Gaúcha. Por isso, eu vou aproveitar que V. Ex^a está aqui ao meu lado para fazer a leitura, que eu recebi lá do Estado, deste voto de pesar.

Senador Sérgio Castro e outros Senadores, registro hoje com tristeza o falecimento, na noite do último sábado, 3 de março deste ano, do empresário Raul Anselmo Randon. Ele estava internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Meus sentimentos aos familiares e amigos de Raul Randon – meu pai trabalhou, inclusive, como vigilante na empresa Randon -, aos funcionários de suas empresas e, em especial, ao povo de Caxias do Sul, minha cidade natal, a cidade onde ele iniciou sua grande carreira profissional.

Raul Randon foi um dos maiores empreendedores que conheci; um visionário do mundo do trabalho, que acreditava no desenvolvimento econômico e social. Um grande brasileiro! Determinação e persistência sempre guiaram a vida de Raul Anselmo Randon.

Essas características, aliadas ao planejamento e ao trabalho tanto dele como de toda a sua equipe e de familiares, transformaram a pequena ferraria fundada em 1949 por ele e seu irmão Hercílio no grande conglomerado integrado por nove empresas fornecedoras de soluções em transporte, presentes em todos os continentes e líderes no mercado nacional em seus segmentos.

Raul costumava afirmar: "Fomos ousados em vislumbrar e sonhar o futuro; fomos prudentes nos investimentos e avanços tecnológicos; fomos fortes nos momentos de crise, na adversidade. Por acreditarmos no Brasil [dizia ele], sempre projetamos produtos afinados com o progresso, apostando no desenvolvimento nacional."

A história de quase 70 anos das Empresas Randon confunde-se com a trajetória pessoal e profissional de um de seus fundadores e também dos trabalhadores de Caxias do Sul e da Serra Gaúcha.

Descendente da segunda geração de imigrantes italianos fixados no meu Rio Grande do Sul, no nosso Rio Grande do Sul, Raul nasceu em Tangará, Santa Catarina, no dia 6 de agosto de 1929. Filho de Abramo e Elisabetha Randon, Raul recebeu de seus pais uma educação muito rígida, voltada para o trabalho, para o mundo do trabalho – onde nós todos atuamos. Autodidata, bem-sucedido, adquiriu conhecimentos através de cursos rápidos, palestras, seminários e na vida, aprofundando seus conhecimentos nas áreas administrativas, financeiras, de custos, vendas, produção e, posteriormente, agricultura, fruticultura e pecuária.

Aos 14 anos, foi trabalhar na ferraria de seu pai, aí permanecendo até os 18 anos, quando, em 1948, foi prestar o serviço militar obrigatório, até janeiro de 1949. No retorno do Exército,



associou-se ao irmão Hercílio Randon em sua pequena oficina de reforma de motores. Foi aí que tudo começou.

Em 1956, aos 26 anos, Raul casou-se com Nilva Therezinha Randon, com quem teve cinco filhos: David, Roseli, Alexandre, Maurien e Daniel. Deles vieram os netos: Audrey, Isabelle, Arthur, Victor, Isadora, Marina, Raul Alberto, Laura, Maria Eduarda e Marco Antônio e a bisneta Maria Vitória. Nilva foi a sua fiel companheira até os dias atuais.

O pequeno negócio na área metalmeccânica, iniciado em 1949 pelos irmãos Raul e Hercílio Randon – e eu trabalhei como mecânico em Caxias e, com meu pai, fazendo a vigília, a ronda pelas empresas Marcopolo, Randon e Guerra, tive a oportunidade de conhecer o início desse trabalho –, projetou-se como um dos mais importantes conglomerados da indústria automotiva da América do Sul. O grupo empresarial Randon está integrado pelas empresas controladas, além de filiais e escritórios em todos os continentes.

A característica gerencial do Raul Anselmo Randon foi sempre a de cercar-se de profissionais competentes, tecnicamente bem preparados nas diversas áreas do conhecimento, dando-lhes autonomia operacional e compartilhando com eles os benefícios do sucesso moral, social e financeiro. Assim era Raul.

Milhares de trabalhadores ganharam a vida, construíram suas carreiras profissionais e sustentaram suas famílias através dos milhares de empregos gerados pelas empresas de Raul Randon. Lá na minha cidade natal, Caxias do Sul, é motivo de orgulho para um jovem trabalhar nas empresas do grupo Randon.

Ele é um democrata. Posso dizer, Sérgio de Castro, que muitas vezes eu ia entregar meus boletins, e ele dizia: "A porta da fábrica é aqui, pode entrar no restaurante", para todos. Para todos! Não importava se era do PSDB, do PMDB, do PT; todos tinham acesso e podiam entregar seu material. Desde a minha campanha na Constituinte até as mais recentes, as duas ao Senado, sempre tive acesso dessa forma democrática. Não era nem uma preferência especial. E nem poderia ser, não é? Todos tinham acesso ao próprio restaurante para entregar os boletins. Tenho boas lembranças desse grande homem e das empresas Randon.

Além disso, quero registrar uma passagem muito interessante da minha vida em que estive presente nessa empresa. Meu pai Ignácio e minha mãe Itália, natural dos Campos de Cima da Serra, logo que casaram foram morar em Mato Perso, ali perto. Mas o que aconteceu? Meu pai, na verdade, pelo preconceito que havia na região, acabou tendo que fugir com a minha mãe – aquele negócio de negro e branco, sendo bem franco. E os dois fugiram a cavalo e foram abrigados na região de Mato Perso. E os antigos me contam sobre a época em que meus pais chegaram ali: toda vez que alguém que não tinha concordado com aquele casamento chegava a Mato Perso, dizia que estava à procura de um negrote com uma senhora mais clara. E os italianos diziam: "Aqui não há negrote nenhum." Eles estavam, na verdade, camuflados com meu pai, que era domador de cavalo. Então, eu tenho essa imagem muito bonita daquela época – e contada pelo próprio pai, pois eu ainda não tinha nem nascido.

Enfim, um homem de hábitos simples. O sucesso empresarial, a prosperidade e a solidez dos negócios não mudaram a forma simples com que Raul Randon sempre se relacionou com todos, dentro e fora da empresa.

Foi, sobretudo, como eu dizia, um homem simples, que construiu sua vida através do trabalho duro. Um homem dedicado à família e à comunidade, principalmente da região da Serra.



Herdou dos pais o valor de que o trabalho dignifica o homem, produz riquezas e, conseqüentemente, propicia uma vida melhor.

Perfil corporativo. Em seu conjunto, as empresas Randon produzem um dos mais amplos portfólios de produtos do segmento de veículos comerciais – correlacionados com o transporte de cargas, seja rodoviário, ferroviário ou fora de estrada – dentre as empresas congêneres no mundo.

A Randon Consórcios comercializa e administra grupos de consórcios como forma de promover financiamento aos clientes de produtos finais, enquanto o Banco Randon atua como suporte das vendas com financiamento direcionado a clientes e fornecedores das Empresas Randon.

Em Vacaria, movido por sua característica empreendedora e por sua paixão pela agricultura, criou a RAR/Rasip. Para Raul Randon, a terra devolve em alimentos toda a dedicação e o cuidado recebidos. A RAR/Rasip teve origem na fruticultura, com o cultivo de maçã, na década de 70; hoje, é a terceira maior produtora de fruta no Brasil.

V. Ex^a, que é um grande empresário também, eu sei que está entendendo esse linguajar que nós estamos usando aqui.

Nos anos 90, Raul Randon montou a primeira fábrica de queijo tipo grana da América Latina, lançando a marca Gran Formaggio e produzindo o queijo de receita milenar. Quando eu vou para região, confesso que eu acabo desfrutando desse queijo.

Entidade de classe. Raul marcou presença em inúmeras atividades associativas, empresariais e comunitárias. Recebeu mais de 150 homenagens...

Esta é uma das tantas que ele recebeu. E eu a faço agora, neste momento triste para a comunidade, para os familiares e, eu diria, para o Brasil.

Recebeu mais de 150 homenagens, destacando-se, entre elas, Comendador da Cruz de Mérito Cultural, Mérito Industrial, conferido pela FIERGS; Troféu Homem do Aço 1977, conferido pela Associação do Aço do Rio Grande do Sul; Comenda Mauá, conferida pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Jair Soares, que foi Parlamentar comigo aqui e foi governador – e lembro-me aqui do Jair Soares, porque foi um lutador nessa questão da previdência, trabalhamos juntos aqui; e fica a minha homenagem também aqui ao ex-Governador e ex-Parlamentar Jair Soares –; homenagem da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir), da qual foi o idealizador, fundador, primeiro presidente e presidente de honra; título Cidadão Caxiense, conferido pela Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul; outorga da Medalha do Mérito Mauá, Categoria Cruz Mauá, concedida pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso; Medalha do Conhecimento, instituída pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, com o apoio da CNI e do SEBRAE; homenagem do Presidente da Itália, com a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau Comendador. Também recebeu o Prêmio ADVB, personalidade empresarial, de 2009. Em 2017, recebeu, na Itália, o título de Doutor da Universidade de Pádua, a láurea *Doutor Honorem em Ingegneria Gestionale*, atribuída ao primeiro empreendedor brasileiro pela sua dedicação no âmbito social.

Sei que vocês entendem que a minha pronúncia italiana não é das melhores, mas estou fazendo força aqui pela importância desta homenagem.

Ao longo de sua história, a universidade apontou apenas outro brasileiro, o escritor Jorge Amado – somente um brasileiro recebeu esse mesmo prêmio –, em 1996. Nas últimas edições, laureou o diretor de cinema Steven Biko e Malala Yousafzai, Prêmio Nobel da Paz. Ele ganhou um prêmio semelhante ao que esse prêmio Nobel da Paz...



Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora que chega agora ao plenário, no Brasil, a empresa está presente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo. Fora do Brasil, a companhia está presente, por meio da Fras-le, na China e nos Estados Unidos – Na China, em Pinghu; e nos Estados Unidos, no Alabama. Em Santa Fé, com a Randon Argentina. Em março de 2018, no dia 15, será inaugurada a Randon Peru – por coincidência, na data do meu aniversário. No dia 15 de março, será inaugurada a Randon Peru, em Lima, Senadora Gleisi Hoffmann. Também a Randon atua através de associações e parcerias em vários outros países. Está nos cinco continentes, eu dizia aqui.

Em 2016, a Randon Implementos alcançou a maior marca histórica do produto de número 400 mil. Principal exportador brasileiro de implementos rodoviários, a Randon é responsável por cerca de 70% das unidades exportadas no Brasil.

Um empreendedor, repito, com visão social; Raul Randon, através de suas empresas, foi um empresário com visão social, integrado à sua comunidade.

Vou para a última parte, Senador Sérgio de Castro e Senadora Gleisi Hoffmann.

O Programa Florescer, em Caxias do Sul e em outras cidades brasileiras, está em atividade há 15 anos, atendendo crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos de idade. Desde a sua implantação, já foram atendidos mais de 1,5 mil jovens.

O Programa Qualificar, em parceria com o Senai...

Eu me formei, e tenho muito orgulho disso, no Senai de Caxias do Sul. Por isso sou aqui um defensor. Muitos, às vezes, dizem: "Ah, mas o Paim..." Sou um defensor, sim, do Sistema S. e V. Ex^a é testemunha do papel que cumpriu o Sistema S para a formação no ensino técnico da nossa juventude.

O Programa Qualificar, em parceria com o Senai, oferece – Senai de Caxias do Sul, Nilo Peçanha; onde me formei – cursos no segmento metalomecânico, como o de Aprendizagem Industrial Básica de Operador de Processos de Fabricação de Autopeças, Veículos e Implementos Rodoviários e Ferroviários e de Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais. Já foram atendidos mais de 750 jovens de 16 a 18 anos. Eu sou um dos formados do Senai.

Neste momento tão difícil da vida política e econômica brasileira, espero que a história de Raul Randon sirva como exemplo para milhares de brasileiros, sejam empresários ou trabalhadores, porque ele era, como sempre dizia, um trabalhador, um exemplo de amor ao seu País e a seu povo. Raul Randon não deixou um patrimônio, deixou mais do que um patrimônio: ele deixou um legado! Foi um exemplo de empresário e cidadão brasileiro.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Randon, voto de pesar que eu traduzi aqui, e peço que seja remetido à família, à empresa, enfim, a quem, como de praxe, nós remetemos aqui o voto de pesar.

Era isso. Agradeço muito ao Senador Sérgio de Castro, que me pediu agora um aparte, que concedo de imediato.

Já que eu concluí, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, quero me juntar, como brasileiro, a essa justa homenagem ao grande empreendedor Raul Randon.

Raul, como o Senador bem expressou, é o exemplo do empreendedor que os bons brasileiros desejam, porque é um empreendedor competente. Ele tem a noção de negócio, mas nunca perdeu a preocupação social. Então, é aquilo que todos nós que temos essa atividade empreendedora



desejamos que seja difundido: esse espírito de ganhar e distribuir, gerar riqueza e fazer a riqueza ser distribuída.

Eu participei, como Diretor da CNI, de uma homenagem ao Raul Randon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Então, conheci um pouco da sua vida. Tenho algumas identidades, porque também sou industrial e também estou na agricultura. Tenho pelo Raul Randon uma grande admiração. Acho que a perda não é do Rio Grande do Sul, não é do Brasil, mas do mundo, porque a empresa dele é global. Há quem diga que talvez seja a empresa multinacional brasileira mais bem representada nos continentes. Então, só nos cabe lamentar, mas também nos consolar de que o legado de Raul Randon não vai, ele fica e, com certeza, vai inspirar muitos outros brasileiros a empreenderem, gerarem riqueza e terem preocupação na distribuição dessa riqueza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Sérgio de Castro.

Quando V. Ex^a chegou aqui, percebi que V. Ex^a era um empresário – permita-me dizer –, como Raul Randon, que tem essa linha de apontar para o futuro e de fazer o bem sem olhar a quem.

É claro que seu negócio é importante, como Raul também assim agia. Ele gerou milhares e milhares de empregos, milhares e milhares. Arrisco dizer que, com certeza, só no Rio Grande do Sul, foram mais de 5 mil empregos.

Então, é importante o seu depoimento, com a gente dividindo assim homenagem: eu, um operário, trabalhador, que cheguei ao Senado; e V. Ex^a, um empresário bem-sucedido, que conviveu de perto e, inclusive, deu o depoimento aqui da história do Raul Randon.

Peço a V. Ex^a, agora, se puder, que presida a sessão, porque vou usar da tribuna, depois desse voto de pesar. Em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio de Castro.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio de Castro e Senadora Gleisi Hoffmann, eu, depois que fiz a homenagem a Raul Randon, venho à tribuna para levantar algumas preocupações que eu sei que Raul também levantaria se aqui estivesse.

O nosso Estado está passando, Senador e Senadora, por um momento muito difícil. A falta de chuva no Rio Grande do Sul levou 27 cidades a decretarem emergência. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), os prejuízos com a estiagem, com essa seca ultrapassaram já R\$1 bilhão.

As regiões sul e da Campanha são as mais atingidas, e a Defesa Civil do Estado confirmou que esta é uma das piores secas dos últimos tempos. É muito triste ver os agricultores perdendo suas lavouras. Na Rainha da Fronteira, Bagé, na região da Campanha, o nível dos reservatórios que abastecem os moradores é o pior dos últimos cinco anos. A prefeitura decretou racionamento de água, e a cidade foi dividida em dois setores: metade abastecida por 12 horas, enquanto a outra



fica sem água e, assim, sucessivamente. Em Hulha Negra, os moradores também sofrem com a falta de água. As famílias que dependem da produção das lavouras perderam tudo.

É urgente a aplicação de medidas para amenizar toda essa situação. Confiamos no Poder Público para a abertura de poços artesianos, de açudes, construção de cisternas, aquisição de reservatórios, entre outros, um auxílio para os agricultores também que precisam muito.

O Guaíba, em Porto Alegre, também está com o seu nível precário. Portanto, os problemas não são somente no interior. Muita atenção é preciso nessa hora.

Nós entramos em contato já com órgãos do Governo para que eles olhem com carinho e atenção. Já que se fez tantos investimentos em áreas ou perdão de algumas dívidas, como foi o Refis, em que o último agora que anunciam vai chegar a R\$62 bilhões, eu faço um apelo ao Governo para que também destine verbas para o atendimento a essa situação que é considerada já de calamidade pública. O prejuízo, repito, já ultrapassa a R\$1 bilhão.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitando estes momentos, levantar minhas preocupações com alguns temas, um deles é o Refis. Por isso, eu levantava aqui que o Refis está feito, mas que, na mesma linha, então, atenda-se àqueles que mais precisam.

Quero registrar aqui informações divulgadas pela imprensa nacional de que o perdão concedido pelo Governo Federal no último parcelamento de débitos tributários, Refis, deve chegar R\$62 bilhões, quase o dobro do valor calculado inicialmente pela Receita Federal. Quando eu presidia a CPI da Previdência, os próprios profissionais da Receita Federal diziam que estavam muito preocupados com tantos Refis, que significam abrir mão de recursos da Receita.

A estimativa oficial foi atualizada, porque a versão final do programa, com regras mais generosas, acabou incentivando uma adesão maior que a esperada. Enquanto as dívidas são perdoadas, os trabalhadores e agricultores, como é o caso a que me referi aqui, estão desesperados.

Por isso, faço este apelo ao Governo, inclusive na questão do leite, que é um pronunciamento que fiz aqui outro dia, pois atinge a todos, é desemprego, é saúde precária, falta de segurança, escolas fechando. Enfim, o momento é de muita preocupação, e fica aqui, como eu falava no outro dia, a preocupação também com a situação do setor que produz leite.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria fazer um outro registro. Fui convidado para estar hoje à noite no Clube Farrapos, em Porto Alegre, onde vai ocorrer um ato político dos policiais gaúchos, organizado pelo Ideal Coletivo, representação política dos policiais. Recebi o convite, e o Gilson me dizia: "Paim, nós queremos também ter representantes para Deputado Estadual, Federal, e até ele me dizia que a sua história foi construída assim." Exato. Foi num congresso estadual de trabalhadores que eu fui escolhido para ser Deputado Federal Constituinte, e tive uma experiência muito positiva aqui. Ajudei a escrever a Constituição cidadã. E agora os policiais militares do Estado também querem ter, legitimamente, porque assim é a democracia... Eu quero mais é ver aqui representantes dos empresários, dos trabalhadores, da área rural, da área urbana. Quero ver representantes do serviço público, seja civil ou militar.

Infelizmente, não posso estar com vocês hoje, mas cumprimento a iniciativa. Recebi o convite para estar aí, falar sobre a conjuntura nacional e regional e falar sobre a minha experiência, de como cheguei à Assembleia Nacional Constituinte e estou até hoje: quatro eleições para Deputado Federal e a segunda para o Senado. Mas, infelizmente, não poderei ir por ter tido uma audiência hoje pela manhã, como tenho outra amanhã de manhã. Estamos debatendo, na Comissão de Direitos Humanos, um projeto de segurança com viés social. Estamos já no terceiro debate e vamos ter outro ainda nesta semana, como vamos ter aqui uma bela iniciativa do Presidente da



Casa, um debate amanhã com o tema segurança pública. Eu sei que estará presente o eixo, o Ministro das Forças Armadas e, agora, da Segurança.

Quero cumprimentá-los pela formação do grupo Ideal Coletivo, que visa a efetivar o debate sobre as polícias e o contexto da categoria no plano eleitoral e político. Gilson, é uma bela iniciativa. Cumprimento a todos.

Eu sei que vocês devem somar cerca de 300 mil homens e mulheres, entre policiais da ativa, da reserva e familiares. Merecem, sim, um espaço. Estou tratando disso aqui da tribuna do Senado, com enorme respeito. Tenho certeza de que vocês vão eleger os seus representantes. Contem comigo. Vou participar junto com vocês dessa caminhada pelo Rio Grande. A causa é justa e tem todo o meu apoio. Pode contar comigo.

Apenas cito aqui o nome dos coordenadores para registro. Cumprimento, então, os três coordenadores: o Gilson Noroefé, Coordenador-Geral da APróPM; o Leonel Lucas Lima, Presidente da ABAMF/ANERMB; o Aparício Costa Santellano, Presidente da ASSTBM; e o Daniel Lopes Oliveira, Diretor-Presidente da IBCM. Então, está feito o registro.

Eu gravei um vídeo e o remeti para vocês para incentivar essa caminhada. Sou parceiro nessa longa caminhada da vida, fortalecendo a democracia. E que todos os setores estejam representados no Congresso Nacional que vai ser eleito aqui em outubro, no nosso País.

Por fim, registro mais um documento, de solidariedade ao Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Na sexta-feira passada, dia 2 de março, recebi aqui, no cafezinho do Senado, um comitê do Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. E eles me fizeram um longo relato do que está acontecendo na capital gaúcha e de suas preocupações.

A Secretaria Municipal de Saúde não deu posse ao novo núcleo de coordenação eleito. Isso, segundo eles, é uma demonstração de, abro aspas, "uma intervenção autoritária num processo eleitoral", fecho aspas. Mesmo com o acesso proibido ao auditório do prédio da Secretaria Municipal de Saúde, normalmente usado para as reuniões do CMS, os membros realizaram, mesmo assim, a posse do lado de fora da sede.

Eu achei isso gravíssimo, porque a Prefeitura não deveria intervir. Se há polêmica – e sempre há essas polêmicas, eu conheço bem o movimento sindical –, se houve ou não houve qualquer tipo de desvio, quem tem que decidir é a Justiça. Não cabe à Prefeitura decidir se foi certo ou errado.

Enfim, a proibição do acesso é resultado de circular emitida pela Secretária de Saúde tentando proibir a posse dos novos conselheiros eleitos no dia 22 de fevereiro e o uso do espaço público pelos mesmos. A Secretaria já havia tentado anular o pleito antes.

Conforme os conselheiros, "na história de 25 anos do nosso Conselho, nunca tínhamos vivenciado uma situação como esta. É fundamental ressaltar a importância da democracia e do controle social para a saúde pública. O SUS só existe na democracia".

O Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre teve importantes participações na conquista do SUS, como a mobilização que resultou na criação do Pronto Atendimento lá da Vila Cruzeiro, a luta contra a entrega do Hospital Conceição e do Presidente Vargas às organizações sociais durante o final dos anos 90 e a tentativa de privatização dos hospitais Álvaro Alvim e Independência, que teve a participação sempre positiva e construtiva do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Deixo aqui minha solidariedade a todos os integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.



Sr. Presidente, com estes registros, eu queria terminar minha fala, mas não sem antes registrar nos *Anais* da Casa, independentemente dos documentos que apresentei, as minhas preocupações, que são enormes, em relação à reforma trabalhista.

Nós vamos fazer agora também um ciclo de debates sobre as consequências da reforma trabalhista. Eu estou muito preocupado, mas espero ainda que, via esta comissão especial que formatamos – eu sou o Relator –, a gente avance e ajuste essa questão da reforma trabalhista no sentido de que a gente possa resgatar os legítimos direitos dos trabalhadores.

Preocupa-me quando hoje recebi um documento de motoboys de São Paulo em que me informam que estão sendo demitidos e recontratados como intermitentes ou por contrato autônomo. Preocupa-me!

Recebi hoje a Presidente da Federação Nacional das Empregadas Domésticas: mais ou menos a mesma coisa – isso com a lei que aprovamos aqui, em que teve um papel fundamental, Senador Humberto, Senadora Vanessa, Senadora Gleisi, ex-Senadora e Deputada Benedita. Ela foi a grande líder daquela proposta. Não avançou mais porque não deu, mas ela liderou, mesmo porque ela lidera essa luta das empregadas domésticas desde a Constituinte até hoje. Eu fui parceiro dela. E estão tentando inviabilizar a própria lei. Foi uma lei complementar. Um absurdo: demitindo e querendo contratar como intermitente as empregadas domésticas! Demitindo e contratando como autônomas as empregadas domésticas.

Mas concedo com satisfação o aparte à Senadora Gleisi Hoffmann e, em seguida, à Senadora Vanessa.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada Senador Paim. De fato, é um absurdo mesmo o que está acontecendo. Eu me lembro de que eu era Ministra-Chefe da Casa Civil quando a lei foi aprovada aqui. Tive inúmeras reuniões com a Deputada Benedita, com comissões da Câmara e do Senado, para que a gente pudesse chegar a um formato da lei que garantisse os direitos básicos. A empregada doméstica é uma trabalhadora como qualquer outro trabalhador. E majoritariamente é um público feminino. Olha como é depreciada a condição da mulher e do feminino na sociedade! Ou seja, porque é majoritariamente mão de obra feminina e é trabalho doméstico, então pode ganhar menos, não precisa ganhar o salário, não precisa ter FGTS, não precisa ter seguro-desemprego, não precisa ter férias... Nós conseguimos reverter isso. E foi um debate grande aqui dentro – dentro do Senado e dentro também da Câmara dos Deputados. E agora a gente vê isto que V. Ex^a está dizendo: ou seja, tentando dar um *bypass* na lei e contratar as mulheres, que já são menos remuneradas e já têm dificuldade... Muitas têm que deixar os seus filhos na rua ou sozinhos em casa para ir trabalhar para poder garantir aquele salário pequeno para se sustentar. E agora querem explorar essa mão de obra como trabalho intermitente. Isso é um desserviço à sociedade brasileira, é um desserviço ao povo brasileiro e às mulheres brasileiras, ao serviço, ao trabalho da mulher. Então, eu quero aqui congratular V. Ex^a pelo seu pronunciamento, porque ele está trazendo esse assunto, esse tema. E acho, Senador Paim, que teríamos que fazer algum movimento nesta Casa para não deixar isso acontecer, para que isso não acontecesse, porque nós estamos falando da parcela que mais precisa da gente, que não faz lobby aqui dentro, que não tem uma representação institucionalizada, com grande número. É a parcela mais frágil da população. Eu acho que urgentemente nós precisávamos ter um impedimento de que o trabalho intermitente fosse utilizado para a empregada doméstica.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dados que nos passaram hoje pela manhã – para eu passar à Senadora Vanessa em seguida –: somente 30% ainda têm carteira assinada; setenta por cento não assinaram a carteira ainda. E se vão atacar agora esses 30%, vai sobrar o quê? Daqui a pouco vai haver meia dúzia.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Paim, primeiro (*Fora do microfone.*), quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento de V. Ex^a – não só pelo pronunciamento, mas, mais uma vez, registrar a forma ativa, combativa como V. Ex^a se comporta aqui na defesa daqueles que efetivamente precisam dos seus Parlamentares. Eu me refiro à defesa dos trabalhadores. E me somo a V. Ex^a, me somo à Senadora Gleisi, no sentido de que nós precisamos dar um jeito, Senador Paim, de reverter essa reforma trabalhista. A reforma previdenciária, de que tanto nós falamos e continuamos a falar – V. Ex^a também –, não está enterrada, mas ela está em compasso de espera, esperando o que vai acontecer nas eleições. E eu tenho certeza absoluta, Senador Paim, de que o que eles estão aprontando, o que eles estão organizando é uma punhalada nas costas dos trabalhadores, porque, assim que acabarem as eleições, eles vão voltar, vão trazer de volta à pauta a reforma previdenciária, que não é para acabar com privilégio coisa nenhuma, é para tirar direito da aposentadoria, aumentar o tempo de contribuição das mulheres que ganham um salário mínimo, aumentar o tempo de contribuição dos homens, dos agricultores, das agricultoras. É isso, não é para acabar privilégio, não – não! Agora, a reforma trabalhista eles já a aprovaram, Senador Paim, e, enganaram – não, eles estão tentando enganar a população –, e eles – a quem eu me refiro? Michel Temer e a sua Base de Apoio aqui –, se seguiam nos microfones deste plenário e das Comissões dizendo o seguinte: nós vamos votar a favor dessa reforma trabalhista porque ela será modificada por vetos e medidas provisórias. Assinaram um documento, e cadê as modificações? Nenhuma. E nós dizíamos, V. Ex^a, todos nós: o trabalho intermitente, Senador, abraça qualquer trabalhador de qualquer segmento, qualquer trabalhadora, inclusive as domésticas. Nós dizíamos isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a preocupação – essa é a preocupação.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nós dizíamos isso. Mas não é só o trabalho intermitente, não. O trabalho intermitente é aquele que é trabalhado por hora e que acaba com o salário mínimo, o salário mínimo que é Constitucional: nenhum trabalhador do Brasil pode receber menos que o salário mínimo. Eles acabaram, porque o salário mínimo agora é por hora, não é mais o salário mínimo mensal. Então, o intermitente é aquele que não recebe salário mínimo e ainda tem que pagar do seu bolso para complementar a Previdência. Mas pode receber menos também como autônomo, exclusivo e contínuo – autônomo. Esse é pior ainda porque esse nem trabalhador é, esse é prestador de serviço; esse não tem direito a férias, décimo terceiro, a nada, Senador Paim. Então, eu creio que nós precisamos fazer... E olha que nós chegamos a quase responder a um processo, Senadora Gleisi, no Conselho de Ética porque sentamos aí, nesta mesa, e negociamos – negociamos – uma única emenda aprovada, que era a proibição de mulheres gestantes e lactantes trabalharem em lugar insalubre. Não conseguimos. Lutamos, lutamos, não conseguimos. Mas vamos continuar a lutar, porque essa reforma trabalhista não pode perdurar, Senador Paim. Não pode. Rasgaram tudo que o povo conseguiu em mais de uma década de luta, de sofrimento. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Paim, que traz novamente aqui ao debate nacional uma questão



que é tão grave – tão grave –, porque o moderno para eles, porque eles dizem que é para modernizar, é tirar direito; é obrigar a mulher, a gestante a trabalhar em lugar insalubre; é obrigar empregada doméstica a assinar um contrato de intermitente; é obrigar a modificarem os contratos para contratarem trabalhador autônomo, profissional autônomo, que cabe também em qualquer categoria, em qualquer função. Diziam que os intermitentes, Senador Paim – V. Ex^a se lembra –, seriam para restaurantes, para empresas de organização de festas, que só trabalham em final de semana. Os supermercados foram os primeiros – V. Ex^a trouxe vários aqui – a demitir e a recontratar dessa forma, como intermitentes. Então, nós todos lamentamos o que está acontecendo, mas nós não podemos ficar só no lamento, nós temos que lutar, Senador Paim. Eu tenho certeza de que o exemplo que V. Ex^a dá para o povo brasileiro é o exemplo da boa luta, porque as lutas não são fáceis, mas não são impossíveis. E lutar é necessário para que a gente possa reverter essa barbaridade que eles estão fazendo contra os trabalhadores e as trabalhadoras. Parabéns, Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora Vanessa; obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Quero dizer, pelo outro lado, que recentemente 600 juízes se reuniram num congresso, Senador Sérgio, e chegaram à conclusão de que não há como aplicar essa reforma trabalhista. Tanto é que os juízes mesmos montaram uma comissão de 60 juízes para discutir o que fazer – vou ler aqui na tribuna o documento deles –, porque o texto da reforma foi mal escrito, com uma grande incompetência: quem escreveu não estava preparado para isso, e, infelizmente, o Senado aprovou essa reforma sem lê-la. Eram 117 artigos. Eu li porque fui Relator. Talvez nem eu conseguisse ler isso. Mas, como fui Relator numa comissão, eu tive que ler. Eu fiquei cinco boras ou quatro horas naquela comissão – as senhoras estavam lá – lendo a matéria sobre essa questão. Mas grande parte daqueles que votaram favoravelmente não leram essa matéria.

Quero dizer, para terminar, Senador Presidente, que nós vamos ter duas oportunidades: uma delas é no estatuto do mundo do trabalho, na comissão especial montada pela Senadora Regina Sousa – e eu sou o Relator – para apresentar ao País, até o dia 1º de maio, a primeira versão.

Hoje pela manhã, eu insisti, inclusive, que seria muito importante que os empresários também viessem. Venham, façam o seu depoimento e digam: "Olha, há problema aqui, há problema ali." Eles podem não dizer, mas acho que nessa área avançamos, e é assim que poderemos escrever uma outra CLT – quem sabe? –, de consenso, de um grande entendimento, como foi aquela construída na era Getúlio, em que ele conseguiu conciliar os interesses num certo momento até divergente, mas que por fim fez surgir a CLT.

Essa MP trata também – e essa é a segunda questão, porque da primeira eu já falei: é o estatuto do mundo do trabalho – da reforma trabalhista, porque não há como aplicá-la. Então, foi baixada uma medida provisória, e vai ser instalada, amanhã às 14h30, a comissão. Eu e o Senador Lindbergh faremos parte por indicação da Bancada. Essa será uma oportunidade talvez de a gente rever isso. Sabem quantas emendas há? Nenhuma medida provisória, da Constituinte até hoje, recebeu tantas emendas: aproximadamente mil emendas, 976 parece-me, numa medida provisória, porque o tema de fato é complexo. Mas teremos oportunidade ali de debater. Podemos fazer uma análise, vamos fazer uma análise desse período em que entrou em vigor essa reforma. E aí vamos ver o que aconteceu. Vamos chamar, por exemplo, os professores da Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Foram todos demitidos, e foram contratados outros pela nova fórmula. Vou lembrar também uma universidade lá do meu Rio Grande do Sul que adotou o mesmo procedimento. Vou



lembrar aqui agora os *motoboy*s, enfim, tantos que estão sendo demitidos para que trabalhem pelo espaço criado pelo trabalho intermitente ou contrato autônomo, que são as duas maiores preocupações entre tantas outras. Alguém pode dizer: "Mas esqueceu as mulheres no trabalho insalubre". É claro que não, mas são tantas de que poderíamos aqui falar... Rescisão por correspondência: eu recebi a denúncia essa semana. Juízes vieram aqui a esta comissão especial, trazendo detalhes de como é a rescisão por correspondência.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisa ter um acompanhamento nem do sindicato, nem dos advogados e, daqui a pouco, nem da outra parte interessada, porque eles remetem por correspondência. "Concordou? Não concordou? Não quer? Vá procurar seus direitos." A rescisão vai pela correspondência.

Então, tudo isso está preocupando a todos nós e sei que aos senhores também – é uma reflexão que vamos ter que fazer. Nós que somos tão contra qualquer tipo de trabalho que chegue a abordar, digamos assim, a área do trabalho escravo, sem nenhum compromisso... Por exemplo, hoje me disseram que estão tentando revogar a NR 31. Ela assegura ao trabalhador, por exemplo, o direito à água potável. Se nem água potável se quer assegurar para o trabalhador, vai se assegurar o quê?

Ou aquele projeto que está na Câmara que diz que, se o trabalhador tem um prato de comida, uma lona para se cobrir lá no trabalho assalariado no campo e um chão para pisar,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ele não precisa ter salário, e tudo pode ser descontado. Veja aonde chegamos quando alguém tem coragem de apresentar um projeto desse. Foi muito criticado. Ele se comprometeu a retirar. Retirou da pauta, mas não retirou o projeto.

Depois tivemos também aquele decreto que tentou, via portaria, legalizar o trabalho escravo. Felizmente, o Supremo interveio, e houve o recuo.

Então, nós temos que fazer essa reflexão. Eu espero que a gente consiga, amanhã, na instalação do debate dessa MP, aprofundar esse debate, para que todos entendam que a reforma não deu certo. Se não deu certo, vamos pensar o que podemos construir juntos.

Era isso, Presidente. Agradeço muito a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Paulo Paim, o comentário que eu devo fazer neste momento é de que o senhor é um exemplo de como aproximar o eleitor do representante. Eu acho que não há nenhum eleitor do senhor que reclame de distância de representação com o senhor, porque eu o vejo, permanentemente, citando demandas dos seus eleitores aqui na tribuna. Isso é inspirador. Isso é uma das grandes questões que têm sido colocadas na democracia no mundo. Eu queria parabenizá-lo porque isso não existe com o senhor. O senhor está muito perto dos seus eleitores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente. Eu agradeço, especialmente, a V. Ex^a a parceria que fez comigo quando – eu estava presidindo, e V. Ex^a, ao meu lado – a gente fez aquela homenagem ao Raul Randon, que faleceu; um grande empresário que tem também, como nós todos temos, essa responsabilidade com o social. Muito obrigado, Presidente.



DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(*Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.*) (Vide item 2.1.3 do Sumário)

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*) (Vide item 2.1.3 do Sumário)

Matéria referida:

– Requerimento para inserir em ata voto de pesar pelo falecimento de Raul Anselmo Randon.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Pela lista, eu convido a Senadora Vanessa Grazziotin para a tribuna.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, a Senadora Gleisi solicita falar antes. Eu poderia, então, falar logo em seguida? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Na frente, está o Senador Humberto Costa.

Está a senhora, está o Senador Humberto Costa e, depois, a Senadora Gleisi.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu deixo os dois. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Então, a Senadora Vanessa está cedendo a vez para a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais.

Eu venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, comentar a pesquisa que foi divulgada pela CUT/Vox Populi na sexta-feira, dia 2 de março. Foi uma pesquisa feita nos dias 24 e 26 de fevereiro, com 2 mil entrevistados, em 118 Municípios do Brasil. Essa pesquisa mostra que a maioria do povo brasileiro tem consciência de que o ex-Presidente Lula foi condenado sem provas, por juízes parciais, que atuaram politicamente. E mostra que, na opinião da maioria, Lula não deve ser preso e tem o direito a disputar, mais uma vez, as eleições presidenciais.

E vejam que 91% dos entrevistados – a maioria, principalmente – conhecem o processo sobre o tríplice, que condenou o Presidente Lula.

Os números são muito eloquentes: 40% dos entrevistados dizem que nada ficou provado contra o Lula. A pergunta era simples: "Teve (*sic*) provas de que Lula era culpado no caso do tríplice do Guarujá?" Quarenta por cento das pessoas afirmaram que não; depois, 30% que "sim"; e mais algumas pessoas que não souberam informar.

Mas isso é muito relevante, porque os meios de comunicação da grande imprensa, da grande mídia, sistematicamente falavam contra o Presidente Lula e davam razão ao TRF-4.

Quarenta e seis por cento acham que o Juiz Sergio Moro e os outros juízes tratam Lula de maneira mais dura do que tratam Michel Temer e Aécio Neves. Vejam: 46% da população acham isso.

Quarenta e nove por cento da população entrevistada afirmam que a condenação de Lula foi injusta, sem provas, e que ele não deve ser preso. E 56% – vejam, a imensa maioria – dizem que o processo e a condenação de Lula foram decisões políticas, e não um processo judicial normal.



Não foi por acaso que a Rede Globo e os grandes jornais, a grande mídia brasileira, não publicou essa pesquisa, não deu publicidade a essa pesquisa, porque ela desmente a narrativa desses veículos de comunicação, que insistentemente dizem que Lula é culpado nos processos, que ele é tratado com isenção e isonomia, que não há perseguição.

Então, vejam: as pessoas conseguem perceber que há injustiça no processo do Lula. E você faz uma pesquisa e tem esses resultados. E, aí, os grandes veículos de comunicação não divulgam.

Aliás, um fato interessante que ontem eu constatei, até coloquei no Twitter: a pesquisa patrocinada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Ipsos, que sempre é divulgada mensalmente pelo *Estadão*, este mês foi divulgada apenas no jornal *on-line*, lá no finalzinho, num pé de página, com um título extremamente insosso, que não dava a real dimensão do que era.

Sabe por quê, Senador Humberto? Porque Lula tem uma aprovação maior do que todos os outros candidatos a Presidente. São 42%. E não é só isso: Lula tem uma aprovação maior do que Sergio Moro. Sergio Moro só tem 39% de aprovação. E Sergio Moro está rejeitado por 51% daqueles que foram entrevistados. Foi uma pesquisa do *Estadão*; por isso que não publicaram.

Então, o que acontece? Querem fazer com que a população acredite na versão e na narrativa deles. Mas o povo não é bobo não. O povo tem consciência. O povo sabe o que está acontecendo no País e sabe o que está acontecendo com o Lula, porque, mesmo sem ter tido acesso livre aos argumentos da Defesa, nos meios de comunicação da grande mídia, aos nossos pronunciamentos, às nossas falas aqui, em sua sabedoria, o povo percebeu a fragilidade das denúncias, a parcialidade do Juiz Moro, a combinação de votos no TRF-4, coisa que nós já divulgamos aqui desta tribuna. E percebeu que o seu maior líder, o candidato da esperança, e eu diria "o candidato da confiança", é vítima de uma perseguição política sem precedentes.

E há um outro recado importante nessa pesquisa, muito importante – relevante eu diria: 48% acham que Lula e qualquer outra pessoa, Sr. Presidente – qualquer outra pessoa –, só pode ser presa depois de recorrer aos tribunais superiores e não apenas com base na decisão de tribunal de recurso, como é o caso do TRF-4.

Ou seja, a nossa Constituição é clara e diz que ninguém pode ser preso a não ser depois do trânsito em julgado de sentença condenatória. Ora, o trânsito em julgado de sentença condenatória é depois que se recorreu a todas as instâncias. Não é em segunda instância. Decisão de segunda instância não traz trânsito em julgado.

Então, ao decidir o contrário, o Supremo Tribunal Federal feriu a Constituição. Mas mais do que isso: fere também a percepção de justiça da população: 48% acham que não pode ser preso sem trânsito em julgado.

Na semana passada, eu estive no Supremo Tribunal Federal junto com a Senadora Fátima e mais quatro Deputadas, para falar com a Ministra Carmem Lúcia – como Senadora, no meu direito de Senadora que sou, representante que do povo brasileiro, e, portanto, acho que expresse a vontade desses 48% entrevistados. Fui conversar com ela junto com as Parlamentares, para que aquela ação declaratória de constitucionalidade sobre a prisão depois do trânsito em julgado fosse colocada em votação. O País está suspenso, com insegurança, em relação a isso. Fui pedir. E acho que tinha de direito de fazer essa visita de maneira respeitosa. Aí vi alguns jornais, meios de comunicação, dizendo que fomos pressionar. Nós não fomos pressionar. Eu não me sinto pressionada quando juízes vêm a esta Casa para falar conosco; nem me senti pressionada quando recebemos aqui diversos candidatos ao Supremo, ao STJ, porque é normal eles virem falar. Portanto, eu não acho que fui pressionar ninguém. Eu fui exercer o meu direito de cidadã, mas



mais do que isso, de Senadora da República e Presidente de um partido político, para pedir, pedir mesmo, que o Supremo coloque em votação, porque isso não é um problema do Presidente Lula; isso é um problema de muitos cidadãos que hoje estão indo para a prisão depois da segunda instância. E o próprio Supremo, contrariando a sua decisão – que está valendo –, tem liberado essas pessoas. Fica claro que não há base constitucional, e, muitas vezes, está-se tratando de sentença arbitrária. Então, eu acho que esta Casa, o Senado da República, que representa a Federação, deveria fazer, sim, uma ação junto ao STF, solicitando que essa matéria fosse pautada, assim como sempre que temos ações de outros Poderes, inclusive do Judiciário, para que matérias sejam pautadas, nós estamos abertos a essa discussão, e, na maioria das vezes, esta Casa pauta e decide essas matérias.

Concedo um aparte ao Senador Humberto.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Gleisi Hoffmann, inicialmente eu queria parabenizá-la pela manifestação de V. Ex^a, trazendo aqui, para o plenário do Senado, essas informações tão relevantes, oriundas de uma pesquisa feita e paga por um grande jornal de circulação nacional, que se tem caracterizado, inclusive, por uma posição frontalmente contrária ao Presidente Lula, ao PT e a tudo que nós representamos. E essa pesquisa demonstra, claramente, que a população brasileira soube entender o que, de fato, está acontecendo no nosso País e, por essa razão, tem-se colocado claramente em repúdio às perseguições políticas de que têm sido objeto o Presidente Lula e o PT, e repúdio, além de tudo, acima de tudo, à seletividade que a Justiça brasileira tem tido. Veja bem, Senadora: aqui mesmo, nesta Casa, há pessoas que já foram gravadas, que já foram identificadas fazendo ameaças de morte, pessoas que mandaram buscar malas de dinheiro para si, para outrem... O próprio Presidente da República já foi grampeado, gravado, também dando ordem para irem buscar malas e também pedindo para continuarem apoiando o ex-Deputado Eduardo Cunha, para que ele permanecesse calado. Então, as pessoas são inteligentes. Elas veem, por exemplo, que há gente aqui mesmo, neste Senado, com conta lá no exterior, fruto de propinas, e não acontece nada. Agora mesmo foi descoberto esse Paulo Preto. Descobriram que ele tinha conta na Suíça, R\$113 milhões, e, durante a Lava Jato – que é uma operação tão cuidadosa, que vai a fundo de tudo –, tirou dinheiro da Suíça para colocar num país da América Central, num paraíso fiscal, e a Lava Jato não viu nada. E sabe por que é que a gente está sabendo disso? Não é porque alguém foi lá para buscar informação; é porque o Ministério Público da Suíça mandou para cá, e o Paulo Preto mandou para o Supremo, porque ele está com medo de ficar só – quer ficar com os caciques do PSDB. Agora, essas pessoas estão livres, não estão ameaçadas de prisão... E livres, inclusive, para disputar a eleição. Por isso, o povo brasileiro tem a noção do que há hoje: essa grande conspiração, lamentavelmente, para a direita tentar se manter no poder. Parabéns pela denúncia que faz V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço o aparte, Senador Humberto.

Antes de prosseguir, quero cumprimentar aqui quem nos visita, hoje, no Senado da República. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

E quero dizer, Senador Humberto, que, por incrível que pareça, só vai haver um impedimento do Presidente Lula de participar dessas eleições se não for julgada ou não for revista essa posição do Supremo Tribunal Federal. Inclusive, quem está preso na Operação Lava Jato ou qualquer



outra operação da Polícia Federal que queira disputar a eleição, hoje, pode disputar – inclusive Eduardo Cunha. Só o Presidente Lula vai ser impedido de disputar. Não pode ser justo isso.

Se o Presidente Lula tem que ser julgado, que seja julgado dentro dos parâmetros que a Constituição estabelece. Nós não temos nada em contrário. Vamos defendê-lo, sabemos que ele é inocente, a Defesa dele tem sido eloquente, mas tem que ser dentro do devido processo legal. Não pode, para ele, ser diferente.

Na quinta-feira, saiu uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, ratificando a decisão do TRF-4, que absolveu o Vaccari, tesoureiro do PT, em duas situações. Absolveu, e o STJ ratificou.

Pois bem: essa ação de absolvição do Vaccari é a mesma ação do Presidente Lula. É o caso do triplex, da Coban, da cooperativa bancária. Só que, no momento de processar e julgar, separaram o Presidente Lula. Fizeram a ação de uma forma, ligada à Petrobras, para que ele não viesse para São Paulo; e o Vaccari não. Então, quer dizer: absolve um e condena outro, por uma questão de foro? Então, é uma questão política.

É só isso que nós queremos: nós queremos justiça. Que a Constituição que diz que ninguém pode ser preso ou ter os seus direitos suspensos antes do trânsito em julgado de sentença condenatória... E o trânsito em julgado é na última instância. Portanto, no Supremo Tribunal Federal. Não pode ser preso e não pode ter os seus direitos suspensos. É isso o que nós queremos. Simples assim, como para qualquer cidadão nós queremos.

Por isso, a gente tem insistido na candidatura do Presidente Lula. E há um outro fato interessante: 54% dos entrevistados da pesquisa Vox Populi acham que Lula deve ser candidato a Presidente da República, e 48% acham que o povo deve julgá-lo, que tem que ter direito de julgá-lo politicamente. É isso o que a gente pede.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi, quero me somar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senadora Vanessa, quero só aproveitar para fazer um registro da presença, aqui, de professores e alunos do Centro Universitário de Lavras, Minas Gerais.

Obrigado, Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu também aproveito, na esteira de V. Ex^a, e desejo a todos uma profícua visita a Brasília. Mas, Senadora Gleisi, eu quero me somar a V. Ex^a em seu pronunciamento, no registro de uma pesquisa que mostra o sentimento da população brasileira. V. Ex^a esteve, com tantos outros Parlamentares, com tantas outras lideranças do Brasil inteiro, em Porto Alegre, acompanhando aquele julgamento. Eu não pude ir, por razão de saúde, mas eu acompanhei de casa, assisti pela televisão – eu nem piscava – todo o julgamento. E eu tenho certeza, convicção absoluta, de que o brasileiro e a brasileira que tiveram oportunidade de assistir àquele julgamento tinham a impressão nítida de que estavam diante de um teatro, algo que foi perfeitamente combinado – combinado. A modulagem da pena, tudo. O discurso, o que um falava, o que o outro falava, Senadora. Veja: condenaram o ex-Presidente Lula por ele ser proprietário de um apartamento que não lhe pertence, que nunca lhe pertenceu, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nem a posse.



A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nunca lhe pertenceu. Aliás, vai a leilão. Aí, eu fiquei lá, só ouvindo. O Relator, o Gebran, salvo engano, Gebran, o nome do desembargador Relator, disse: "Não, fato é que..." Veja V. Ex^a: "Fato é que o apartamento não está no nome do Presidente Lula, nunca esteve. É da OAS. Mas, então, a OAS é laranja do ex-Presidente Lula..." (*Risos.*)

Desse jeito.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Inacreditável.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, e mais: acho que, na hora em que ele elaborou o voto dele, ele pecou em um aspecto, porque ele leu o depoimento – não me lembro do nome da pessoa – do responsável da Odebrecht pela reforma do apartamento, e no depoimento o responsável pela reforma do apartamento, quando questionado se aquela reforma era para o Presidente Lula, disse que não, que era para qualquer pessoa que quisesse comprar o apartamento. Ou seja, o que eles não disseram à Nação foi que, de todos os depoimentos prestados, inclusive de representantes da construtora – todos! –, apenas um tentou sustentar que o apartamento seria do Presidente Lula. Um! E foram dezenas de depoimentos. E o Presidente Lula foi condenado. É óbvio! Aí, Senadora, querem que o Brasil acredite que justiça está sendo feita? Nesse caso, justiça não está sendo feita. É por isso, Senadora, que V. Ex^a – além de ser uma Senadora muito competente e ativa e Presidente do Partido dos Trabalhadores –, sabe que essa não é uma luta do PT; essa é uma luta de todos os democratas do País, em defesa do Presidente Lula, da figura dele, mas, acima de tudo, em defesa da justiça, em defesa da democracia, em defesa do Estado de direito. É por isso que o meu PCdoB, é por isso que tantas lideranças e tantos outros partidos se perfilam a esse pensamento, ao pronunciamento de V. Ex^a – juristas no Brasil inteiro e no mundo inteiro – na luta contra aquilo de que nós temos convicção que está sofrendo o Presidente Lula: perseguição política. E estão utilizando "justiça" – justiça entre aspas – para efetivarem essa perseguição contra o Presidente. Deixem que o povo brasileiro escolha quem quer que seja o seu Presidente. O meu Partido tem uma pré-candidata, uma candidata, Manuela D'Ávila, mas nem por isso podemos virar as costas à luta justa da população brasileira. E a luta justa, o correto, hoje, é ficar ao lado da justiça; e ficar ao lado da justiça, Senadora Gleisi, é ficar ao lado de Lula. Então, cumprimento V. Ex^a, sobretudo quanto a essa pesquisa, que, creio, relata e retrata o pensamento da maioria da população brasileira.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Nós somos a favor do pacto constitucional de 88: eleição livre e democrática. Foi isso que nós pactuamos. E eleição livre e democrática parte do pressuposto de que ninguém pode ser proibido de participar dessa eleição se não tiver uma condenação.

Nós vivemos uma crise institucional. E o Brasil exige, para essa crise, decisões corajosas; exige respeito à essência da democracia, muito além do cumprimento de formalidades vazias, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. E o respeito à essência da democracia só se dará pela realização de eleições livres, com a participação de todas as forças políticas, sem vetos artificiais e autoritários.

Foi isto que a pesquisa mostrou: que o povo não é bobó; sabe o que está acontecendo no seu País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José pela Liderança do PROS.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio de Castro, Senador do Estado do Espírito Santo, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, Sr^a Senadora Gleisi Hoffmann, Sr. Senador Humberto Costa, Sr. Senador Paulo Paim, nossos ouvintes da TV e Rádio Senado, eu venho falar aqui sobre um assunto que, na última semana do ano passado, o Fantástico colocou, fazendo uma criminalização indiscriminada, nobre Presidente e senhores ouvintes da TV Senado, dos torcedores de futebol, como se todo mundo fosse igual, fazendo uma criminalização indiscriminada de todas as todas organizadas, que fazem a festa, que fazem o espetáculo colorido dos estádios, uma coisa inconcebível.

Depois daquela reportagem do Fantástico, nós que discutimos bem aqui o Estatuto do Torcedor, a Lei do Futebol... Estive visitando o Ministro dos Esportes, estive conversando com o Ministério da Justiça, estive conversando com uma série de outras entidades, para discutir a importância da certificação digital das torcidas organizadas, tal como previsto no Estatuto do Torcedor, na lei que garante o acesso aos espetáculos, para fazer a separação do joio do trigo.

Ontem, mais uma vez, uma tragédia ocorreu depois do espetáculo de Corinthians 1, Santos 1. Foi fora, bem longe do estádio: torcidas organizadas se defrontaram, fizeram um quebra-pau, e mais uma vez uma vítima. Morreu um homem. Aqui, pela reportagem do G1: "Morre homem espancado em briga entre torcedores de Santos e Corinthians, diz PM"; "Vítima morreu em Hospital de Itaquaquecetuba. A Polícia Militar diz que 21 integrantes da Torcida Jovem do Santos foram detidos, entre eles dois menores." Quer dizer, uma situação lamentável!

Nós não podemos continuar tendo nossos espetáculos maculados por essa questão, meu nobre Senador Humberto Costa. V. Ex^a sabe que o Santa Cruz tem uma torcida fanática lá no seu Estado, Pernambuco; o Náutico e o Sport também têm torcidas muito aguerridas. Não dá para haver um quebra-pau e saírem mortos na festa mais maravilhosa que é o futebol.

Então, precisamos caminhar de fato para cumprir o Estatuto do Torcedor, e não criminalizar as torcidas organizadas – nem a Leão, que é do Sport, nem a Coral, que é do Santa Cruz – por causa de confusão de um ou outro marginal infiltrado no meio das torcidas organizadas, que são importantes. Por isso, precisamos encaminhar essa questão da certificação digital.

No Senado Federal, existe o PLS 68/2017, que está discutindo esse tema. Em relação aos arts. 193 e 202 desse Projeto de Lei do Senado nº 68, a minha emenda parlamentar visa a transformar esses artigos no seguinte dispositivo.

Art. 193. O controle e a fiscalização do acesso do público a arena esportiva com espetáculos para mais de 20.000 (vinte mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas e com identificação biométrica dos espectadores, assim como deverá haver central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente e o cadastramento biométrico dos espectadores.

Isso, meu nobre Presidente Castro e meus nobres amigos e amigas Senadores da República, visando a separar o joio do trigo, porque aqueles que estão devidamente penalizados pelo Estatuto do Torcedor, com a certificação digital, não poderão acessar o estádio, porque automaticamente estarão no cadastro negativo. Aqueles que estiveram com um mandado de prisão por quaisquer



outros motivos no nosso País – ou até fora do nosso País – também estarão no cadastro negativo, não podendo acessar o espetáculo. Dessa forma, nossas famílias, nossas crianças...

Eu sou cruzeirense e sei como é a Máfia Azul contra a Galoucura em Minas Gerais quando há jogo, no Mineirão, entre Cruzeiro e Atlético. Ontem, inclusive, meu Cruzeiro ganhou por 1 a 0 do Galo. Quer dizer, galo bom é galo bem feito e na panela. E o meu time, que é o Cruzeiro, conseguiu, mais uma vez, ganhar um jogo importante.

Mas o espetáculo vale mais do que briga e do que confusão. Então, o grande objetivo é garantir que, assim como há hoje as carteiras de estudante dos alunos, toda torcida organizada tenha sua carteirinha com o devido *chip*, para saber quem são as pessoas que estão ali acessando, via certificação facial, para não haver fraude no sistema, para que a gente consiga, meu nobre Senador Humberto Costa, dar paz. Eu não sei qual o time de V. Ex^a, se é o Santa Cruz, o Sport ou o Náutico...

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Náutico.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É o Náutico Capibaribe.

Então, é para que, quando o Náutico for jogar contra o Sport ou contra o Santa Cruz, a gente não veja a guerra entre as torcidas, porque todo mundo está indo lá para curtir o espetáculo lindo que é o futebol brasileiro. E nós precisamos encaminhar questões importantes como esta.

Eu já apresentei essa proposta, esse projeto todo ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça; estou com reunião marcada também no Conselho Nacional de Justiça, que tem a ver com a aplicação do Estatuto do Torcedor. Nós não podemos ficar calados, meu nobre Senador Paulo Paim, que é lá do Rio Grande do Sul, vendo a torcida do Grêmio, a torcida do Juventude, do Caxias, do nosso Internacional se digladiando. Todo mundo vai é para assistir ao espetáculo, para vibrar com o espetáculo. E nós precisamos estar juntos, livrando-nos essas tragédias.

No art. 202 dessa lei eu também estou propondo o seguinte: "para o espectador com mais de 16 anos de idade, estar devidamente cadastrado no sistema de controle biométrico para efeito do art. 193 da lei". Quer dizer, também o torcedor com mais de 16 anos teria que estar cadastrado, para evitar tragédia.

A justificativa dessa questão, meus nobres Senadores, meu nobre Senador Paulo Paim, é que as alterações propostas pela emenda em tela visam à implementação de mecanismos que permitam cadastrar torcedores e identificá-los quando do acesso às arenas. O fim maior dessa medida é impedir o acesso daqueles torcedores com restrições judiciais fruto de envolvimento em infrações ou crimes comumente relacionados com a violência no esporte e, consequentemente, tornar os estádios mais seguros.

Eu queria conceder um aparte ao Senador Paulo Paim para ele falar do Rio Grande do Sul. O Grêmio ou o Inter? Como é lá, nobre Senador?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pior que eu não pedi o aparte, mas ele me fez a provocação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu fiz questão de fazer essa provocação.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De fato, a preocupação existe. Todos nós combatemos todo tipo de violência, principalmente – V. Ex^a está na linha certa – nos estádios de futebol. As divergências entre Grêmio e Inter e Caxias – V. Ex^a lembra bem –, enfim, entre todos os clubes, do meu Estado e de outros Estados, são legítimas; mas nós que somos amantes da democracia não podemos permitir nenhum tipo de violência.



Vemos estádios em que um jovem é espancado no chão, até com aquele taco de... Como é que se chama?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – De golfe.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Golfe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Um absurdo!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um absurdo!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Um absurdo!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E morrem. Morrem ou ficam com sequelas gravíssimas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Aqui em Brasília mesmo, Senador Paulo Paim, no jogo entre Flamengo e Palmeiras, houve um torcedor do Palmeiras que veio a óbito por causa da briga, da confusão que houve.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, V. Ex^a, como um homem público, como um Senador preocupado com isso, apresenta um projeto para tentar diminuir essa violência, para que todos possam assistir ao espetáculo com tranquilidade. Acho que V. Ex^a foi corajoso em apresentar a proposta e tenho certeza de que V. Ex^a vai estar aberto ao debate para construir caminhos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o objetivo do seu projeto? Combater a violência, para que a gente possa ir com a família, com o filho, não importa a idade, com a namorada, com os amigos a um estádio de futebol, assistir àquele espetáculo, que é belíssimo. Eu sou um apaixonado pelo futebol. Eu joguei nos juvenis do Flamengo e do Caxias, do Juventude. Quando falo em Flamengo, dizem: "Mas Flamengo em Caxias?" É que eu sou do tempo do antigo Flamengo, que agora virou Caxias. E claro que é uma diversão. E eu cumprimento V. Ex^a, que está em sintonia com o povo. Ninguém quer violência. Quer ter turma organizada? Quer ter torcida? Que tenha! Mas vá para lá para curtir o espetáculo. Vá para lá até para namorar, vá para cantar! Vá para se divertir! Mas não se pode permitir espancamento de pessoas, como é a linha do seu projeto; é para evitar isso somente. Então, mais uma vez, parabéns a V. Ex^a. E repito: V. Ex^a, que foi o Relator da CPI da Previdência e fez um belíssimo trabalho, ouvindo a todos. Eu, como Presidente, meu papel era presidir, mas quem pegar a cartilha vai ver que, quando você está lendo o relatório, eu faço assim para o relatório... (*Palmas.*)

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado Senador Paulo Paim.

Graças a Deus, com a sua Presidência e com o trabalho da nossa comissão, conseguimos aprovar o nosso relatório por unanimidade; juntos conseguimos enterrar a reforma perversa, a PEC da morte, a PEC 287.

Graças a Deus!

E vamos ficar atentos, não é, Senador Paulo Paim?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito atentos!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Meu nobre Senador Sérgio Castro, Presidente desta sessão, o Ferroviário, Desportivo Ferroviário, e o Rio Branco, do seu Estado, o Espírito Santo, não



são diferentes – e até o Vitória também. Consequentemente, a gente precisa pacificar os estádios, dar condição para que o espetáculo funcione de uma forma adequada.

Está havendo muitos jogos do campeonato carioca lá em Cariacica, no seu Estado, no estádio de Cariacica, que é uma cidade grande, na grande Vitória. A gente precisa evitar, inclusive, o confronto de torcidas de times que visitam outros Estados. Por exemplo, esses dias houve um espetáculo entre dois times do Rio de Janeiro, o Boa Vista e o... Se eu não me engano, foi a final com o Boa Vista... Acho que foi Flamengo; não sei... Vasco, não é? Quer dizer, mesmo assim, a gente precisa ter esse cuidado.

Então, se nós tivermos a certificação digital – mesmo não sendo torcedores lá do Estado ou sendo torcedores do Estado –, todos terão que ser devidamente identificados facialmente; consequentemente, nós poderemos evitar confusões, crises, óbitos e perda de vidas desnecessária. Por isso a linha deste projeto.

Eu quero agradecer a V. Ex^a pela condescendência do tempo e quero dizer que, com muita satisfação, quero incorporar também o aparte do nobre Senador Paulo Paim.

É com muita satisfação que apresento este projeto, para a gente ter paz nos estádios. E o Ministério do Esporte está bastante interessado em encaminhá-lo, junto com o Ministério da Justiça, e eu vou estar conversando com o CNJ também, com o Conselho Nacional de Justiça, exatamente para a gente poder fazer valer o Estatuto do Torcedor, e não criminalizar indistintamente os torcedores brasileiros, nem as torcidas organizadas.

Muito obrigado a V. Ex^a. Um forte abraço e tudo de bom para o senhor.

Obrigado.

Obrigado, nobres Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Hélio José, tratando de tema relevante da segurança dos apreciadores do futebol e demonstrando a sua cultura futebolística. Conhece os times de futebol de todos os Estados.

Parabéns!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Sérgio de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Na sequência dos inscritos, eu convido o Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Saiu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Então, convido a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio, o Senador Humberto Costa permutou comigo e, por essa razão, que não seja considerado falta, não. Somente por essa razão, ele não se encontra no plenário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu venho à tribuna, neste dia, para falar a respeito de um importante evento ocorrido no último dia 20, aqui no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados, num dos grandes auditórios, salas de sessões da Câmara dos Deputados. Foi um evento de que participaram as presidências de partidos políticos:



do Partido dos Trabalhadores, Presidente Senadora Gleisi Hoffmann; a Presidente do meu Partido, Deputada Luciana Santos; o Presidente do PDT; o Presidente do PSOL. E foi um evento, uma manifestação, um ato público, Sr. Presidente, de que, além das presidências dos partidos, também participaram os presidentes das respectivas fundações: Fundação Lauro Campos, do PSOL; Fundação Maurício Grabois, do meu Partido, o PCdoB; Fundação Leonel Brizola, do PDT; e a Fundação Perseu Abramo, do PT.

No dia 20 do mês que passou, esses partidos políticos... E aqui eu quero também abrir um parêntese, para dizer que, neste documento, há muito do DNA do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que não apôs, desde aquele momento, a sua assinatura por conta do congresso nacional que eles teriam, e tiveram, no último final de semana, quando o tema seria debatido, mas a Direção Nacional do PSB muito contribuiu para o lançamento desse manifesto.

E o manifesto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é em prol da unidade para a reconstrução do Brasil, Senador Paim, um manifesto que, primeiro, abre dizendo o seguinte: "... independentemente das estratégias e táticas eleitorais do conjunto dessas legendas partidárias progressistas" que assinam esse manifesto, independentemente, portanto, da tática eleitoral de cada um, esses partidos se reúnem para clamar e lutar pela unidade para a reconstrução do nosso Brasil.

É um manifesto muito importante, que visa o resgate da Nação brasileira, o resgate de um projeto, de um novo projeto de desenvolvimento nacional, para que a gente possa retomar o caminho do desenvolvimento, mas um desenvolvimento com inclusão social. E esse manifesto fala o porquê da necessidade.

É importante que quem esteja nos ouvindo, Senador Paim, quem esteja acompanhando esta sessão e que tenha interesse em acessar esse manifesto... Eu não vou lê-lo na íntegra, porque é um manifesto bem significativo, mas peço, desde já, Senador Paim, requeiro a V. Ex^a, que inclua nos *Anais* desta Casa este manifesto que justifica o porquê da necessidade de um novo projeto nacional de desenvolvimento, relatando a crise em que nós vivemos, em que o mundo capitalista vive, a crise do capitalismo, que já perdura há mais de dez anos, o que essa crise vem provocando no Brasil e o que vem acontecendo no Brasil, principalmente depois da substituição do Governo, através daquele golpe parlamentar.

A gente costuma dizer que não foi apenas um golpe contra quem o Brasil elegeu democraticamente, mas foi um golpe contra a política que até então vinha sendo implementada. Portanto, foi um golpe contra os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Basta que façamos um balanço do que este Governo vem fazendo desde que assumiu o poder até agora, quais as medidas e quais os projetos que o Congresso Nacional vem votando, quais os projetos que o Governo Federal vem encaminhando ao Congresso Nacional. Alguns são projetos de reforma profunda. Entretanto, são reformas que atacam diretamente a nossa soberania, que atacam diretamente a organização do Estado brasileiro como indutor do desenvolvimento nacional e da geração de emprego e, pior, atacam diretamente programas sociais instituídos a fim de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, como o programa Mais Médicos, com que aos poucos estão acabando, Senador Humberto Costa; a Farmácia Popular, porque não existe mais nenhuma no Brasil, nenhuma farmácia popular. O que eles mantêm é tão somente o convênio, o programa através do Aqui tem Farmácia Popular, mas a cada dia que passa eles diminuem o número de medicamentos que fazem parte do programa, dificultando, assim, o acesso da



população brasileira a um insumo básico, essencial, indispensável à manutenção da saúde e da vida.

Eu, como farmacêutica, sempre fui crítica de que, nas políticas de saúde do Brasil, nas políticas públicas, a assistência farmacêutica não fosse algo obrigatório. Foi no governo do Presidente Lula que nós demos esse importante passo. V. Ex^a tem participação disso, Senador Humberto Costa. V. Ex^a era Ministro da Saúde quando se criou o Farmácia Popular. Foi no seu Ministério que isso foi criado. Então, nós tivemos essa conquista. Eu pergunto para o povo, eu pergunto para as pessoas: a parte da assistência médica é fundamental, a do diagnóstico da doença é fundamental, a das cirurgias é fundamental; agora, sem o medicamento para a recomposição e recuperação da saúde, o ciclo se completa? Não.

Eu fui Vereadora da minha querida cidade de Manaus durante dez anos. Eu recebia muitas pessoas, não eram poucas pessoas com receitas nas mãos dizendo: "Vereadora, olha aqui, eu fui ao médico, fiz o exame e está aqui a receita, mas eu não tenho dinheiro para comprar isso." O Governo vinha mudando a forma de aplicar a política da saúde incluindo a assistência farmacêutica, mas agora eles estão acabando, eles estão simplesmente acabando com ela.

Vamos lá, com relação ao Minha Casa, Minha Vida, diminuíram efetivamente a execução do programa para aqueles que ganham até três salários mínimos e ampliaram ou, pelo menos, mantiveram o financiamento para a classe média. Com relação às universidades públicas, está proibida a abertura de novas vagas, proibido por lei que eles aprovaram. O Fies, que chegou a financiar 700 mil jovens num ano, agora tem um teto de 100 mil bolsas por ano. Então, golpeiam aí também o trabalhador. E mais, não satisfeitos em golpear, não satisfeitos em acabar praticamente com os programas sociais, atingem o trabalhador diretamente.

O Senador Paim acabou de sair da tribuna e falou das empregadas domésticas, que estão sendo contratadas através da modalidade de contrato intermitente, aquele em que se recebe por hora. Não há mais diarista. Agora é contrato intermitente. Chega a casa, a mulher diz: "Limpe aqui, lave ali, está bom, pode ir embora, porque agora não me serve mais, não preciso mais."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Eu te dou três horas, vou te pagar as três horas e vá embora."

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – "E vá embora, exatamente, porque agora eu não preciso mais."

Enfim, o manifesto a que me refiro, Senador Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, destaca exatamente isso, deixa claro. Ele registra que estão sendo eliminadas ou mitigadas conquistas de natureza patriótica, democrática e popular alcançadas pela luta do povo brasileiro nos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. A carteira de trabalho, que vem da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), foi rasgada. Está lá: o princípio da reforma trabalhista é que o negociado se sobrepõe ao legislado. Então, não precisa mais fazer lei. É o mercado que domina tudo.

Então, veja: se eles dizem, eles têm que fechar o ciclo, Senador Paim. Olha a lógica deles. A lógica da modernidade é a seguinte: é o mercado que regula tudo. O mercado regula absolutamente tudo. E tem que regular, inclusive, as relações trabalhistas. Se estão produzindo bem, então tudo bem, contrata mais, não precisa ser contrato intermitente. Se não estão, demite, diminui o salário, não paga o salário mínimo. Enfim, é isso.

O manifesto, Sr. Presidente, elenca, no item 2, os elementos para um novo projeto nacional de desenvolvimento, da convergência que precisamos obter na sociedade brasileira. É um manifesto de alguns partidos políticos progressistas, repito: o meu PCdoB, o PT, o PDT, o PSOL



e, certamente, o PSB, aqui estará. É um manifesto que queremos que seja da sociedade brasileira. Então, propugna aqui pela convergência que é necessária e indispensável, convergência da sociedade para retirar o País da crise e proporcionar a abertura de um novo ciclo político de prosperidade e melhora da vida do povo brasileiro.

Aliás, abro aqui um parêntese, Sr. Presidente, para falar que o resultado do PIB foi divulgado na semana passada. O crescimento do PIB foi 1%, só que veja bem: nós somos o 32º país – Noruega, Bélgica, Reino Unido, Sérvia, Peru, Portugal, Taiwan, Singapura, Lituânia, Indonésia, Filipinas, Israel, Áustria, países que cresceram muito além do Brasil. O Brasil cresceu 1%, está entre os que menos cresceram no Planeta.

Aliás, não é esse o único indicador. A renda *per capita*, no ano de 2011, ocupava a 59ª posição, Senador Paim, entre 191 países. Em 2017, ano passado, 79ª. Caímos dez posições em renda *per capita*. Então, o que nós temos que colocar sobre a mesa é a necessidade da retomada do desenvolvimento, do crescimento da nossa economia. Mas para quê? Para distribuir renda. Aí está a grande diferença.

O que a gente tem criticado todo dia quando vem à tribuna? A gente tem criticado e tem mostrado números. Que a crise é a crise do povo. Não é a crise do centro do capital. Por quê? Porque, enquanto o povo perde os seus empregos formais, enquanto o povo perde os seus salários, os bancos ampliam a sua lucratividade.

No ano de 2016, o Banco Itaú Unibanco aumentou a sua lucratividade, aumentou os seus lucros e chegou a um lucro de aproximadamente R\$22 bilhões – em 2016. O povo perdendo trabalho, perdendo emprego, perdendo salário, perdendo tudo, tendo de tirar filho de colégio particular, tendo de diminuir despesas, tudo, vendendo bens, e o Banco Itaú Unibanco teve um lucro crescente, superior a R\$22 bilhões. Pois, em 2017, continua a crise para o povo, mas o lucro do Itaú subiu e chegou a R\$25 bilhões, Senador Paim.

Então, vejam: o povo sofre, está sendo tirado do povo para irrigar a fortuna de quem já é proprietário e detentor de grandes fortunas. Nós aqui criticamos. Se a reforma tem de vir – e nós concordamos que tem de vir reforma –, não é da previdência, não é a trabalhista. É uma reforma tributária que deva estabelecer no País, um sistema tributário mais justo, um sistema tributário que alcance as grandes fortunas, um sistema tributário que alcance a tributação da distribuição de lucros e dividendos. O País é um dos pouquíssimos do mundo que não se utiliza desse tributo. E não falam nada. E fica tudo quieto.

No próprio Imposto de Renda, se formos ver, as poucas faixas que há são injustas para com a população brasileira, para com o trabalhador assalariado. E "muito bem, obrigado" para o grande rico, para o milionário, porque esse não paga tributo. Quem paga tributo é o povo brasileiro.

Enfim, no manifesto, levantam-se aqui quais as tarefas imediatas. Esta eu faço questão de ler, Senador Paim: "Restauração da democracia, do Estado democrático de direito, do equilíbrio entre os Poderes da República". Isso é necessário. A democracia está abalada.

Aliás, eu recorro, Senador Humberto, ao Ministro Lewandowski, que foi quem disse, logo após, entre aspas, o "*impeachment*" da Presidenta Dilma, numa longa entrevista a um grande jornal do Brasil: "Vivemos uma pausa na democracia." Foi ele quem disse. Não fomos nós quem dissemos. "Vivemos uma pausa na democracia." Mas o mundo não pode suportar uma pausa na democracia, como se fosse algo normal. Então, é necessário, sim, restaurar a democracia e buscar o equilíbrio entre os Poderes.



O segundo ponto: garantia da realização das eleições de 2018. Aí quem está nos ouvindo diz: "Como assim? A eleição não está marcada? Não é em outubro?" Sim, nós tememos, Senador Paim. Do jeito que as coisas vão, nós tememos e devemos lutar muito para manter eleições. Agora, eleições democráticas, eleições livres, de que ninguém seja impedido de poder participar, como o caso do Presidente Lula. Dizem: "Ah, mas ele não está sendo julgado?" Não. Aquilo não é um julgamento. Foi condenado por algo que não é dele. Como a Justiça brasileira comporta esse tipo de decisão?

Por isso, eu tenho muita esperança no Supremo Tribunal Federal porque é inadmissível que a Justiça brasileira condene alguém por ter recebido uma propina que não se materializou, que não existe. O Presidente Lula foi condenado por ser dono de um apartamento e nunca o foi. Então, o objetivo é político, Sr. Presidente.

O outro item: "Defesa da soberania nacional e do patrimônio do Brasil contra as privatizações e concessões criminosas, em especial da Petrobras e da riqueza do pré-sal. Defesa da Petrobras, da Eletrobras..." Aliás, eu tenho aqui o jornal *Valor Econômico* de um dos dias da semana passada, Sr. Presidente, que publicou o seguinte: "Aneel define regras de cisão de controlada da Eletrobras".

Eu tenho dito aqui que a nossa distribuidora, a Amazonas Energia, está sendo colocada à venda, Senador Sérgio, por R\$50 mil – R\$50 mil! Isso é brincadeira. Eu estava dando uma palestra no meu Estado, nesse final de semana, e um aluno, um jovem levantou a mão e disse: "Não, Senadora, a senhora não quis dizer R\$50 milhões?" – e isso já é pouco. E eu falei: "Não; são R\$50 mil". Menos do que o valor de um carro, um carro zero, popular, um melhorzinho, sem ser um popular de segunda mão. Apenas R\$50 mil, livres de toda e qualquer dívida.

Aí o *Valor Econômico* do dia – vou citar o dia – 28 de fevereiro deixa claro que houve a reunião da Aneel que decidiu a desverticalização da Amazonas Energia da empresa de transmissão e de geração do Estado do Amazonas, para que essa distribuição possa ser vendida. E aqui está dito que a Petrobras está acompanhando muito de perto essas decisões da Aneel em relação à Amazonas Energia, distribuidora. E por quê? Porque ela tem uma grande dívida que, segundo o jornal, é em torno de R\$20 bilhões. E naquela reunião da Aneel, Senador Paim, ficou decidido que, em relação a essa dívida, a Petrobras não deve se preocupar, visto que a dívida será assumida pela Eletrobras. Ou seja, R\$50 mil por uma empresa de distribuição de energia, levinha, sem nenhuma dívida. Ou seja, está sendo leiloada por R\$50 mil.

Portanto, é necessário que haja a convergência não só de partidos, mas da sociedade brasileira contra esse tipo de medida em defesa da nossa soberania e do nosso patrimônio, que nada mais é do que a soberania e o patrimônio do povo brasileiro.

Defendemos muito a retomada do crescimento econômico. Agora, defendemos retomada do crescimento econômico com estímulo à geração de empregos e à garantia dos direitos. Aí está a diferença, Senador Paim: nós queremos uma economia pungente, mas que distribua renda, que distribua salário para a população; e não fazer o que estão fazendo hoje.

E queremos defesa do patrimônio público, com o combate à corrupção, em defesa da transparência no setor público, porque não há nada mais eficiente no combate à corrupção do que a transparência. Na hora em que tudo for transparente, dificilmente um mau agente público poderá botar a mão em um dinheiro que não é dele, em um dinheiro que é do povo. E isso em todos os níveis, seja nas prefeituras, nos Governos estaduais ou no Governo Federal. É preciso que isso seja feito.



Então, Senador Paim, feita a breve explanação deste documento, quero pedir a V. Ex^a que seja incluído nos *Anais* desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento, com certeza absoluta, inclusive pela importância desse documento, que é suprapartidário, apontando caminhos para o Brasil em um projeto de desenvolvimento sustentável e democrático. Parabéns!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

E concluindo, quero aproveitar este tempo que me resta, Senador Paim, para também aqui registrar que estamos lendo notícias de que várias universidades do Brasil estão instituindo nos seus currículos, sobretudo nas faculdades, nos cursos de ciências humanas, o curso sobre o golpe de 2016. Pois bem, com muita alegria, Senador Paim, eu registro que, assim como diversas outras universidades – salvo engano, a do Ceará, a UnB, e tantas outras universidades – também a minha Universidade Federal do Amazonas acabou de tomar uma decisão: no curso de história será oferecida uma disciplina que tratará do golpe. Então, eu quero aqui cumprimentar, reconhecer publicamente o Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós, do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, que tomou essa decisão de oferecer essa disciplina.

E ele foi – como foram as outras universidades, as direções, os professores – muito questionado pela imprensa, Senador Paim. E ele respondeu: mandou uma nota à imprensa de o porquê essa disciplina no âmbito do curso de História.

Ele diz o seguinte – abro aspas:

Vivemos sob tempos sombrios. O avanço das forças conservadoras sobre o conjunto de direitos que haviam sido conquistados pelos trabalhadores se faz constante. A reforma trabalhista vulnerabiliza as relações de trabalho e nos impõe um retrocesso de mais de 80 anos! A insistência do Governo em realizar a reforma da previdência ameaça a aposentadoria de milhões de brasileiros e brasileiras. Tentativas de cerceamento de atividades artísticas e acadêmicas estão virando rotina. A exposição cancelada no Santander, a performance no MAM/SP, os protestos contra a visita de Judith Butler, e, agora, a ameaça do MEC de proibição da disciplina ofertada pelo Prof. Luis Felipe Miguel, da UnB, demonstram que a democracia está em risco e que devemos reagir de forma enérgica contra essas constantes tentativas de censura e aos ataques à autonomia intelectual e às artes. Caso contrário, corremos o sério risco de ficarmos reféns de um governo que pretende silenciar as vozes discordantes. É uma grave ameaça ao Estado de direito e à democracia.

Felizmente, em várias Universidades, percebemos uma rede de insatisfação com tais arbitrariedades e de solidariedade com o Prof. Luis Miguel, sendo que muitos professores vêm ofertando – de forma individual ou coletiva – disciplinas que têm o objetivo de discutir os acontecimentos mais recentes, e, ao mesmo tempo, demonstrar que a sociedade não vai se calar diante dessas tentativas de cerceamento de suas atividades artísticas, acadêmicas e culturais. Ademais, diversas associações, como a Associação Nacional de História e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, têm manifestado apoio ao docente e demonstrado seu repúdio à ameaça de cerceamento da autonomia acadêmica e às liberdades democráticas e constitucionais.



Nesse sentido, considerando o contexto político vivenciado pelo País e a tentativa de cerceamento da autonomia universitária, ofertarei, neste semestre, uma disciplina que discutirá o tema "Golpes de Estado, autoritarismo e repressão no Brasil Republicano", buscando abordar, por meio da bibliografia sobre o tema, os golpes de Estado e as crises institucionais vividas no País entre os anos de 1930 e 2018. O objetivo é discutir a tradição autoritária estabelecida no Brasil e demonstrar que o golpe de 2016 se insere em um contexto de disputas políticas que podem ser analisadas na esteira de outras conjunturas de nossa história recente. Assim, dividi a disciplina em tópicos [ele aqui mostra e detalha como será], nos quais pretendo analisar o corporativismo e o legado autoritário da Era Vargas; os golpes e contragolpes no breve período democrático (1945-1964); o golpe civil-militar de 1964; e o golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora.

Analisar de forma crítica a história recente do Brasil é sempre uma oportunidade de refletir sobre nosso presente.

E, nesses tempos sombrios, é necessário repensar a importância da atuação do historiador em um momento em que as sombras do passado, fortalecidas pelas mentiras e omissões do presente, teimam em espreitar nossas janelas. Para Hobsbawm, [entre aspas ele cita Hobsbawm] "é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. [...] É vital o historiador lutar contra a mentira.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O historiador não pode inventar nada e, sim, revelar o passado que controla o presente às ocultas". É bom lembrar isso quando discursos autoritários que defendem a censura e as intervenções voltam a nos assombrar.

Então, essa aqui foi a explicação que ele divulgou amplamente pela imprensa. E nenhum lugar melhor do que a sala de aula para debater os temas, Senador Paim – nenhum lugar melhor para debater os temas. Eles são jovens universitários que vão tomar consciência, conhecimento – talvez alguns, pois acho que uma grande maioria já tem – do que, de fato, aconteceu no Brasil e do que está acontecendo agora. Afinal de contas, a universidade existe – como diz o professor – para mostrar a verdade e não para manipular a verdade de acordo com seus interesses pessoais.

Então, também peço, Senador Paim, que isso que acabo de ler aqui fique constando nos *Anais*, e ficam meus cumprimentos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está assegurado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... ao Dr. César Augusto Queirós, professor do Departamento de História...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... da Universidade Federal do Amazonas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.



(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.3 do Sumário)

Matérias referidas:

- Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora;
- Manifesto Unidade para Reconstruir o Brasil.

(Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Sérgio de Castro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço.

Senadora Vanessa, se V. Ex^a puder presidir aqui, por uns minutos, para que eu possa só atender...

Já convido o Senador Humberto Costa para usar da palavra. Na sequência, o Senador Sérgio de Castro.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Humberto, V. Ex^a tem a palavra pelo período regimental de 30 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, ilustres visitantes do Senado Federal, não basta ter um governo em que os generais voltam a dirigir quase tudo, do Ministério da Defesa à Presidência da Fundação Nacional do Índio – sem qualquer preconceito contra os militares.

Não basta uma intervenção militar no Rio de Janeiro para promover um espetáculo de pirotecnia sem qualquer resultado prático contra a criminalidade.

É preciso, também, ter um protótipo de ditador no Ministério da Educação, um pequeno tirano nutrido pelas tetas da extinta Arena, para abrilhantar, ainda mais, esse quadro de obscurantismo e medievalismo pelo qual passa o País sob Michel Temer.

É esse o papel a que se presta o Sr. Mendonça Filho, supostamente Ministro da Educação, autodeclarado interventor das universidades públicas, censor da autonomia universitária, inquisidor da liberdade de docência, da expressão dos professores brasileiros e do aprendizado nacional.

Talvez por vergonha da sua própria participação no golpe contra Dilma Rousseff – ou por sugestão de algum conselheiro desavisado, como o pseudo ator Alexandre Frota –, Mendonça quis impedir a formação de uma consciência histórica nacional sobre a derrubada da Presidenta eleita.

Deu um tiro no pé. Sua atitude de intervir na Universidade de Brasília e perseguir professores pela elaboração de uma disciplina sobre o golpe de 2016 foi tão bizarra e tão repulsiva que provocou exatamente um efeito inverso. A disciplina tem hoje lista de espera de inscritos e já foi adotada por quase 20 outras universidades federais em todo o País.

E o Ministro está agora respondendo, na Comissão de Ética da Presidência da República, por que essa sua truculência e perseguição contra a autonomia universitária.



Ou seja, é alguém completamente despreparado e desqualificado para o cargo que ocupa. A intimidade de Mendoncinha com a educação é a mesma intimidade que o seu chefe, Michel Temer, tem com a probidade: nenhuma. É um destruidor de programas sociais, um verdadeiro mãos de tesoura que agregou ao seu currículo a fama de perseguidor implacável contra aqueles que o desagradam.

Agora mesmo, um novo episódio na Fundação Joaquim Nabuco, instituição do Ministério da Educação internacionalmente reconhecida por todos aqueles que são vinculados à cultura e à área da educação. Lá, por exemplo, o cineasta Kleber Mendonça Filho, internacionalmente aclamado cineasta pernambucano, diretor de filmes tão importantes como *O Som ao Redor*, e *Aquarius*, deixou a Fundação Joaquim Nabuco assim que soube da indicação de Mendoncinha para o Ministério da Educação, isso depois de 18 anos dedicados àquela instituição.

Agora, a mesma Fundaj virou palco mais uma vez, no fim do mês passado, para que esse déspota do Agreste pudesse exercer a sua índole autoritária e perseguir, despudoradamente, servidores públicos que não rezam pela sua cartilha política. Mendoncinha não suportou observar, em um beija-mão que ele realizou nos jardins da fundação, em que o único propósito era homenagear a si mesmo, que estagiários da Fundaj manuseavam um copo onde se lia a consagrada expressão "Fora Temer".

A gestora do museu e mais cinco dos seus funcionários, estagiários e até funcionários terceirizados foram responsabilizados pelo fato e, conseqüentemente, exonerados dos seus cargos pelos senhores de engenho do DEM, entre os quais Mendonça loteou o comando da Fundaj.

O copo, minha gente, era de um bloco carnavalesco de Pernambuco muito conhecido, chamado "Eu acho é pouco", mas a simples inscrição do "Fora Temer" nele levou Mendonça Filho a ter uma crise, a considerá-lo uma ofensa inominável ao Governo do qual é parte, uma manifestação política inaceitável em seu convescote.

Mas, Sr^a Presidenta, essa expressão "fora", para o Presidente da República, é algo tão forte na população brasileira, na opinião pública internacional inclusive, que a truculência do Ministro da Educação não haverá de apagar.

Lembro aqui inclusive um episódio engraçado, que foi relatado quando da visita do Presidente Temer à China: numa reunião com empresários chineses, um dos empresários, que era mestre de cerimônia, ao anunciar a palavra do golpista, Presidente do Brasil, disse: "E com vocês, agora, Mister Fora Temer". A associação do golpismo, da ilegitimidade, do desrespeito à democracia no Brasil que representa esse Presidente da República associou, quase que indissolúvelmente, o nome Temer à expressão "fora". E que se vá o mais rapidamente possível.

Será perda de tempo do Ministro Mendonça Filho tentar desassociar essas duas palavras. É a velha síndrome de perseguição de que sofrem os ditadores. É triste ver uma instituição de 70 anos, com tantos serviços prestados à cultura e à educação do País, como a Fundaj, reduzida a isto, a um feudo de uma figura de contornos ditatoriais e mesquinhos, como o Ministro da Educação.

Quero dizer que vou apresentar aqui um requerimento de convocação, para que o Ministro da Educação venha aqui ao Senado, explicar as razões de sua sanha persecutória contra universidades, professores e servidores públicos que pensam, felizmente, diferentemente da cabeça retrógrada, obscura e antiquada que tem o Ministro.

Esse tipo de perseguição não pode ser aceito numa democracia. Não pode ser aceito no Brasil, por mais que esses ditadores de ocasião se sintam ofendidos pela liberdade de pensamento. Isso nos obriga, a cada um de nós, integrantes deste Parlamento, Senadores da República, a



estabelecemos um processo permanente de denúncia da agressão que este Governo Temer e os que o compõem representam para o nosso País, para a nossa Constituição e para a nossa democracia.

E isso não se restringe apenas a esse Ministro. O que nós temos visto, a partir da ação danosa de cada um dos integrantes deste Governo, é um processo permanente de desmonte de conquistas históricas do povo brasileiro, de conquistas históricas dos trabalhadores, de conquistas da Constituição de 1988 e também dos governos populares de Lula e de Dilma.

Agora há pouco dizia a Senadora Vanessa Grazziotin, com muita propriedade, que o Ministério da Saúde deste Governo Temer produziu uma verdadeira situação de arrasa-quarteirão no nosso País. E o engraçado é que a mesma mídia que o tempo inteiro ficava em cima dos governos de Lula e de Dilma nada diz, nada denuncia, nada coloca para a população.

Primeiro veio a decisão deste Governo, como V. Ex^a bem lembrou aqui, Sr^a Presidenta, para desmontar a política de assistência farmacêutica que o Brasil tem. E é importante dizer que tem, inclusive, antes dos governos do PT. Por exemplo, os recursos para o programa de medicamentos de alto custo têm deixado de se ampliar e atingir pessoas que estão acometidas de doenças graves, cujo tratamento é extremamente caro, e que são supridas pelo setor público.

Vimos, como disse V. Ex^a, o fim do Programa Farmácia Popular, naquela que era a modalidade da farmácia pertencente ao setor público. Foram fechadas mais de 450 farmácias que vendiam medicamentos a 10% do seu custo. Não estou falando em 40% ou 50%, mas em 10%. Um medicamento que custasse R\$100 nas farmácias privadas custava R\$10 na farmácia popular. E Temer resolveu acabar com esse programa. Fechou as farmácias, e os mais pobres do País perderam esse acesso.

Agora, os olhos e as ações de Temer se dirigem, na área da saúde, para acabar com a outra perna do Programa Farmácia Popular, que é exatamente o Aqui Tem Farmácia Popular, que distribui, gratuitamente, medicamentos para várias doenças, tais como o diabetes, a hipertensão, a asma e várias outras doenças. E agora, progressivamente, o Governo vem reduzindo os gastos com esse programa, tirando de muitas farmácias privadas que trabalhavam com esses medicamentos a possibilidade de continuarem garantindo acesso aos pobres que buscam um programa como esse, também criado na nossa gestão, no Ministério da Saúde, no...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Humberto Costa, apenas para registrar e agradecer aqui a presença, neste plenário, de estudantes de Direito da Universidade Federal de Guanambi, no Estado da Bahia.

Sejam todos e todas muito bem-vindos ao Senado Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sejam bem-vindos e bem-vindas, sem dúvida.

Mas eu falava, então, do Programa Farmácia Popular, nessa sua face do chamado Aqui tem Farmácia Popular. E eu não tenho dúvida de que o objetivo deste Governo é exatamente acabar com esse programa. E vejam a alegação mais importante qual é: é um programa caro!



Eu já tive a oportunidade, nesta tribuna, de dizer, inclusive, que essa foi uma das decisões mais estúpidas deste Governo. Uma decisão absolutamente carente de inteligência da parte de quem a tomou, porque o Programa Farmácia Popular distribui medicamentos para doenças que, se não forem tratadas precocemente e a um baixo custo, vão gerar complicações gravíssimas, cujo tratamento é extremamente caro.

Por exemplo, o diabetes pode gerar doenças cardiovasculares, pode gerar a insuficiência renal, pode gerar doenças neurológicas. A hipertensão pode causar doenças obstrutivas do coração. E todas essas doenças, para serem curadas e tratadas, requerem um gasto muito maior do que o Governo faz, hoje, com a Farmácia Popular.

Portanto, na área da saúde, o que nós vemos é um processo absolutamente incompreensível de desmonte de tanta coisa que foi feita...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... na luta desse povo, para que se conquistasse uma condição de saúde melhor.

E não para por aí. V. Ex^a lembrou o Mais Médicos. E, aí, no programa Mais Médicos, eles não têm coragem de eliminar o programa de uma vez. Então, estão fazendo aos pouquinhos. Eu aqui já falei: o mesmo Ministério da Educação a que eu me referi, aqui, baixou uma resolução que não permite mais a abertura de faculdades de Medicina.

Ora, se o Brasil está usando mais de 10 a 12 mil médicos cubanos, para atender à população, se esses médicos saírem – e eles terão que sair um dia –, como é que nós vamos suprir essa necessidade do povo brasileiro?

E foi dessa forma que nós criamos esse programa. Era não somente trazer médicos de fora, mas formar os médicos aqui no Brasil, para que os próprios brasileiros pudessem estar na ponta de lança desse programa.

Pois bem: tirando os amigos do Ministro, ninguém mais abre faculdade de Medicina no nosso País, embora haja a necessidade de que isso venha a acontecer.

Pois bem, Presidenta, e eu falei sobre a situação da saúde, exatamente para dizer a V. Ex^a que, na quarta-feira que vem, estará aqui o Ministro da Saúde, na Comissão de Assuntos Sociais, para fazer um balanço de seu mandato à frente do Ministério da Saúde. E, lá, nós vamos cobrar dele todo o mal que está fazendo ao nosso País, todo o mal que está fazendo ao Estado de Pernambuco. Ele ainda não perdeu a sua obsessiva ideia de retirar de Pernambuco a Hemobrás, uma empresa fundamental para que o Brasil conquiste a autossuficiência na produção de hemoderivados e no tratamento de doenças do sangue. Ele não dorme enquanto não conseguir sucatear essa empresa e impedir que ela seja concluída antes de levá-la para o seu Estado, para continuar fazendo política com aquilo que deveria ser do interesse do povo brasileiro, do povo nordestino e do povo pernambucano.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Obrigado, Senadores e Senadoras.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Humberto Costa, pelo belíssimo pronunciamento.

E eu convido, dando sequência aos nossos trabalhos, para fazer uso da palavra, como orador inscrito também, o Senador Sérgio de Castro, do PDT do Estado do Espírito Santo.

Com a palavra o Senador Sérgio.



O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, senhores telespectadores, ouvintes, internautas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu vou falar hoje sobre um tema que eu também entendo relevante. É o tema das agências reguladoras, que são entidades muito importantes para uma boa gestão pública, e vou apoiar alguns projetos, em especial, um dos projetos que está tramitando aqui – já tramitou no Senado, e hoje está na Câmara – e que faz a revisão das agências que está sendo necessária para o nosso País.

Um dos temas que reputo dos mais fundamentais no aprimoramento do Estado brasileiro é o da modernização do nosso aparelho regulatório. Desde o processo de reforma do Estado, iniciado na década de 1990, seguindo diversos modelos internacionalmente consagrados, a criação e o aperfeiçoamento das agências reguladoras se tornaram a mola mestra da aspiração brasileira a uma Administração Pública moderna, eficiente e voltada para resultados.

Surgido para regular uma economia em processo de desestatização, na década de 90, nosso conjunto de agências reguladoras, após mais de duas décadas de funcionamento, já carece de aprimoramentos que fortaleçam e ampliem a sua autonomia operacional e a sua capacidade fiscalizatória, impedindo a sua captura por interesses políticos e partidários do governante de plantão ou dos mercados por ela regulados.

Foi com esse intuito que esta Casa se debruçou sobre o tema, por meio do PLS 52, de 2013, conhecido como a Lei das Agências Reguladoras, de autoria do agora Presidente, ilustre Senador Eunício Oliveira.

Buscando um novo marco regulatório para o setor, o projeto, que tramita pela Câmara dos Deputados, ataca pontos absolutamente fundamentais sobre a atuação e o funcionamento das agências, sobretudo em suas questões orçamentárias e operacionais.

Um primeiro ponto, Sr^a Presidente, que julgo de extrema relevância é a inserção das agências reguladoras como órgãos orçamentários no Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. Tal condição possibilitará às agências uma articulação direta com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, livrando-as da necessidade de intermediação das pastas temáticas a que estão hoje vinculadas, o que irá lhes conferir maior autonomia e eficiência na gestão dos próprios recursos. Nesse sentido, o financiamento de suas ações e projetos, estando livre de amarras ou do controle ministerial de recursos, poderá se atrelar essencialmente aos resultados regulatórios, com maior flexibilidade gerencial para o alcance de sua atividade fim.

Outro ponto de grande relevância que destaco nesse projeto é a definição de regras claras para o processo decisório de suas ações, instituindo o procedimento de análise de impacto regulatório, que avaliará os custos e os benefícios de cada ato normativo ou de regulação.

Medida igualmente modernizadora é o fortalecimento do controle interno através da figura dos ouvidores, cujas atribuições se voltam à fiscalização das atividades internas e à elaboração de documentos e relatórios regulares sobre os números e os resultados alcançados pela respectiva agência.

Não podemos deixar de destacar, sobretudo, as regras específicas para o sempre delicado processo de indicação e análise de nomes para os cargos de direção, bem como de suas atribuições e prerrogativas. Trata-se, a meu ver, da questão mais sensível relacionada ao controle social de nosso aparelho regulatório.

Sr^a Presidente, dada a proximidade da ação das agências com as empresas reguladas, sendo comum a captação de agentes públicos para as suas organizações, está mais do que clara a



necessidade de estabelecer regras mais transparentes e firmes no sentido de delinear limites ao sistema, impedindo ou, ao menos, dificultando o desvirtuamento do interesse público da regulação.

Assim, nos parece positiva a criação de um processo seletivo simplificado, a ser conduzido por uma comissão de seleção criada especificamente para este fim. Este procedimento, que utilizará análises curriculares e entrevistas, irá gerar uma lista tríplice a ser fornecida ao Presidente da República, que, então, exercerá a prerrogativa constitucional de escolher um dos nomes apresentados.

Acreditamos que a adoção desta sistemática de seleção, Sr. Presidente Elmano Férrer, que deverá ser pública e com ampla divulgação, inibirá a escolha eminentemente política e desprovida de proximidade temática para as agências, conferindo um maior grau meritocrático à sua composição diretiva. Este fato certamente vai beneficiar o interesse público.

Ademais, saudamos também a estipulação de impedimentos legais e casos de conflito para essas nomeações, assim como foi recentemente disposto pela Lei das Estatais. A necessidade de ficha limpa e a vedação para quem tenha participação direta ou indireta no setor regulado são alguns dos importantes exemplos que podemos ressaltar.

Em nossa pesquisa, Sr. Presidente, identificamos diversas outras proposições legislativas sobre o tema, todas elas com igual e nobre propósito: modernização e atualização do marco regulatório.

Destacamos a PEC nº 35, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que, essencialmente, estabelece um regime jurídico mínimo aplicável às agências reguladoras de todos os entes federativos. Tal medida, sem dúvida alguma, confere maior estabilidade legal e operacional às agências estaduais e municipais.

Não posso deixar de referenciar também, nobres colegas, a PEC nº 156, de 2015, de autoria do Senador José Serra, e o PLS nº 495, também de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, titular do meu mandato. As duas proposições versam fundamentalmente sobre a transparência no processo de indicação para os cargos diretivos das agências e seus regimes jurídicos de atuação.

O fato, Sr. Presidente, é que tal escolha continua despertando em toda a sociedade um sentimento de desconfiança, um sentimento de repulsa às indicações puramente político-partidárias, fruto de um amplo descrédito na classe política e do clientelismo que ainda grassa em nossa Administração Pública.

O dever desta Casa – e jamais poderemos nos afastar disso – é auscultar esse claro anseio de nossa sociedade e oferecer as soluções legislativas adequadas ao enfrentamento da questão.

Parece-nos bastante nítido o que se exige do funcionamento de nossas agências reguladoras. Exige-se transparência na gestão e eficiência na regulação. É exatamente esse caminho que devemos buscar nas respostas normativas que aqui construímos, dentro das inafastáveis prerrogativas deste Parlamento.

Como se trata do projeto de lei sobre o tema cuja tramitação está mais adiantada, peço ao Presidente, Eunício Oliveira, que faça urgente gestão junto ao Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados para que priorize e agilize a tramitação do PLC nº 6.621, de 2016, sucedâneo do PLS nº 52, de 2013, de autoria – repito – do Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, que foi encaminhado pelo Senado à Câmara dos Deputados desde dezembro de 2016, Sr. Presidente. Esse projeto está na comissão especial que foi criada para apreciar o projeto na Câmara dos Deputados. Essa Comissão – registre-se – tem solicitado prorrogações de prazo para a finalização do seu trabalho repetidamente.



O processo de modernização do Estado brasileiro é urgente, não pode parar; merece que se conceda a esse projeto uma priorização, uma maior urgência, repito.

E encerro este meu pronunciamento de preocupação com as nossas agências reguladoras. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Sérgio de Castro, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Cumprimento o nobre Senador pelo seu brilhante pronunciamento, que diz respeito a todo um processo de reconstrução do Estado brasileiro. Todos nós estamos convictos e conscientes de que devemos fazer um esforço no sentido de reinventar e repensar o Estado que nós temos.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Como oportuno, eu convido V. Ex^a a ocupar esta tribuna para eu fazer uso da palavra, ao tempo em que registro a presença aqui dos meus colegas de Direito, da Escola Superior de Direito de Guaibim, do nosso querido Estado da Bahia. Sejam bem-vindos a esta Casa.

(O Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio de Castro.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, nós temos falado muito nesta Casa sobre a insegurança pública que paira sobre todos os cantos e recantos do nosso País.

Levando em conta essa questão, Sr. Presidente, nós fizemos uma proposta, o Projeto de Resolução nº 39/2017, feito exatamente no mês de setembro, criando uma comissão permanente nesta Casa para tratar, especificamente, das questões relacionadas à segurança pública em nosso País.

Temos um sistema bicameral em que cabe ao Senado, como é do conhecimento de todos nós, tratar das questões federativas, tratar das questões relacionadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Veja: a Câmara dos Deputados tem uma comissão específica para tratar das questões relacionadas à segurança pública e esta Casa não a tem. Por que, já que nós dizemos aqui que a nossa preocupação maior é discutir as questões de Estado, as relações dos Estados-membros da Federação com a própria sociedade e os Municípios? E nós tomamos essa iniciativa de propor, em setembro, o Projeto de Resolução nº 39 desta Casa, de 2017, que cria a Comissão Permanente de Segurança Pública no Senado Federal. Em 26 de junho, ocupei esta tribuna dando destaque a esse importante projeto, bem como nós apresentamos as razões que nos levaram a apresentá-lo.

O descalabro, Sr. Presidente, da violência em nosso País é, sem nenhuma dúvida, estarrecedor. Naquela época em que nós fizemos esse pronunciamento, nós protocolamos esse projeto. Apresentei algumas estatísticas assustadoras da violência neste País, entre elas as mais de 61 mil mortes violentas ocorridas no ano de 2016. Segundo dados estatísticos, já temos mais de 62 mil mortes aqui em nosso País. Poucas guerras regionais chegaram a um índice tão calamitoso



como esse que nós presenciamos imobilizados, diante dessa realidade. Temos como resposta a esse quadro uma situação inédita, que foi exatamente a decretação da intervenção federal no Rio de Janeiro, decretação de intervenção por solicitação do governador daquele Estado, considerando a incapacidade dele, com as forças de segurança disponíveis, de enfrentar essa questão.

Isso, Sr. Presidente, me remete a 1963, quando governava o Estado da Guanabara o Carlos Werneck de Lacerda. E lembro-me, ainda jovem, como líder estudantil, presidente de um diretório acadêmico da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, eu testemunhava Carlos Lacerda, então Governador da cidade-estado, chamar a atenção de toda a população do Estado e do Brasil para a ocupação desordenada dos morros do Rio de Janeiro. Ele antevia naquele momento o nascimento – ele dizia o que nós dizemos hoje – de um Estado paralelo dos morros e favelas do Rio de Janeiro.

Então, Sr. Presidente, agora que essa questão da segurança pública volta à tona com toda a força no noticiário nacional e neste Congresso, devido ao decreto, refiro-me novamente ao decreto federal da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, intervenção que surpreendeu a muitos e a outros não. Quer dizer, algo tinha que ser feito naquele momento, a atitude tinha que ser tomada, e o Presidente Temer, com a sua assessoria, tomou essa corajosa decisão.

O caos do Rio de Janeiro é uma demonstração total da ausência, por outro lado, do planejamento de longo prazo e do planejamento estratégico em relação aos problemas da segurança. Sem falar em outros problemas de planejamento em nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu tinha algumas considerações a fazer, mas queria mostrar que tomamos essa iniciativa de propor a criação, através de uma resolução, de um Projeto de Resolução do Senado nº 39, desta comissão permanente. Eu considero que, na segurança pública, não vão ser resolvidos os problemas em um ano. De outra parte, eles não estão concentrados apenas no Rio de Janeiro. Em decorrência dessa intervenção federal, já há ações no interior do Estado, em várias cidades e regiões problemas do Rio de Janeiro. Mas a insegurança pública está presente em Porto Alegre, em São Paulo, onde há repressão, há uma política mais bem estruturada de segurança pública no nosso País – no Estado de São Paulo. Mas a insegurança está presente em Recife, Salvador, Fortaleza, Teresina. Enfim, é um problema que está se perpetuando ao longo dos últimos 50, 70 anos.

Nós lembramos aqui do Carlos Lacerda. Isso mostra que houve uma omissão total, meu nobre Presidente, dos governantes, tanto no âmbito Federal, de todos os Presidentes que passaram, como dos governadores de Estado. Aqui no Senado, nós temos muitos ex-governadores. No meu entendimento, houve, lamentavelmente, uma omissão, como ainda há hoje nos Estados.

De outra parte, no meu entendimento, como prescreve a Constituição Federal, há um Pacto Federativo que chamo muitas vezes de tupiniquim, de arremedo de Federação, haja vista que a maior parte dos recursos públicos gerados através de impostos e de outras categorias, como contribuições e tributos indiretos, os Estados, membros da Federação, não recebem, nem os Municípios. Muitas transferências de obrigações e deveres são constantemente perpetradas para que os Estados assumam a responsabilidade, sem haver a devida e necessária contrapartida de recurso para fazer face a esses novos desafios.

Então, Sr. Presidente, esta Casa amanhã terá uma sessão temática da mais alta importância e relevância, em que vamos aqui ouvir especialistas e estudiosos da área de segurança. Está confirmada a presença desse grande Ministro – quero aqui ressaltar –, Raul Jungmann, que deu demonstração disso como Ministro da Defesa, e eu sei que muito fará como Ministro da Segurança



Pública. É um homem digno, um político de conduta ética e moral inabalável, reconhecida por todos, especialmente pelos do seu Estado de origem, Pernambuco.

Mas nós temos que trazer essa discussão para esta Casa, no meu entendimento. Daí a razão do nosso projeto, que cria um *locus*, uma comissão específica para tratar da segurança pública. Nós não vamos resolver essa questão este ano, porque ela se perpetuou ao longo da nossa história, como uma sociedade ainda desigual em que prevalecem muitos e graves problemas sociais, que vêm da década de 50 e 60, com o processo de urbanização. E é um processo longo. Para nós voltarmos a construir uma sociedade menos desigual e mais justa, vai levar muito tempo. O problema da violência e da insegurança é estrutural. Não vamos resolver tão somente através da repressão. Temos o lado das grandes e inquestionáveis políticas sociais, temos que avançar nisso, temos que melhorar a distribuição de renda e riqueza em nosso País.

Sr. Presidente, era disto que nós queríamos falar primeiro: desse projeto de resolução que apresentamos ainda em setembro, vendo a gravidade da questão de insegurança em nosso País.

Outro projeto, Sr. Presidente, também diz respeito à questão da segurança pública. Nós apresentamos também nesta Casa o Projeto de Lei do Senado 483, do ano passado, que trata da utilização de veículos apreendidos pelos órgãos de segurança, as polícias militares, as polícias civis, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Se nós andarmos pela cidade e formos verificar os depósitos onde são recolhidos e guardados esses carros, nós veremos um verdadeiro marasmo, um verdadeiro caos com os carros dos quais nós não sabemos quem são os verdadeiros proprietários.

Então, o nosso projeto de lei, na abertura, Sr. Presidente, institui uma modificação no Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação – aqueles veículos que são apreendidos e não têm identificação – pelas Polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal e Militar. Então, esse projeto trata exatamente de uma modificação no nosso Código de Trânsito Brasileiro e estabelece como deve ocorrer o processo de utilização desses veículos não identificados, cuja procedência não é conhecida, para serem utilizados em áreas de segurança pública por essas polícias. Há um processo a ser feito. Deve-se ouvir o Ministério Público, assim como os juízes competentes, para analisarem a utilização pelo órgão que requer autorização para utilizar esses veículos em segurança pública. Então, é outro projeto que nós apresentamos e que está em tramitação nas comissões respectivas desta Casa.

E outro projeto, Sr. Presidente, que eu espero que deva merecer uma discussão mais acurada, uma discussão maior, trata... Parece que eu não o trouxe, eu não trouxe aqui, mas, Presidente, nós estamos em fase de conclusão de um projeto que trata da criação, em nosso País, no Estado brasileiro, na área federal, de uma força nacional de segurança pública permanente. Nós sabemos que hoje ela é formada, além dos militares das três Armas, por policiais que integram as polícias militares dos Estados, e o que nós estamos propondo é a criação de uma força permanente de segurança pública em nosso País.

Sabemos da gravidade – já falamos aqui –, nós temos 17 mil km, arredondando, de fronteiras terrestres limitando-nos com dez países aqui na América do Sul e temos uma fronteira marítima, uma costa, de 7 mil km. Ou seja, nós temos quase 24 mil km de fronteiras.

Eu tive a felicidade e a oportunidade, juntamente com a nossa estimada Senadora Ana Amélia e mais oito Deputados Federais, de integrar um grupo que esteve no Comando Militar da Amazônia, visitando alguns quartéis, algumas guarnições desse Comando, e, em seguida, fomos a São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, onde tivemos a oportunidade de conhecer –



esse grupo parlamentar – as condições em que vive aquela comunidade. Aliás, integrada por 74%, 75%, dos mais de 40 mil habitantes, de indígenas, índios, de, parece-me, 23 etnias.

A presença do Exército naquela área tão longínqua é efetiva. Veja que o único hospital que presta serviços a essa coletividade de mais de 40 mil pessoas, seres humanos, é um hospital militar, integrado por médicos, farmacêuticos, bioquímicos, enfermeiros, enfim, é o único hospital presente naquela cidade. E ela vive, também, em decorrência de uma Brigada de Selva e também de outras corporações...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador, licença.

Eu queria só saudar e agradecer a visita dos senhores aqui ao Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – O meu universitário é um assessor e localizou aqui – estava perdida – esta folhinha, que não pode ser mais apresentada; é um projeto de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. *Fora do microfone.*) – Foi uma boa interrupção.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Valeu a interrupção.

Era um projeto que criava, realmente, uma guarda... Aliás, eu estou muito feliz também com o pensamento do nosso atual Ministro da Segurança Pública, pois ele está convencido, parece-me, da necessidade de uma guarda nacional. Nós a chamamos de Força Nacional permanente. Inexoravelmente, Sr. Presidente, nós vamos chegar a isso. O que nós e muitos veem com muita preocupação são as Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro, serem chamadas, convocadas, inclusive pelo Chefe das Forças Armadas, que é o Presidente da República, por solicitação do governador... Aliás, muitos governos nas crises de segurança ou mesmo com o problema das penitenciárias têm recorrido ao Exército, daí por que eu vejo que não é possível, quer dizer, não diríamos desvio de função, mas no momento atual a própria Constituição é muito clara no que se refere à atividade permanente e precípua, principal de defesa nacional através de suas Forças Armadas, e a segurança pública, sim, através dos Estados.

Embora eu defenda que deva haver, digamos, um entendimento depois de muitos estudos, também uma participação, um envolvimento dos órgãos de segurança federais, como já existe a Polícia Federal na guarda das fronteiras, a que eu me referi aqui. Embora eu estivesse falando, na hora da interrupção, dessa visita nossa à Amazônia, eu vi e senti a necessidade de cuidarmos mais das nossas fronteiras.

O agente etiológico da violência, do crime, no meu entendimento, reside nas drogas, e elas entram exatamente pelas fronteiras, o tráfico de drogas. A dependência química dos nossos jovens é exatamente decorrente daqueles produtos que entram pelas nossas fronteiras; também por onde entram as armas, que estão muito além daquelas disponíveis por nossas forças militares, as polícias militares.

Então, vejam que a questão da segurança é muito profunda, as raízes dela remontam a mais de meio século e requer um envolvimento da União, o que está acontecendo agora, mas tem que ser feito isso dentro de um planejamento. Nós temos, no nosso País, grandes e renomados especialistas na área da Antropologia, da Sociologia; os cientistas sociais, políticos, e, dentro dos órgãos de segurança, tem grandes e renomados estudiosos nessa matéria. Há mais de cinquenta anos que vêm estudando isso.



No meu entendimento, é juntarmos o que já se produziu neste País, as saídas, as alternativas para a segurança pública e montarmos um projeto de longo prazo, que envolva não só o Estado, mas a própria sociedade. Eu creio que é dessa forma que nós vamos avançar.

E, voltando a esse projeto nosso embrionário, que aliás está pronto – a PEC, uma proposta de emenda à Constituição, que cria uma força nacional de segurança pública... Inclusive sobre isso, Sr. Presidente, já que me restam cinco minutos, eu gostaria de lembrar que por ano se inscrevem para servir a Pátria mais de 1,8 milhão jovens brasileiros. É selecionado um terço, 600 mil. E há um engajamento nas três Armas de 100 mil brasileiros por ano que vão servir. A maior parte, mais de 90 mil desses 100, vão para o Exército; um grupo pequeno, menor, vai para a Marinha, de 5 a 6 mil; e 3 a 4 mil vão para a Aeronáutica.

E todo ano – nós colocamos como reservistas –, vão para a Reserva mais de 90 mil jovens, sendo que desses, aliás dos 100 mil, 8 mil, 10 mil são engajados. Quer dizer, aqueles melhores, aqueles portadores de uma qualificação profissional são incorporados por cinco, seis, sete, oito anos.

E, no meu entendimento – eu conheço bem a matéria –, essa Força Nacional deveria ser formada por esses egressos que passaram oito anos dentro das Forças Armadas. Claro que a maior parte deles integra o Exército, mas, no meu entendimento, o jovem que passa seis, sete, oito anos aquartelado está preparado para integrar uma força permanente.

Agora, nós temos que ver os aspectos legais de relações de trabalho para resolver essa questão, mas eu vejo uma saída fácil. Nós temos uma estrutura construída de quartéis, guarnições, etc., ao longo de cem anos. Temos espaços que podem ser, digamos, aproveitados, para reduzir os custos de implantação dessa força permanente, que, no meu entendimento, tem que ser sob a jurisdição das Forças Armadas.

E eu também, Sr. Presidente, queria só ter a oportunidade de relatar uma questão que eu acho também... A questão do direito, sobretudo com relação ao trabalho. Nós temos aqueles jovens que serviram à Pátria, servem à Pátria por um ano e saem depois de passar um ano nas guarnições, na caserna. No meu entendimento, é um cidadão que teve, ao longo desse ano, questões relacionadas à ordem e à disciplina...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Tomou um susto, Presidente?

À ordem, à disciplina e, sobretudo, à hierarquia. Quer dizer, eu penso também que esses jovens egressos do serviço militar de um ano, também, poderiam ser, digamos, aproveitados nas polícias militares, todas elas. Todo contingente das polícias militares dos Estados do Brasil está com uma carência de pessoas. E nós temos essas pessoas; 100 mil jovens são formados todo ano pelas três Armas. E esses jovens, pergunto, poderiam prestar ou não relevantes serviços às nossas forças de segurança, especialmente nos Estados?

Eu creio que, com criatividade, disposição de melhorar a gestão... Que muitos dos problemas que nós temos devem-se à gestão. Nós estamos com um problema de gestão gravíssimo em nosso País em todas as áreas. Claro, em umas mais, em outras menos.

Então, eu queria só, meu Presidente Sérgio, deixar aqui essas ideias. Creio que amanhã vai ter muita oportunidade de discussão. Nós vamos fazer uma sessão temática voltada especificamente para a segurança. Vamos ter aqui grandes e renomados especialistas nessa área. E eu reputo de grande relevância a decisão do nosso Presidente Eunício Oliveira de dar prioridade à questão da segurança pública em nosso País, porque isso é um reclamo de todos, de toda a



sociedade, porque todos vivemos enjaulados. A gente anda nas cidades, até o comércio não está mais aberto, são grades de ferro, grades de proteção. E veja que aí muitos são jovens. Ainda hoje dissemos que não é nem mais 16 anos para 30 não; adolescentes, crianças, com 10 anos, 12 anos, já a serviço da criminalidade.

Então, nós não podemos ficar distantes dessa realidade. Nós temos a nossa contribuição e o dever; o dever constitucional, o dever regimental desta Casa, para tratar desta questão. Daí por que, por último, me refiro ao nosso projeto de resolução que cria, aqui no Senado, um *locus*, quer dizer, um ambiente, uma comissão permanente para nós discutirmos a segurança pública e dela tratarmos. Uma comissão especial temporária não vai nos levar a nada, considerando que o problema da segurança foi gerado ao longo de um século, com acentuação maior nos últimos 50 anos.

Então, com essas considerações, agradeço ao nosso nobre e estimado Presidente pela tolerância e pelo tempo que me foi concedido.

Muito obrigado e até a próxima reunião nossa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Elmano Férrer, a Mesa que agradece pela sua contribuição rica, reforçando essa prioridade que tem sido dada ao tema da segurança; foi dada aqui, no Senado, pelo Presidente Eunício Oliveira; tem sido dada em comissões; na Comissão de Assuntos Econômicos também, foi priorizada como política pública para este ano a influência da segurança na economia, e os seus projetos reforçam o entendimento que eu tenho dito aqui: o Brasil já tem os projetos de que ele necessita. O que nós precisamos é pautar esses projetos, discuti-los, votá-los, para que eles se transformem em realidade e o nosso País se transforme, se transforme mesmo, porque o Senador citou o Rio de Janeiro. Eu morei no Rio de Janeiro, estudei no Rio de Janeiro, foram os anos dourados da minha vida.

Então, é um desejo do Brasil inteiro de que o Rio de Janeiro volte a ser uma cidade maravilhosa, e não só o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi escolhido, no meu entendimento, como a cidade janela, não é uma cidade janela só para o Brasil, é uma cidade janela para o mundo.

Então, a expectativa é de que, a partir do Rio de Janeiro, nós realmente tenhamos o enfrentamento adequado, certo, de resultado, nesta questão de segurança, que aflige todos nós, todos os Estados.

Muito obrigado pela fala.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Queria, com a permissão de V. Ex^a, só fazer um registro por dever de justiça; ressaltar aqui a iniciativa do nosso Senador, grande Senador Tasso Jereissati, que propôs esta reunião, a sessão temática de amanhã.

O Senador Tasso Jereissati, ex-governador do Estado do Ceará, fez uma grande e importante mudança na gestão daquele Estado, e também nos costumes, não só administrativos, públicos, mas políticos. É um homem de visão e que sugeriu – e foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos – esta sessão de amanhã, uma sessão temática da mais alta relevância. Não poderia deixar de fazer esse registro e parabenizar a iniciativa oportuníssima do nosso grande Senador Tasso Jereissati.

Esse é o registro que nós queríamos fazer, homenageando esse grande Senador, grande homem público, que qualifica e dignifica esta Casa, o Senado da República.

Obrigado ao nobre Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – A Presidência se junta ao orador nesse elogio ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Não havendo mais Senadores inscritos, declaro encerrada a sessão de hoje.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 04 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 19ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil





SENADO FEDERAL

AVISO Nº 5, DE 2018

Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real do Banco Central do Brasil referente ao mês de janeiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos.



[Página da matéria](#)



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Aviso 14/2018-BCB

Brasília, 26 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,


Ilan Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.



Página 2 de 14

Presidente
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 20º andar – CEP 70074-900
Parte integrante do Avulso do AVS nº 5 de 2018.

E-mail: presidencia@bcb.gov.br



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Anexo ao Aviso 14/2018-BCB, de 26 de fevereiro de 2018

Demonstrativo das emissões do real – Janeiro de 2018

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL**I – A base monetária restrita e a emissão**

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$277,1 bilhões em janeiro, com redução mensal de 1,8% e crescimento de 6,4% em doze meses. A variação mensal resultou da retração de 3,2% no papel-moeda emitido e do aumento de 6% nas reservas bancárias, que ainda refletem o aumento sazonal na demanda por moeda em dezembro.

Demonstrativo de emissões do real	
Janeiro - 2018	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2018 ^{1/} (Voto CMN nº 105/2017)	303,20
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	277,09
b.1 - Usos ^{2/}	277,09
b.1.1 Papel-moeda emitido	234,29
b.1.2 Reservas bancárias	42,80
b.2 - Fontes	277,09
b.2.1 Saldos em 29.12.2017	296,76
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	250,36
b.2.1.2 Reservas bancárias	46,39
b.2.2 Fluxos em janeiro 2018 ^{3/}	-19,66
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	34,74
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-52,92
b.2.2.3 Operações com o setor externo	0,13
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-1,61
C - Saldo de emissão (A - B)	26,11
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.188,12
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	303,20
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	884,92

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4
Set	209 599	3,0	6,7	33 619	-0,2	-2,7	243 218	2,6	5,3
Out	210 513	0,4	3,3	33 564	-0,2	-0,1	244 077	0,4	2,8
Nov	208 952	-0,7	3,1	34 494	2,8	0,5	243 447	-0,3	2,7
Dez	227 762	9,0	2,8	37 607	9,0	7,8	265 370	9,0	3,5
2017 Jan	219 621	-3,6	2,8	40 776	8,4	7,5	260 397	-1,9	3,5
Fev	215 589	-1,8	3,1	35 982	-11,8	2,5	251 571	-3,4	3,0
Mar	212 515	-1,4	3,2	35 521	-1,3	1,1	248 036	-1,4	2,9
Abr	214 292	0,8	4,7	34 425	-3,1	5,3	248 717	0,3	4,8
Mai	212 960	-0,6	4,4	35 091	1,9	1,8	248 051	-0,3	4,1
Jun	213 879	0,4	5,4	36 623	4,4	9,0	250 502	1,0	5,9
Jul	215 929	1,0	5,9	35 445	-3,2	5,7	251 374	0,3	5,8
Ago	214 307	-0,8	5,3	35 559	0,3	5,5	249 866	-0,6	5,4
Set	219 062	2,2	4,5	35 383	-0,5	5,2	254 445	1,8	4,6
Out	219 068	0,0	4,1	35 232	-0,4	5,0	254 301	-0,1	4,2
Nov	220 400	0,6	5,5	36 211	2,8	5,0	256 611	0,9	5,4
Dez	241 913	9,8	6,2	40 379	11,5	7,4	282 292	10,0	6,4
2018 Jan	234 290	-3,2	6,7	42 802	6,0	5,0	277 091	-1,8	6,4

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se as operações com títulos públicos federais, com impacto contracionista de R\$27,6 bilhões (vendas líquidas de R\$88,1 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$60,5 bilhões no mercado primário) e as operações do Tesouro Nacional, que provocaram expansão de R\$3,1 bilhões.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 980
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 687	- 4 250	- 5 046
Set	23 158	- 10 646	1 728	- 1 854	- 1 118	11 267
Out	- 34 187	35 156	- 1 175	3 404	- 2 390	810
Nov	20 301	- 30 242	2 910	166	3 940	- 2 926
Dez	- 52 398	79 414	352	1 856	- 3 858	25 367
2017 Jan	8 140	- 6 429	267	- 4 757	- 5 116	- 7 895
Fev	17 233	- 17 044	3 167	2 680	- 2 102	3 933
Mar	- 3 323	- 23 877	4 076	- 831	1 240	- 22 715
Abr	- 8 792	13 436	13 260	1 582	558	20 044
Mai	17 127	- 39 845	774	- 4 673	614	- 26 003
Jun	18 577	4 815	219	- 1 569	546	22 587
Jul	27 747	- 32 461	4 394	1 013	- 5 072	- 4 379
Ago	3 762	- 7 201	327	- 617	30	- 3 700
Set	- 7 674	16 835	249	1 012	188	10 610
Out	- 14 211	1 960	340	1 795	1 799	- 8 317
Nov	- 13 616	17 770	351	6 423	- 1 161	9 766
Dez	7 164	45 249	- 26 027	4 707	1 443	32 536
2018 Jan	3 102	- 27 650	279	3 239	- 3 329	- 24 359

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R\$5.193 bilhões, elevação de 0,7% no mês e 10,7% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária cresceu 1,4% no mês, alcançando R\$4.516 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

Base monetária ampliada									
Saldos em final de período									
R\$ milhões									
Período	Base mone- tária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remune- rados ^{1/}	Não remune- rados ^{2/}	Posição de car- teira ^{3/}	Financia- mento ^{4/}	Total			
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2576 843	1027 329	3604 172	4185 056	1,4	17,8
Fev	252 560	338 424	2 208	2647 908	979 670	3627 578	4220 770	0,9	17,0
Mar	242 530	333 846	2 222	2723 222	911 644	3634 866	4213 464	-0,2	14,5
Abr	242 143	331 469	2 267	2639 269	1033 769	3673 038	4248 917	0,8	15,6
Mai	239 966	340 871	2 261	2712 091	1020 043	3732 134	4315 232	1,6	15,4
Jun	234 678	346 707	2 216	2801 120	967 260	3768 380	4351 981	0,9	15,1
Jul	240 845	348 027	2 202	2798 516	1061 365	3859 881	4450 955	2,3	15,2
Ago	235 769	356 624	2 674	2796 556	1113 977	3910 533	4505 600	1,2	14,9
Set	247 036	362 062	2 606	2887 287	1076 075	3963 362	4575 066	1,5	15,3
Out	247 848	362 396	2 640	2875 829	1089 919	3965 748	4578 630	0,1	14,3
Nov	244 920	366 476	2 698	2927 883	1107 024	4034 907	4649 001	1,5	15,1
Dez	270 287	368 356	2 695	2950 982	1047 484	3998 466	4639 804	-0,2	12,4
2017 Jan	262 392	377 571	2 732	2902 384	1143 570	4045 954	4688 649	1,1	12,0
Fev	266 325	378 286	2 754	2984 799	1113 024	4097 823	4745 188	1,2	12,4
Mar	243 610	383 101	2 771	3077 238	1087 468	4164 706	4794 188	1,0	13,8
Abr	263 655	384 330	2 806	3087 832	1096 102	4183 934	4834 725	0,8	13,8
Mai	237 652	391 288	2 707	3095 431	1166 785	4262 216	4893 863	1,2	13,4
Jun	260 239	396 248	2 702	3193 934	1100 051	4293 985	4953 174	1,2	13,8
Jul	255 860	393 738	2 665	3183 385	1178 128	4361 513	5013 776	1,2	12,6
Ago	252 160	405 755	4 448	3245 020	1157 466	4402 486	5064 849	1,0	12,4
Set	262 770	407 616	4 467	3269 675	1148 182	4417 857	5092 710	0,6	11,3
Out	254 453	409 150	4 470	3268 441	1178 595	4447 036	5115 109	0,4	11,7
Nov	264 220	405 862	4 501	3330 079	1134 462	4464 541	5139 124	0,5	10,5
Dez	296 755	402 804	4 499	3387 032	1064 980	4452 012	5156 070	0,3	11,1
2017 Jan	272 396	399 862	4 459	3359 005	1156 924	4515 929	5192 646	0,7	10,7

1/

Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% aa + TR, se meta Selic maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR, se igual ou menor que 8,5% a.a. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC; recursos de poupança não direcionado ao financiamento imobiliário: 80% (Remuneração: 6,17%a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5%a.a. ou 70% da meta Selic a.a. + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5%a.a.) e recursos de poupança não direcionados ao crédito rural: TR. A partir de agosto/2016 inclui depósitos decorrentes da deficiência na aplicação em crédito rural dos recursos de LCA (Remuneração básica dos depósitos vinculados ao SBPE).

2/

A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósito prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural. A partir de outubro/2010 inclui os depósitos decorrentes da limitação de crédito ao Setor Público- Res 2827/01. A partir de Jan/2011 inclui os depósitos sobre Recursos de Depósitos e de Garantias Realizadas.

3/

Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

4/

Inclui posições de financiamento líquido no dia avaliados pelo preço de lastro, do DEMAB (-) oversold (+) undersold. Inclui operações no extramercado.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) totalizou R\$341,1 bilhões em janeiro, ao registrar decréscimo de 4,7% no mês, correspondente às evoluções negativas de 6,9% nos depósitos à vista e de 3% no papel-moeda em poder do público. Em doze meses, o M1 cresceu 4,8%.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2016 Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5
Mai	170 834	-0,1	4,8	131 937	-0,3	-8,0	302 771	-0,2	-1,2
Jun	170 083	-0,4	3,8	129 056	-2,2	-8,1	299 139	-1,2	-1,7
Jul	171 083	0,6	4,2	133 149	3,2	-5,8	304 232	1,7	-0,5
Ago	170 055	-0,6	4,1	131 432	-1,3	-3,5	301 487	-0,9	0,6
Set	175 358	3,1	7,5	132 346	0,7	-1,7	307 704	2,1	3,4
Out	175 018	-0,2	3,7	136 428	3,1	1,9	311 446	1,2	2,9
Nov	174 381	-0,4	3,4	136 130	-0,2	1,7	310 510	-0,3	2,6
Dez	190 984	9,5	3,5	149 906	10,1	1,4	340 890	9,8	2,6
2017 Jan	184 374	-3,5	3,6	140 990	-5,9	0,1	325 364	-4,6	2,1
Fev	180 517	-2,1	3,6	135 306	-4,0	-0,6	315 823	-2,9	1,8
Mar	177 171	-1,9	2,9	134 096	-0,9	1,3	311 266	-1,4	2,2
Abr	178 240	0,6	4,2	136 301	1,6	3,0	314 541	1,1	3,7
Mai	177 581	-0,4	3,9	134 978	-1,0	2,3	312 558	-0,6	3,2
Jun	179 394	1,0	5,5	135 567	0,4	5,0	314 961	0,8	5,3
Jul	181 644	1,3	6,2	138 024	1,8	3,7	319 668	1,5	5,1
Ago	180 022	-0,9	5,9	133 801	-3,1	1,8	313 823	-1,8	4,1
Set	183 777	2,1	4,8	135 205	1,0	2,2	318 982	1,6	3,7
Out	182 627	-0,6	4,3	136 300	0,8	-0,1	318 927	0,0	2,4
Nov*	183 771	0,6	5,4	137 948	1,2	1,3	321 720	0,9	3,6
Dez*	202 206	10,0	5,9	155 723	12,9	3,9	357 929	11,3	5,0
2018 Jan*	196 112	-3,0	6,4	144 951	-6,9	2,8	341 063	-4,7	4,8
* Dados preliminares									

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, recuou para 1,23 ante 1,27 do mês de dezembro.

Falt



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis					
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	
					$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2016 Jan	0,56	0,44	0,25	0,27	1,27
Fev	0,56	0,44	0,26	0,26	1,27
Mar	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26
Abr	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
Mai	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27
Jun	0,57	0,43	0,25	0,26	1,26
Jul	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
Ago	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27
Set	0,57	0,43	0,26	0,25	1,27
Out	0,56	0,44	0,26	0,25	1,28
Nov	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
Dez	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
2017 Jan	0,57	0,43	0,25	0,29	1,25
Fev	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26
Mar	0,57	0,43	0,26	0,26	1,25
Abr	0,57	0,43	0,26	0,25	1,26
Mai	0,57	0,43	0,26	0,26	1,26
Jun	0,57	0,43	0,25	0,27	1,26
Jul	0,57	0,43	0,25	0,26	1,27
Ago	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26
Set	0,58	0,42	0,26	0,26	1,25
Out	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25
Nov	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25
Dez	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27
2018 Jan	0,58	0,42	0,26	0,30	1,23

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao saldo do M1 de final de mês, acrescido de depósitos de poupança e títulos emitidos por instituições financeiras, registraram retração mensal de 1,4% em janeiro, totalizando R\$2,4 trilhões. Esse resultado decorreu dos declínios de 10,1% no M1 e de 0,2% nos títulos (saldo de R\$1,4 trilhão), apesar do avanço de 0,9% nos depósitos de poupança (R\$726 bilhões). No mês, ocorreram resgates líquidos de R\$5,2 bilhões na poupança e R\$5,9 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, apresentou



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

expansão de 0,5% no mês, totalizando R\$5,8 trilhões, reflexo das elevações de 1,6% nas quotas de fundos de renda fixa (saldo de R\$3,3 trilhões) e de 10,7% nas operações compromissadas (R\$101,7 bilhões). O M4, conceito que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevação de 0,4% no mês e de 8,3% nos últimos 12 meses, totalizando R\$6,6 trilhões.

Meios de pagamento ampliados											R\$ milhões	
Saldos em final de período												
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual		
										No mês	Em 12 meses	
2016 Jan	309 171	650 997	1 288 732	2 248 900	2 298 674	204 565	4 752 139	837 384	5 589 522	0,6	10,7	
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 291	216 718	4 807 645	823 972	5 631 617	0,8	11,3	
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	861 650	5 726 760	1,7	11,8	
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,5	11,3	
Mai	299 807	640 247	1 313 741	2 253 794	2 459 341	214 016	4 927 151	852 308	5 779 459	0,4	10,1	
Jun	300 911	640 680	1 325 513	2 267 104	2 481 750	211 573	4 960 426	872 644	5 833 070	0,9	10,5	
Jul	299 911	643 807	1 327 395	2 271 113	2 525 432	211 986	5 008 531	884 410	5 892 941	1,0	11,6	
Ago	298 618	643 659	1 339 694	2 281 971	2 575 698	209 969	5 067 637	856 003	5 923 641	0,5	11,4	
Set	307 800	645 433	1 328 813	2 282 046	2 598 593	211 409	5 092 049	851 773	5 943 822	0,3	11,6	
Out	308 519	646 801	1 331 117	2 286 437	2 646 961	208 197	5 141 595	853 339	5 994 934	0,9	11,3	
Nov	317 699	652 683	1 343 686	2 314 068	2 673 722	193 915	5 181 706	875 505	6 057 210	1,0	11,3	
Dez	347 811	669 286	1 354 557	2 371 655	2 736 708	174 992	5 283 355	861 130	6 144 485	1,4	10,6	
2017 Jan	312 240	662 201	1 338 968	2 313 409	2 819 887	185 425	5 318 721	822 767	6 141 488	0,0	9,9	
Fev	318 903	664 106	1 338 596	2 321 605	2 868 743	168 853	5 359 201	810 449	6 169 650	0,5	9,6	
Mar	309 000	662 919	1 357 691	2 329 611	2 936 696	163 247	5 429 554	814 750	6 244 304	1,2	9,0	
Abr	311 204	665 181	1 367 642	2 344 027	2 939 325	141 700	5 425 053	846 733	6 271 786	0,4	9,0	
Mai	309 454	668 998	1 396 250	2 374 702	2 964 393	132 922	5 472 017	839 142	6 311 159	0,6	9,2	
Jun	316 225	678 744	1 413 372	2 408 341	3 000 124	104 402	5 512 867	834 133	6 347 000	0,6	8,8	
Jul	316 196	684 708	1 399 865	2 400 769	3 069 320	91 628	5 561 717	810 862	6 372 579	0,4	8,1	
Ago	311 593	690 410	1 415 310	2 417 312	3 139 736	89 440	5 646 489	807 033	6 453 521	1,3	8,9	
Set	316 679	697 407	1 418 706	2 432 791	3 172 781	86 944	5 692 516	805 407	6 497 923	0,7	9,3	
Out	312 698	698 581	1 405 647	2 416 926	3 209 667	97 113	5 723 706	823 107	6 546 813	0,8	9,2	
Nov*	327 997	705 588	1 409 587	2 443 173	3 196 728	102 509	5 742 409	845 071	6 587 480	0,6	8,8	
Dez*	363 026	719 475	1 398 726	2 481 227	3 214 484	91 827	5 787 538	832 414	6 619 951	0,5	7,7	
2018 Jan*	326 185	725 959	1 395 526	2 447 670	3 264 484	101 654	5 813 808	835 192	6 649 000	0,4	8,3	

1/- Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/- Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/- As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

1/- Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/- Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/- As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

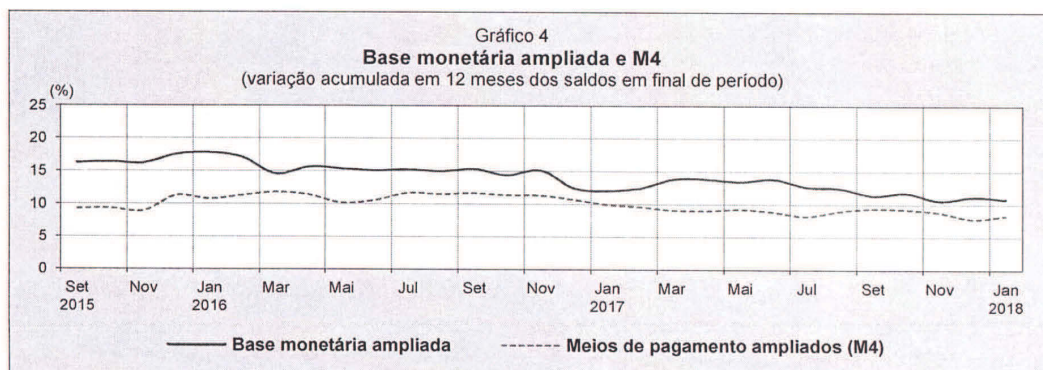
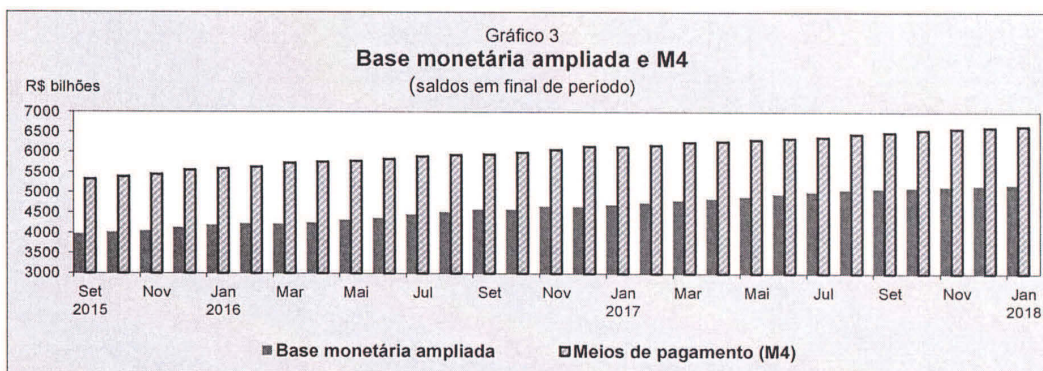
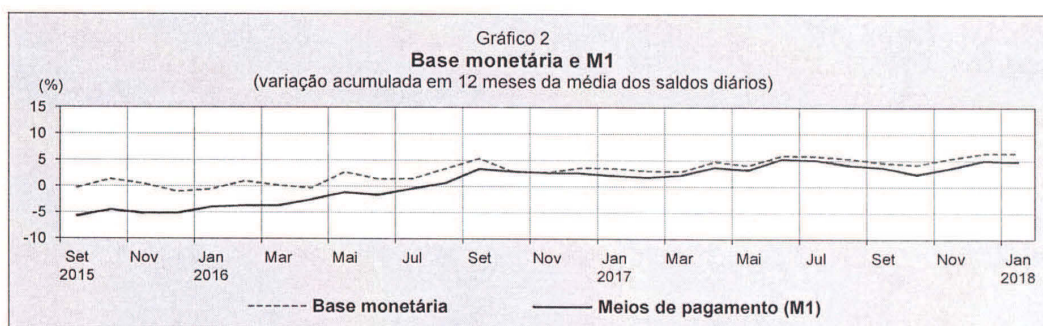
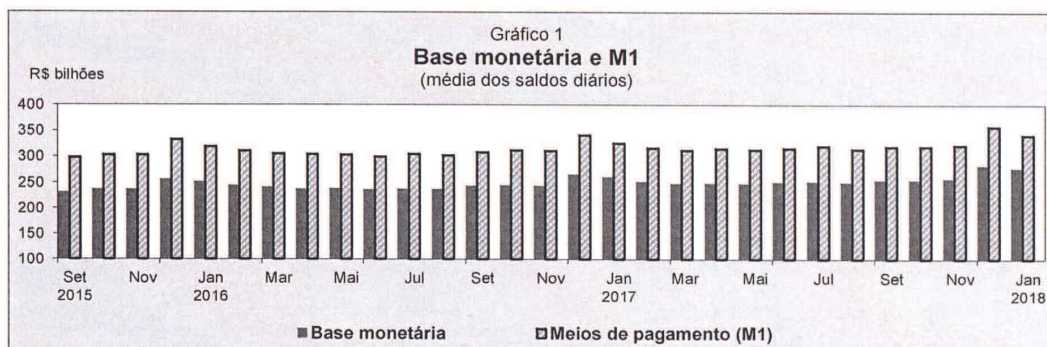
* Dados preliminares



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

V – Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o exposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Janeiro de 2018

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.



Comunicações



A Mesa do Senado Federal recebeu expedientes, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal, comunicando a não participação em missões oficiais previamente aprovadas pelo Plenário desta Casa.

-Memorando nº 4, de 2018, do Senador Gladson Cameli, que comunica a não participação no 13º Workshop de Parlamentares, realizado em Wroxton, Reino Unido, nos dias 29 e 30 de julho de 2017, nos termos do Requerimento nº 586, de 2017.

- Ofício nº 2, de 2018, da Senadora Fátima Bezerra, que comunica o não comparecimento à Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2017, em razão de votações ocorridas no Senado Federal no período, nos termos do Requerimento nº 1.048 de 2017.

Os expedientes vão a publicação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

São os seguintes os expedientes:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Gladson Cameli**

Memorando nº 004/2018-GSCAMELI

Brasília, 02 de março de 2018.

À Coordenação de Apoio à Mesa – COAME

Assunto: **RQS 586, de 2017**

Senhor Coordenador,

Informo que, por motivos de força maior, não foi possível participar do 13º Workshop de Parlamentares, realizado nos dias 29 e 30 de julho de 2017, na cidade de Wroxton, Reino Unido.

Sendo assim, solicito arquivar o processo referente a esta missão, previamente autorizada pelo RQS nº 586, de 2017.

Atenciosamente,

Senador Gladson Cameli
PP/AC



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FAF757C8002193D4.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Of. nº 002/2018/GSFBEZER

Brasília, 02 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Não realização de viagem prevista no REQ 1048/2017

Senhor Presidente,

Informo que a viagem solicitada no Requerimento de nº 1048 de 2017, no período de 10 a 12 de dezembro de 2017, para participar da LII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, não foi realizada em virtude de meu compromisso em não faltar às importantes votações do Senado Federal previstas para aquele período.

Atenciosamente,

FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República pelo Rio Grande do Norte

Senadora Federal – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete 03 – CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: + 55 (61) 3303-1884 / 1602 – fatima.bezerra@senadora.leg.br



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4EA259FA00219299.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>.



Expedientes, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal, contendo relatórios de missões oficiais autorizadas por esta casa:

-Do Senador Sérgio Petecão, referente ao Requerimento nº 846, de 2017, que relata participação na Assembleia da União Interparlamentar, em São Petersburgo, Rússia, nos dias 10 a 20 de outubro de 2017;

- Do Senador Ciro Nogueira, referente ao Requerimento nº 43, de 2018, que relata participação na comitiva do Governador do Estado do Piauí em viagem a Portugal e Espanha, no período de 22 a 26 de fevereiro de 2018;

- Do Senador Ronaldo Caiado, referente ao Requerimento nº 91, de 2017, que relata participação em conferencia, nos Estados Unidos da América, no período de 31 de março a 01 de abril de 2017.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Discursos e documentos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o falecimento na noite do último sábado, 3 de março de 2018, do empresário RAUL ANSELMO RANDON. Ele estava internado no hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Meus sentimentos aos familiares e amigos de Raul Randon, aos funcionários de suas empresas, e em especial do povo de Caxias do Sul, minha cidade natal, e cidade onde ele iniciou sua grande carreira profissional.

Raul Randon foi um dos maiores empreendedores que eu conheci. Um visionário do mundo do trabalho que acreditava no desenvolvimento econômico e social. Um grande brasileiro!

Determinação e persistência sempre guiaram a vida de Raul Anselmo Randon.

Essas características, aliadas ao planejamento e ao trabalho de equipe, transformaram a pequena ferraria fundada em 1949 por ele e seu irmão Hercílio no conglomerado integrado por nove empresas fornecedoras de soluções em transporte, presentes em todos os continentes e líderes no mercado nacional em seus segmentos.

Raul costumava afirmar: “Fomos ousados em vislumbrar e sonhar o futuro; fomos prudentes nos investimentos e avanços tecnológicos; fomos fortes nos momentos de crise, na adversidade. Por acreditarmos no Brasil, sempre projetamos produtos afinados com o progresso, apostando no desenvolvimento nacional”.

A história de quase 70 anos das Empresas RANDON confunde-se com a trajetória pessoal e profissional de um de seus fundadores e também dos trabalhadores de Caxias do Sul e da Serra Gaúcha.

Descendente da segunda geração de imigrantes italianos fixados no Rio Grande do Sul, Raul nasceu em Tangará, SC, no dia 06 de agosto de 1929.

Filho de Abramo e Elisabetha Randon, Raul recebeu de seus pais uma educação muito rígida voltada para o trabalho.

Autodidata, bem sucedido, adquiriu conhecimentos através de cursos rápidos, palestras, seminários e na vida, aprofundando seus conhecimentos nas áreas administrativas, financeiras, de custos, vendas, produção e, posteriormente, agricultura, fruticultura e pecuária.

Aos 14 anos, foi trabalhar na ferraria de seu pai, aí permanecendo até os 18 anos, quando, em 1948, foi prestar o serviço militar obrigatório, até janeiro de 1949.

No retorno do exército, associou-se ao irmão Hercílio Randon em sua pequena oficina de reforma de motores.

Foi aí que tudo começou. Em 1956, aos 26 anos, Raul casou-se com Nilva Therezinha Randon, com quem teve cinco filhos: David, Roseli, Alexandre, Maurien e Daniel.

Deles vieram os netos: Audrey, Isabelle, Arthur, Victor, Isadora, Marina, Raul Alberto, Laura, Maria Eduarda e Marco Antonio e a bisneta Maria Vitória. Nilva foi a sua fiel companheira até os dias atuais.

O pequeno negócio na área metalmeccânica, iniciado em 1949 pelos irmãos Raul e Hercílio Randon projetou-se como um dos mais importantes conglomerados da indústria automotiva da América do Sul.

O grupo empresarial Randon está integrado pelas empresas controladas, além de filiais e escritórios em todos os continentes.

A característica gerencial de Raul Anselmo Randon foi sempre a de cercar-se de profissionais competentes, tecnicamente bem preparados nas diversas áreas do conhecimento, dando-lhes autonomia operacional e compartilhando com eles os benefícios do sucesso moral, social e financeiro.

Milhares de trabalhadores “ganham” a vida, construíram suas carreiras profissionais, e sustentaram suas famílias, através dos milhares de empregos gerados pelas empresas de Raul Randon. Lá, em Caxias do Sul, é motivo de orgulho para um jovem trabalhar nas empresas do grupo Randon.

Tenho boas lembranças desse grande homem.

Além disso tudo, quero registrar uma passagem muito interessante da minha vida em que esteve presente a figura da família Randon.

Meu pai, Inácio e minha mãe Itália, natural dos Campos de Cima da Serra, para se casarem, tiveram que partir a cavalo, pois seus pais eram contra a união.

Eles vieram até Caxias do Sul, mais especificamente na região de Mato Perso, terras das Famílias Guerra e Randon.



Depois, meu pai trabalhou como vigilante durante anos nas empresas do grupo, e eu ainda jovem cresci lá entre as máquinas e os funcionários. Portanto, acompanhei de perto os primórdios do grupo empresarial.

Um homem de hábitos simples.

O sucesso empresarial, a prosperidade e solidez dos negócios não mudaram a forma simples com que Raul Randon sempre se relacionou com todos, dentro e fora da empresa.

Foi, sobretudo, um homem simples, que construiu sua vida através do trabalho duro. Um homem dedicado à família e à comunidade. Herdou dos pais o valor de que o trabalho dignifica o homem, produz riquezas e, conseqüentemente, propicia uma vida melhor.

Perfil corporativo - Em seu conjunto, as Empresas Randon produzem um dos mais amplos portfólios de produtos do segmento de veículos comerciais, correlacionados com o transporte de cargas, seja rodoviário, ferroviário, ou fora-de-estrada dentre as empresas congêneres no mundo.

A Randon Consórcios comercializa e administra grupos de consórcios como forma de prover financiamento aos clientes de produtos finais, enquanto o Banco Randon atua como suporte das vendas, com financiamento direcionado a clientes e fornecedores das Empresas Randon.

RAR/RASIP – Em Vacaria, movido por sua característica empreendedora e por sua paixão pela agricultura, criou a RAR Rasip.

Para Raul Randon, a terra devolve em alimentos toda a dedicação e o cuidado recebidos.

A RAR/Rasip teve origem na fruticultura, com o cultivo da maçã, na década de 70. Hoje, é a terceira maior produtora da fruta no Brasil.

Nos anos 90, Raul Randon montou a primeira fábrica de queijo Tipo Grana da América Latina, lançando a marca Gran Formaggio e produzindo o queijo, de receita milenar.

Entidades de classe

Raul marcou presença em inúmeras atividades associativas empresariais e comunitárias.

Recebeu mais de 150 homenagens, destacando-se entre elas Comendador da Cruz de Mérito Cultural, Mérito Industrial conferido pela FIERGS, Troféu Homem do Aço 1977, conferido pela Associação do Aço do Rio Grande do Sul, Comenda Mauá, conferida pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Jair Soares, homenagem da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (ANFIR), da qual foi idealizador, fundador, primeiro Presidente e Presidente de Honra, título Cidadão Caxiense, conferido pela Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, outorga da Medalha do Mérito Mauá, categoria Cruz Mauá, concedida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, Medalha do Conhecimento, instituída pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, como apoio da CNI e do SEBRAE, homenagem do Presidente da Itália, com a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau Comendador. Também recebeu o Prêmio ADVB “Personalidade Empresarial 2009”.

Em 2017, recebeu na Itália o título de Doutor da Universidade de Pádua, uma laurea - Doutor Honorem em Ingegneria Gestionale - atribuída ao primeiro empreendedor brasileiro pela sua dedicação no âmbito social.

Ao longo de sua história, a Universidade apontou apenas outro brasileiro, o escritor Jorge Amado, em 1996.

E nas últimas edições laureou o diretor de cinema Steven Spielberg e Malala Yousafzai, Prêmio Nobel da Paz.

Sr. Presidente, no Brasil, a empresa está presente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo.

Fora do Brasil, a companhia está presente, por meio da Fras-le, na China (Pinghu) e nos Estados Unidos (Alabama).

E, em Santa Fé, com a Randon Argentina. Em março de 2018, no dia 15, será inaugurada a Randon Peru, em Lima. Também atua através de associações e parcerias em vários outros países.

Em 2016, A Randon Implementos alcançou a marca histórica do produto de número 400 mil.

Principal exportador brasileiro de implementos rodoviários, a Randon é responsável por cerca de 70% das unidades exportadas no Brasil.

Um empreendedor com visão social.



Raul Randon através de suas empresas foi um empresário com visão social integrado a sua comunidade.

O Programa Florescer, em Caxias do Sul e outras cidades brasileiras está em atividade há 15 anos atendendo crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos de idade. Desde sua implantação, já foram atendidos mais de 1500 jovens.

O programa Qualificar, em parceria com o SENAI, oferece cursos no segmento metalomecânico, como o de Aprendizagem Industrial Básica de Operador de Processos de Fabricação de Autopeças, Veículos e Implementos Rodoviários e Ferroviários e de Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais. Já foram atendidos mais de 750 jovens de 16 aos 18 anos.

Neste momento tão difícil da vida política e econômica brasileira, espero que Raul

Randon sirva como exemplo para milhares de empresários como exemplo de amor ao seus país e a eu povo.

Raul Randon não deixou um patrimônio, deixou um legado! Foi um exemplo de empresário e cidadão brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Randon.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de chuva no Rio Grande do Sul levou 27 cidades a decretarem emergência. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), os prejuízos com a estiagem ultrapassam R\$ 1 bilhão.

A regiões Sul e Campanha são as mais atingidas e a Defesa Civil do estado confirmou que esta é uma das piores secas dos últimos tempos. É muita triste ver os agricultores perdendo suas lavouras.

Na rainha da Fronteira, Bagé, na região da Campanha, o nível dos reservatórios que abastecem os moradores é o pior dos últimos cinco anos.

A prefeitura decretou racionamento de água, e a cidade foi dividida em dois setores: metade é abastecida por 12 horas, enquanto a outra fica sem água, e assim consecutivamente.

Em Hulha Negra, os moradores também sofrem com a falta de água. As famílias que dependem da produção das lavouras perderam tudo.

É urgente a aplicação de medidas para amenizar toda essa situação. Confiamos no Poder Público para abertura de poços artesianos, de açudes, construções de cisternas, aquisição de reservatórios, entre outras.

O Guaíba, em Porto Alegre, também está com o seu nível precário. Portanto, os problemas não são somente no interior. Muita atenção nesta hora.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui informação divulgada pela imprensa nacional que o perdão concedido pelo governo federal no último parcelamento de débitos tributários, o Refis, deve chegar a R\$ 62 bilhões – quase o dobro do valor calculado inicialmente pela Receita Federal.

A estimativa oficial foi atualizada porque a versão final do programa, com regras mais generosas, acabou incentivando uma adesão maior que a esperada.

Sr. Presidente, enquanto as dívidas dos tubarões são perdoadas, os trabalhadores continuam sofrendo com a crise estabelecida pelo país afora: desemprego, saúde precária, falta de segurança, escolas fechando, reformas trabalhista e da Previdência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje à noite, no Clube Farrapos, em Porto Alegre, vai ocorrer um ato político dos policiais gaúchos, organizado pelo Ideal Coletivo – representação Política dos Policiais.

Eu recebi convite para estar lá e falar sobre conjuntura nacional e regional. Infelizmente por questões de agenda não foi possível confirmar minha presença.

Quero parabeniza-los pela formação do grupo Ideal Coletivo que visa efetivar o debate sobre as policias e o contexto da categoria no plano eleitoral e político.



Eles são em torno de 200 mil cidadãos, entre policiais da ativa, da reserva e familiares.

Merecem ser tratados com muito respeito. Se a causa é justa, eu apoio. Podem contar comigo.

Apenas cito o nome dos coordenadores: Gilson Noroefé – Coordenador geral da APró PM; Leonel Lucas Lima – Presidente da ABAMF / ANERMB; Aparício Costa Santellano – Presidente da ASSTBM; e Daniel Lopes Oliveira – Diretor Presidente do IBCM.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, dia 2 de março, eu recebi aqui no Cafezinho do Senado, uma comitiva do Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Eles fizeram um longo relato do que está acontecendo na capital gaúcha. A Secretaria Municipal de Saúde não deu posse ao novo núcleo de coordenação. Isso, segundo eles, se caracteriza como, abre aspas “intervenção autoritária”, fecha aspas.

Mesmo com o acesso proibido ao auditório do prédio da Secretaria Municipal de Saúde, normalmente usado para as reuniões do CMS, os membros realizaram mesmo assim a posse do lado de fora da sede. Um enorme absurdo.

A proibição do acesso é resultado de circular emitida pela Secretária de Saúde, tentando proibir a posse dos novos conselheiros eleitos no dia 22 de fevereiro e o uso do espaço público pelos mesmos. A secretaria já havia tentado anular o pleito.

Conforme os conselheiros, “na história de 25 anos do nosso conselho, nunca tínhamos vivenciado uma situação como esta. É fundamental ressaltar a importância da democracia e do controle social para a saúde pública. O SUS só existe na democracia”.

O Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre teve importantes participações nas conquistas do SUS como a mobilização que resultou na criação do Pronto Atendimento da Vila Cruzeiro; a luta contra a entrega do Hospital Conceição e do Presidente Vargas às organizações sociais durante o final dos anos 90 e a tentativa de privatização dos hospitais Álvaro Alvim e Independência.

Sr. Presidente, deixo aqui a minha total solidariedade aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Era o que tinha a dizer.



Documento encaminhado pelo Senador Paulo Paim, nos termos do art. 210 do Regimento Interno





SF/18849.82250-95

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar Aos familiares e amigos de Raul Randon, falecimento do empresário RAUL ANSELMO RANDON.

David Abramo Randon - Presidente das Empresas Randon

Rua Angelo Manfro, 102 – Bairro Cinquentenário – CEP 95012-070 – Caxias do Sul –RS.

JUSTIFICAÇÃO

quero registrar o falecimento na noite do último sábado, 3 de março de 2018, do empresário RAUL ANSELMO RANDON. Ele estava internado no hospital Albert Einstein, em São Paulo.**Meus sentimentos aos familiares e amigos de** Raul Randon, aos funcionários de suas em empresas, e em especial do povo de Caxias do Sul, minha cidade natal, e cidade onde ele iniciou sua grande

Página: 1/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818



carreira profissional. **Raul Randon foi um dos maiores** empreendedores que eu conheci. Um visionário do mundo do trabalho que acreditava no desenvolvimento econômico e social. Um grande brasileiro! **Determinação e persistência sempre guiaram a** vida de Raul Anselmo Randon. **Essas características, aliadas ao planejamento** e ao trabalho de equipe, transformaram a pequena ferraria fundada em 1949 por ele e..... **seu irmão Hercílio no conglomerado** integrado por nove empresas fornecedoras de soluções em transporte, presentes em todos os continentes e líderes no mercado nacional em seus segmentos. **Raul costumava afirmar: “Fomos ousados em** vislumbrar e sonhar o futuro; fomos prudentes nos investimentos e avanços tecnológicos;... .. **fomos fortes nos momentos de crise, na** adversidade. Por acreditarmos no Brasil, sempre projetamos produtos afinados com o progresso, apostando no desenvolvimento nacional”, **A história de quase 70 anos das Empresas RANDON** confunde-se com a trajetória pessoal e profissional de um de seus fundadores e também dos trabalhadores de Caxias do Sul e da Serra Gaúcha. **Descendente da segunda geração de** imigrantes italianos fixados no Rio Grande do Sul, Raul nasceu em Tangará, SC, no dia 06 de agosto de 1929. **Filho de Abramo e Elisabetha Randon, Raul** recebeu de seus pais uma educação muito rígida voltada para o trabalho. **Autodidata, bem sucedido, adquiriu** conhecimentos através de cursos rápidos, palestras, seminários e na vida, aprofundando seus conhecimentos nas áreas administrativas, financeiras, de custos, vendas, produção e, posteriormente, agricultura, fruticultura e pecuária. **Aos 14 anos, foi trabalhar na ferraria de seu** pai, aí permanecendo até os 18 anos, quando, em 1948, foi prestar o serviço militar obrigatório, até janeiro de 1949. **No retorno do exército, associou-se ao irmão** Hercílio Randon em sua pequena oficina de reforma de motores. **Foi aí que tudo começou. Em 1956, aos 26** anos, Raul casou-se com Nilva Therezinha Randon, com quem teve cinco filhos: David, Roseli, Alexandre, Maurien e Daniel. **Deles vieram os netos: Audrey, Isabelle, Arthur, Victor, Isadora, Marina, Raul Alberto,** Laura, Maria Eduarda e Marco Antonio e a bisneta Maria Vitória. Nilva foi a sua



SF/18849.82250-95

Página: 2/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818



fiel companheira até os dias atuais. **O pequeno negócio na área metalmeccânica**, iniciado em 1949 pelos irmãos Raul e Hercílio Randon projetou-se como um dos mais importantes conglomerados da indústria automotiva da América do Sul. **O grupo empresarial Randon está integrado** pelas empresas controladas, além de filiais e escritórios em todos os continentes. **A característica gerencial de Raul Anselmo** Randon foi sempre a de cercar-se de profissionais competentes, tecnicamente bem preparados nas diversas áreas do conhecimento, dando-lhes autonomia operacional e compartilhando com eles os benefícios do sucesso moral, social e financeiro. **Milhares de trabalhadores “ganharam’ a vida**, construíram suas carreiras profissionais, e sustentaram suas famílias, através dos milhares de empregos gerados pelas empresas de Raul Randon. Lá, em Caxias do Sul, é motivo de orgulho para um jovem trabalhar nas empresas do grupo Randon. **Tenho boas lembranças desse grande homem. Além disso tudo, quero registrar uma** passagem muito interessante da minha vida em que estive presente a figura da família Randon. **Meu pai, Inácio e minha mãe Itália, natural dos Campos de Cima da Serra**, para se casarem, tiveram que partir a cavalo, pois seus pais eram contra a união. **Eles vieram até Caxias do Sul, mais** especificamente na região de Mato Perso, terras das Famílias Guerra e Randon. **Depois, meu pai trabalhou como vigilante** durante anos nas empresas do grupo, e eu ainda jovem cresci lá entre as máquinas e os funcionários. Portanto, acompanhei de perto os primórdios do grupo empresarial. **Um homem de hábitos simples. O sucesso empresarial, a prosperidade e solidez dos negócios** não mudaram a forma simples com que Raul Randon sempre se relacionou com todos, dentro e fora da empresa. **Foi, sobretudo, um homem simples, que** construiu sua vida através do trabalho duro. Um homem dedicado à família e à comunidade. Herdou dos pais o valor de que o trabalho dignifica o homem, produz riquezas e, conseqüentemente, propicia uma vida melhor. **Perfil corporativo - Em seu conjunto, as Empresas Randon produzem um dos mais amplos portfólios de produtos do segmento de veículos comerciais,... ... correlacionados com o transporte de cargas, seja**



SF/18849.82250-95

Página: 3/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818





SF/18849.82250-95

rodoviário, ferroviário, ou fora-de-estrada dentre as empresas congêneres no mundo. **A Randon Consórcios comercializa e administra** grupos de consórcios como forma de prover financiamento aos clientes de produtos finais, enquanto o Banco Randon atua como suporte das vendas, com financiamento direcionado a clientes e fornecedores das Empresas Randon. **RAR/RASIP – Em Vacaria, movido por sua característica** empreendedora e por sua paixão pela agricultura, criou a RAR Rasip. **Para Raul Randon, a terra devolve em** alimentos toda a dedicação e o cuidado recebidos. **A RAR/Rasip teve origem na fruticultura, com o** cultivo da maçã, na década de 70. Hoje, é a terceira maior produtora da fruta no Brasil. **Nos anos 90, Raul Randon montou a primeira** fábrica de queijo Tipo Grana da América Latina, lançando a marca Gran Formaggio e produzindo o queijo, de receita milenar. **Entidades de classe Raul marcou presença em inúmeras atividades** associativas empresariais e comunitárias. **Recebeu mais de 150 homenagens,** destacando-se entre elas Comendador da Cruz de Mérito Cultural, Mérito Industrial conferido pela FIERGS, Troféu Homem do Aço 1977, conferido pela Associação do Aço do Rio Grande do Sul, Comenda Mauá,... ... **conferida pelo então governador do Estado** do Rio Grande do Sul, Jair Soares, homenagem da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (ANFIR),... ... **da qual foi idealizador, fundador, primeiro** Presidente e Presidente de Honra, título Cidadão Caxiense,... ... conferido pela Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, outorga da Medalha do Mérito Mauá,... ... **categoria Cruz Mauá, concedida pelo então** presidente Fernando Henrique Cardoso, Medalha do Conhecimento, instituída pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, ... **como apoio da CNI e do SEBRAE,** homenagem do Presidente da Itália, com a Ordem do Mérito da República Italiana,... ... no grau Comendador. Também recebeu o Prêmio ADVB “Personalidade Empresarial 2009”, **Em 2017, recebeu na Itália o título de Doutor** da Universidade de Pádua, uma laurea - Doutor Honorem em Ingegneria Gestionale - atribuída ao primeiro empreendedor brasileiro pela sua dedicação no âmbito social. **Ao longo de sua história, a Universidade**

Página: 4/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818



apontou apenas outro brasileiro, o escritor Jorge Amado, em 1996. E nas últimas edições laureou o diretor de cinema Steven Spielberg e Malala Yousafzai, Prêmio Nobel da Paz. **Senhor Presidente, No Brasil, a empresa está presente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo. Fora do Brasil, a companhia está presente, por** meio da Fras-le, na China (Pinghu) e nos Estados Unidos (Alabama). **E, em Santa Fé, com a Randon Argentina. Em** março de 2018, no dia 15, será inaugurada a Randon Peru, em Lima. Também atua através de associações e parcerias em vários outros países. **Em 2016, A Randon Implementos alcançou a** marca histórica do produto de número 400 mil. **Principal exportador brasileiro de implementos** rodoviários, a Randon é responsável por cerca de 70% das unidades exportadas no Brasil. **Um empreendedor com visão social. Raul Randon através de suas empresas foi um** empresário com visão social integrado a sua comunidade. **O Programa Florescer, em Caxias do Sul e** outras cidades brasileiras está em atividade há 15 anos atendendo crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos de idade. Desde sua implantação, já foram atendidos mais de 1500 jovens. **O programa Qualificar, em parceria com o SENAI, oferece** cursos no segmento metalomecânico, como o de Aprendizagem Industrial Básica de Operador de Processos de Fabricação de Autopeças,... ... **Veículos e Implementos Rodoviários e Ferroviários e de Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais.** Já foram atendidos mais de 750 jovens de 16 aos 18 anos. **Neste momento tão difícil da vida política e** econômica brasileira, espero que Raul Randon sirva como exemplo para milhares de empresários como exemplo de amor ao seus país e a eu povo. **Raul Randon não deixou um patrimônio, deixou um legado! Foi um exemplo de**



SF/18849.82250-95

Página: 5/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818



empresário e cidadão brasileiro. **Por isso, Senhor Presidente, estou** apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Randon.

Sala das Sessões, 5 de março de 2018.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Vice Presidente da Comissão de Direitos
Humanos e Legislação Participativa - CDH



SF/18849.82250-95

Página: 6/6 05/03/2018 13:49:07 (LexEdit)

6fce812115548d30119c6e45d59353ad2286b818



Documentos encaminhados pela Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



27/02/2018 Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora | Manaus ...



Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora

Por **Redação** - 26 de fevereiro de 2018

O Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós do departamento de história da Universidade Federal do Amazonas, ofertará no primeiro semestre na UFAM a disciplina História do Brasil IV, segundo César, a disciplina discutirá o tema Golpes de Estado, autoritarismo e repressão no Brasil Republicano, abordando os seguintes tópicos:

1. Golpe de Estado, corporativismo e o legado autoritário da Era Vargas

<http://www.manausdefato.com/2018/02/26/professor-da-ufam-tambem-ofertara-disciplina-que-trata-sobre-o-golpe-de-2016-autoritarismo-perda-de-direitos-...> 1/4



27/02/2018 Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora | Manaus ...

2. Golpes e contragolpes no breve período democrático (1945-1964)
3. O golpe civil-militar de 1964
4. **O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora**

O Portal Manaus De Fato entrou em contato com César com intuito de saber quais as motivações para discutir sobre o GOLPE DE 2016 no meio acadêmico. Confira abaixo a nota do professor em resposta ao questionamento do Manaus de fato.

" Vivemos sob tempos sombrios. O avanço das forças conservadoras sobre o conjunto de direitos que haviam sido conquistados pelos trabalhadores se faz constante. A Reforma Trabalhista vulnerabiliza as relações de trabalho e nos impõe um retrocesso de 80 anos! A insistência do governo em realizar a Reforma da Previdência ameaça a aposentadoria de milhões de brasileiros. Tentativas de cerceamento das atividades artísticas e acadêmicas estão virando rotina. A exposição cancelada no Santander, a performance no MAM/SP, os protestos contra a visita de Judith Butler e, agora, a ameaça do MEC de proibição da disciplina ofertada pelo professor Luis Felipe Miguel, da UnB, demonstram que a democracia está em risco e que devemos reagir de forma enérgica contra essas constantes tentativas de censura e aos ataques à autonomia intelectual e às artes. Caso contrário, corremos o sério risco de ficarmos reféns de um governo que pretende silenciar as vozes dissonantes. É uma grave ameaça ao Estado de Direito e à Democracia.



27/02/2018 Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora | Manaus ...

Felizmente, em várias Universidades percebemos uma rede de insatisfação com tais arbitrariedades e de solidariedade com o professor Luís Miguel, sendo que muitos professores vêm ofertando – de forma individual ou coletiva – disciplinas que têm o objetivo de discutir os acontecimentos mais recentes e, ao mesmo tempo, demonstrar que a sociedade não vai se calar diante dessas tentativas de cerceamento de suas atividades artísticas, acadêmicas e culturais. Ademais, diversas associações como a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica) têm manifestado apoio ao docente e demonstrado seu repúdio à ameaça de cerceamento da autonomia acadêmica e às liberdades democráticas e constitucionais.

Neste sentido, considerando o contexto político vivenciado pelo país e a tentativa de cerceamento da autonomia universitária, ofertarei nesse semestre uma disciplina que discutirá o tema "Golpes de Estado, autoritarismo e repressão no Brasil Republicano", buscando abordar, por meio da bibliografia sobre o tema, os golpes de Estado e as crises institucionais vividas no país entre os anos de 1930 e 2018. O objetivo é discutir a tradição autoritária estabelecida no Brasil e demonstrar que o golpe de 2016 se insere em um contexto de disputas políticas que podem ser analisadas na esteira de outras conjunturas de nossa história recente. Assim, dividi a disciplina em tópicos, nos quais pretendo analisar o corporativismo e o legado autoritário da Era Vargas; os golpes e contragolpes no breve período democrático (1945-1964); o golpe civil-militar de 1964 e o golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora. Analisar de forma crítica a história recente do Brasil é sempre uma



27/02/2018 Professor da UFAM também ofertará disciplina que trata sobre O golpe de 2016: autoritarismo, perda de direitos e reação conservadora | Manaus ...

oportunidade de refletir sobre nosso presente. E, nesses tempos sombrios, é necessário repensar a importância da atuação do historiador em um momento em que as sombras do passado, fortalecidas pelas mentiras e omissões do presente, teimam em espreitar nossas janelas. Para Hobsbawm, "é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. [...] É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas". É bom lembrar isso quando discursos autoritários que defendem a censura e as intervenções voltam a nos assombrar".

Redação



MANIFESTO UNIDADE PARA RECONSTRUIR O BRASIL

As Fundações signatárias deste Manifesto, vinculadas a importantes e históricos partidos da esquerda brasileira, expressam a convicção de que, apesar das adversidades, o Brasil tem plenas condições de superar a presente crise.

Entendem que, independentemente das estratégias e táticas eleitorais do conjunto das legendas progressistas, uma base programática convergente pode facilitar o diálogo que construa a união de amplas forças políticas, sociais, econômicas e culturais que constituam uma nova maioria política e social capaz de retirar o país da crise e encaminhá-lo a um novo ciclo político de democracia, soberania nacional, prosperidade econômica e progresso social.

ho' + de uma sena



Oito meses separam o país das eleições de 2018.

Há forte desalento na sociedade, mas, ao mesmo tempo, é grande a vontade do povo de retirar o país da crise e vê-lo reencontrar-se com a democracia e novamente prosperar, distribuir renda.

Mais uma vez a Nação se depara com uma encruzilhada: Ou o país se reencontra com o caminho da democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento e do progresso social; ou seguirá na rota, que lhe impôs o governo Temer, do entreguismo, do autoritarismo e do corte crescente dos direitos do povo e da classe trabalhadora.

Aqui se ressaltam, portanto, dois grandes fatores que determinam a necessidade de as forças populares e progressistas elaborarem um novo projeto nacional. Primeiro: vigorosamente repelir a tentativa das grandes potências capitalistas de subordinarem o nosso país aos ditames de uma ordem neocolonial. Segundo: livrar o Brasil desse regime ultraliberal, autoritário, contra o povo e contra a Nação, que vem sendo imposto pelo governo Temer e pelos partidos conservadores e as grandes forças econômicas internas e externas que lhe dão apoio.

Um Projeto Nacional de Desenvolvimento que dê resposta aos dilemas e desafios da contemporaneidade. E que tenha em conta as ameaças, mas também as oportunidades, de um cenário internacional, no qual a crise da globalização neoliberal e a emergência de novos polos de poder que superam a realidade de um mundo regido por uma única superpotência são fatores que favorecem a realização de projetos nacionais de desenvolvimento soberano, autônomo e próprio. Um Projeto Nacional de Desenvolvimento situado na dinâmica da história nacional e no curso concreto da trágica realidade atual de nosso país.

1) Por que um novo projeto nacional de desenvolvimento

Em crise há 10 anos, o capitalismo hegemonizado pela grande finança busca pretensas saídas. Por um lado, recrudescer o neoliberalismo, com a chamada política de austeridade, que corta direitos, liquida com o Estado de Bem-Estar Social, mutila a democracia e assegura os ganhos parasitários e astronômicos ao rentismo. Por outro, vai impondo uma nova ordem neocolonial através da qual açambarca a riqueza das nações e impõe amarras e políticas que negam o direito dos países da periferia e semiperiferia do centro capitalista de se desenvolverem autonomamente.

O governo politicamente ilegítimo de Michel Temer tem atuado, em essência, para subordinar o país integralmente a essa lógica imposta pelas grandes potências.

Estão sendo eliminadas ou mitigadas conquistas de natureza patriótica, democrática e popular alcançadas pela luta do povo brasileiro nos governos Getúlio Vargas e João Goulart – e ainda as conquistas que foram auferidas nas jornadas pela redemocratização do país e que resultaram na Constituição Cidadã de 1988 –, bem como o acervo de realizações do ciclo progressista de 2003-2016, dos governos Lula e Dilma, entre as quais o avanço dos indicadores sociais e a afirmação da soberania nacional.

MANIFESTO UNIDADE PARA RECONSTRUIR O BRASIL

2) Elementos para um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento

As Fundações signatárias entendem que a elaboração de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento é uma obra coletiva. Deve conter o saber acumulado sobre a realidade brasileira de amplos setores da Nação e dos trabalhadores, pois é no curso da luta concreta, e em torno de ideias programáticas que descortinem o horizonte e as saídas para o Brasil, que se constituirá a convergência de amplas forças políticas, sociais, econômicas e culturais. Essa convergência é indispensável para retirar o país da crise e proporcionar-lhe a abertura de um novo ciclo político de prosperidade e melhora da vida do povo. Tendo em vista a contribuição com o debate já em andamento, no âmbito das forças populares e progressistas, destacamos tanto tarefas imediatas quanto diretrizes ou temas relevantes de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

a) Tarefas imediatas

→ - Restauração da democracia, do Estado Democrático de Direito, do equilíbrio entre os Poderes da República.

→ - Garantia da realização das eleições de 2018, com pleno respeito à soberania popular; e não a proposta casuística do parlamentarismo e do semipresidencialismo.

→ - Defesa da soberania nacional e do patrimônio do Brasil, contra as privatizações e concessões criminosas, em especial da Petrobras e da riqueza do pré-sal. Defesa da Petrobras, da Eletrobrás e das empresas brasileiras estratégicas ao desenvolvimento.

→ - Retomada imediata do crescimento econômico. Para tal, deve-se focar na elevação dos investimentos, no estímulo à produção e à geração de empregos. Manutenção dos direitos do povo, valorização do trabalho, distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e regionais.

→ - Defesa do patrimônio público, combate à corrupção com os instrumentos do Estado Democrático de Direito e a implementação das reformas estruturais democráticas.

b) Diretrizes para um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento

- Articulação sistêmica da soberania nacional e da questão social, com ênfase na redução

das desigualdades sociais e afirmação da causa democrática. Pelos condicionantes da realidade mundial e da presente situação nacional, ganha relevância o desenvolvimento soberano do país como vértice para se realizarem as amplas potencialidades do Brasil e do seu povo. Realização progressiva das reformas estruturais democráticas, convergentes com um novo projeto nacional, que impulsionem o desenvolvimento e resultem em distribuição de renda.

- Estado nacional forte, portador de um projeto para a Nação, refratário à concepção oportunista e omissa do Estado mínimo neoliberal. Estado reestruturado por reformas que o democratizem, como a do Judiciário e da Política. Estado capaz de defender os interesses do país e repelir as imposições do rentismo e do imperialismo. Reforma Administrativa: Novos métodos de profissionalização, valorização, seleção e formação da burocracia estatal. Estado capaz de planejar e impulsionar o desenvolvimento voltado para assegurar os direitos da maioria do povo brasileiro. Estado que promova um novo Federalismo que busque erradicar as desigualdades regionais e os desequilíbrios nas relações institucionais entre a União, o Distrito Federal, estados e municípios.

- Ampliação e fortalecimento da democracia, aumento da participação do povo nas decisões do País, com o aprimoramento das formas de democracia direta e participativa. Enfrentar a crise de representatividade política com uma efetiva reforma política democrática. Democratizar a comunicação, hoje monopolizada, e assegurar à sociedade efetivo direito à informação e à interpretação plural dos fatos.

- Defesa da soberania nacional, do patrimônio e da economia nacional, da soberania energética. Política Externa que promova a inserção soberana do Brasil no cenário mundial, diversifique os parceiros comerciais, fortaleça o desenvolvimento do país, defenda a paz e a autodeterminação dos povos e promova a integração com os vizinhos e o conjunto dos países latino-americanos e caribenhos. Aplicar políticas, assegurar meios e recursos para fortalecer a Defesa Nacional – o que requer garantia de crescente modernização e robustecimento das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional e exclusiva defesa da soberania nacional.

- Retomada do crescimento econômico associada à redução das desigualdades sociais, geração de empregos e distribuição de renda. Questão essencial para o país sair da crise é superar a recessão e retomar o crescimento. Além do papel do Estado, já assinala-



MANIFESTO UNIDADE PARA RECONSTRUIR O BRASIL

do como planejador e indutor do desenvolvimento, é imperativo elevar a taxa de investimentos públicos e privados. Incentivar os investimentos produtivos e desestimular a especulação financeira e rentista. O reaquecimento da economia e a sua retomada requerem ações simultâneas de política econômica. O indispensável papel dos bancos públicos, em especial do BNDES, como base do financiamento de longo prazo que deve ser restaurado; os *spreads* bancários devem ser reduzidos e o consumo popular incentivado. É necessário buscar o acesso a investimentos externos, como o do Brics (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). É decisivo o papel das estatais, especialmente da Petrobras. Impõe-se, igualmente, uma nova política macroeconômica que supere o longo ciclo de juros elevadíssimos e câmbio apreciado com danosas consequências, entre as quais o processo de desindustrialização. Essa nova orientação deve ter a missão de expandir e sustentar investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica, reduzir estruturalmente a taxa real de juros, manter sob controle a dívida pública, assegurar o equilíbrio fiscal do Estado e defender a moeda. O crescimento da economia a taxas robustas deve estar voltado e associado à redução das desigualdades sociais. Nesta direção se ressalta a urgência de se efetivar a Reforma Tributária progressiva que tribute mais os detentores de fortunas, as riquezas e rendas elevadas; promova gradual desoneração da produção e do consumo; e desonere a remuneração do trabalho. A redução das desigualdades sociais e regionais fortalece e dinamiza o mercado interno – o que, por sua vez, incrementa o crescimento econômico.

- No contexto da chamada 4ª Revolução Industrial, o Brasil é desafiado a se reindustrializar e modernizar seu parque produtivo. Há fortes imposições externas e internas no sentido de restringir o Brasil à condição de mero exportador de *commodities*, que devem continuar a ser valorizadas, mas não podem ser absolutizadas como único trunfo econômico do país. A indústria segue como um setor-chave para o desenvolvimento, para a oferta de melhores empregos, para a inovação tecnológica e, consequentemente, para o aumento da produtividade do trabalho. Impõem-se investimentos elevados em ciência, tecnologia e inovação que alavancuem a indústria nacional a um novo patamar tecnológico, credenciando-a a competir na acirrada disputa do mercado mundial. É preciso aperfeiçoar a institucionalidade do Sistema Nacional de CT&I, atuando em estreita ligação com os estados, com a comunidade científica e tecnológica e com as organizações empresariais. Setores como os de bem de capital e da Defesa, a cadeia produtiva

do petróleo, gás e biocombustíveis, fármacos e petroquímica, a construção civil e a agropecuária têm rico potencial de alavancar o crescimento econômico, na perspectiva de superação da dependência do setor primário-exportador na balança de pagamentos. A Petrobras deve ser fortalecida, o regime de partilha na área do pré-sal deve ser mantido, bem como a política de conteúdo local. A política industrial requer uma forte infraestrutura que integre e articule as regiões do país, bem como à produção em grande escala de energia a partir de fontes limpas, uma vez que o país as possui em elevado potencial.

- Restabelecimento de políticas públicas necessárias à redução progressiva das desigualdades de renda e de oportunidades com: a retomada da geração de emprego e renda, a partir da estratégia do Estado, impulsionando o setor privado; a valorização do trabalho; a efetiva garantia dos direitos sociais; medidas para elevação da renda do trabalho e da massa salarial; política institucionalizada de valorização do salário-mínimo e garantia de aposentadoria digna; apoio ao cooperativismo, ao associativismo e à economia solidária; recuperação das políticas de combate à fome, fortalecendo o conjunto de políticas de inclusão social; e realização das reformas Urbana e Agrária.

- Proteção do meio ambiente com desenvolvimento sustentável de todos os biomas e regiões, defesa da biodiversidade e do nosso patrimônio genético. A sustentabilidade do desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados – ao invés de se oporem – pela proteção e pelo uso sustentável do meio ambiente. Atenção especial à segurança hídrica, pois, embora o país possua 12% da reserva mundial de água doce, ela segue enfrentando riscos de desabastecimento.

- Fortalecimento da Educação como um setor estratégico do desenvolvimento nacional. O direito à educação é fundamental para que seja materializado todo o conjunto de direitos humanos e sociais, e construída a justiça social. Fortalecer a educação pública tendo como eixo o Plano Nacional de Educação (PNE) que, entre outras metas, fixou como objetivos: 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor e a educação integral para os ensinos fundamental e médio.

- Resgate, criação e fortalecimento das políticas sociais universais que venham a assegurar o direito ao trabalho digno, à seguridade social, à previdência, à saúde e à assistência social, à educação e à cultura.



MANIFESTO **UNIDADE PARA RECONSTRUIR O BRASIL**

- É indispensável o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com mais investimentos, aprimoramento da gestão, valorização e formação dos profissionais de saúde, implementação de programas e projetos de promoção da saúde e prevenção das doenças.

- O tema da Segurança Pública assume grande importância devido ao crescente número de perda de vidas, de vítimas de delitos e violências, afetando sobretudo o povo e as comunidades das periferias das cidades. Impõe-se uma política efetiva de redução desses indicadores. As estratégias de prevenção devem ser articuladas com estratégias de coerção qualificada, com foco em informação, tecnologia e gestão. É preciso construir um Pacto Federativo que estabeleça as competências da União, de estados e municípios. Pacto este que pode ser estruturado em três eixos: política nacional de redução de homicídios; política criminal e prisional de âmbito nacional; e cultura da paz e valorização da vida. É preciso, também, uma reforma penal e penitenciária que elimine a caótica situação dos presídios do país. De igual modo, impõe-se uma revisão completa da política atual de combate ao tráfico de drogas, patrocinando um amplo debate sobre os limites da legislação relativa ao consumo de entorpecentes e os efeitos desastrosos da chamada “guerra às drogas”.

- A emancipação das mulheres é uma condição indispensável para o avanço civilizacional. São necessárias políticas públicas que contribuam para superar preconceitos e discriminações e combatam eficazmente a violência contra elas desferida. E, ainda, políticas que incentivem e assegurem seus direitos na esfera do trabalho, na educação, na saúde e promovam seu empoderamento.

- Na esfera dos direitos humanos e no esforço de construção de uma sociedade que supere preconceitos, destaca-se a luta contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; pela proteção, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas; por políticas de combate às opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa; pela defesa da livre orientação sexual, dos direitos da população LGBT, combate às violências e discriminações de que são vítimas; pela garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos; e por políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência.

Finalmente, as Fundações que firmam este Manifesto sublinham uma vez mais que um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento demanda o trabalho de um número infindável de mãos, cérebros e corações. O texto que ora apresentam para exame e debate não é um ponto de chegada, mas sim de partida. Convidamos outras Fundações e instituições congêneres do campo democrático, e lideranças e personalidades de diversos setores da sociedade e dos movimentos, a se agregarem ou dialogarem conosco para o êxito da importante tarefa em tela. Tal como a realidade vem demonstrando não será fácil, mas o Brasil – com a união e a luta das forças progressistas da Nação, do povo e da classe trabalhadora – vencerá uma vez mais!

Brasília, 20 de fevereiro de 2018

Francisvaldo Mendes de Souza – Presidente da Fundação Lauro Campos

Manoel Dias – Presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini

Marcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo

Renato Rabelo – Presidente da Fundação Maurício Graboís



Fundação
Maurício
Graboís



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 8, DE 2018

(nº 100/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 100

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Os méritos da Senhora Vivian Loss Sanmartin que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.



EM nº 00015/2018 MRE

Brasília, 8 de Fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 94 - C. Civil.

Em 28 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE VIVIAN LOSS SANMARTIN**

CPF.: 635.254.020-15

1965 Filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasce em Porto Alegre - RS, em 12 de maio.

Dados Acadêmicos:

1990 Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.
1993 CPCD IRBr, 1993
2003 CAD IRBr, 2003
2009 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Cargos:

1994 Terceiro-Secretário
1999 Segundo-Secretário
2004 Primeiro-Secretário
2007 Conselheiro
2010 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1994-97 Divisão do Meio Ambiente, Assistente
1997-99 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária. Chefe dos setores cultural e de imprensa.
1999-2003 Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária. Responsável pelos setores de política interna e externa da UE; responsável pela coordenação das relações ALC-UE.
2003-06 Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária. Chefe de Gabinete do embaixador; chefe do setor econômico e de Mercosul.
2006 Departamento de Integração, Assessora
2007-08 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, Chefe
2008-12 Embaixada em Buenos Aires, conselheira. Chefe do setor de energia; chefe do SECOM.
Embaixada do Brasil em Viena, ministra-conselheira. Chefe da Chancelaria. Responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll)
2012

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMEROUN



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Janeiro de 2018



DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMEROUN	
NOME OFICIAL:	República do Cameroun
GENTÍLICO:	camerounês
CAPITAL:	Iaundê (Yaoundé)
ÁREA:	475.440 km²
POPULAÇÃO:	24,99 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60%), Crenças Tradicionais Animistas (20%), Islamismo (20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (180 membros) e Senado (100 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Paul Biya (desde 9 de novembro de 1982)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Philémon Yunji Yang (desde 30 de junho de 2009)
CHANCELER:	Lejeune Mbella Mbella (desde 2 de outubro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 32,2 bilhões (BM)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 84,7 bilhões (BM)
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 1.289 (BM)
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 3.391 (BM)
VARIAÇÃO DO PIB	4,4% (2016); 5,6% (2015); 5,8% (2014) (BM)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,518 (153ª posição entre 188 países) (UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	56 anos (UNDP)
ALFABETIZAÇÃO (2010):	80,57 % (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	4,51% (OIT)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	SE Sr. Martin Agbor Mbeng
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 70 brasileiros residentes no Cameroun

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAMEROUN (em milhares) (fonte: MDIC)

Brasil → Cameroun	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	20.633	88.449	132.250	106.453	141.931	111.943	69.077	94.626
Exportações	19.671	87.713	121.115	103.006	137.799	105.961	67.373	93.466
Importações	962	735	11.135	3.447	4.132	5.981	1.704	1.161
Saldo	18.708	86.978	109.980	99.559	133.666	99.980	65.670	92.305

Informação elaborada em 17/01/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho e Helges Samuel Bandeira. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 18/01/2017.

APRESENTAÇÃO

País da África Central, o Cameroun tem território de 475.440 km² e população de 24,99 milhões de habitantes. É banhado pelo Atlântico a oeste e compartilha fronteiras com a Nigéria, o Chade, a República Centro-Africana, a República do Congo, o Gabão e a Guiné Equatorial. O país tem ganhado importância geopolítica com a escalada das tensões na vizinha República Centro-Africana, mormente para os países contribuintes de tropas para a Missão de Paz da ONU (MINUSCA), que forçosamente farão uso do território camerounês para o deslocamento de seus militares.

Ex-colônia alemã, o Cameroun tornou-se, após a I Guerra Mundial, território sob mandato da Liga das Nações. A maior parte do território ficou sob o controle da França, ao passo que ao Reino Unido coube uma porção menor. Em 1º de janeiro de 1960, a parte francesa conquistou a independência. No território que cabia aos britânicos, foi realizado um referendo: a região sul aderiu ao Cameroun, enquanto a parte norte, com população predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria.

O primeiro presidente do Cameroun, Ahmadou Ahidjo, estabeleceu regime de partido único e governou de maneira centralizadora. Em 1982, Ahidjo renunciou, e seu primeiro-ministro, Paul Biya, assumiu o poder. Ainda sob regime unipartidário, Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988. O país passou por processo de abertura política a partir de 1990, ano em que foi promulgada a Lei das Associações e Partidos Políticos. Como não há na Constituição camerounesa limite para o número de mandatos, Paul Biya foi reeleito em 1992, 1997, 2004 e 2011. Em 2018, serão realizadas novas eleições presidenciais.

Historicamente estável, o Cameroun convive hoje com alguns fatores de instabilidade, como a atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas regiões anglófonas do Cameroun, com diversas greves, protestos e prisões de líderes independentistas. A população [anglófona](#) do país queixa-se de marginalização e opressão, o que a torna o maior reduto da oposição. O Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte) do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República do Cameroun

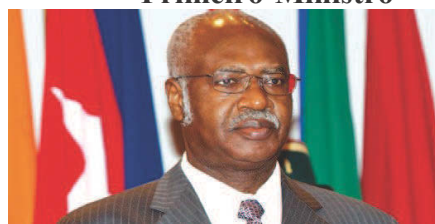




Paul Barthélemy Biya'a Bi Mvondo, mais conhecido simplesmente como Paul Biya, é o segundo [presidente](#) da [República do Cameroun](#) e está no cargo desde [1982](#). Biya nasceu na aldeia de Mvomeka'a, na [Província do Sul](#), em [13 de fevereiro de 1933](#). Após os estudos secundários no Liceu Général Leclerc em [Yaoundé](#), mudou-se para Paris, onde passou sucessivamente pelo [Liceu Louis-le-Grand](#), pela [Universidade da Sorbonne](#), pelo [Institut d'Etudes Politiques de Paris](#) – onde concluiu licenciatura em [Direito Público](#) em 1961 –, e pelo [Institut des hautes études d'outre-mer](#).

Paul Biya trabalhou para o presidente [Ahmadou Ahidjo](#), [primeiro presidente do Cameroun](#), e tornou-se [primeiro-ministro](#) em [1975](#). Ahidjo renunciou em [6 de novembro de 1982](#) e nomeou Biya como presidente. Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011. Nas eleições presidenciais de outubro de 2011, Biya garantiu um sexto mandato de sete anos ao vencer com 77,9% dos votos.

Philémon Yunji Yang
Primeiro-Ministro



Philémon Yunji Yang nasceu em Jikejem-Oku, no noroeste anglófono do Cameroun, no dia 14 de junho de 1947. Estudou Direito na Universidade de Yaoundé, na Escola Nacional de Administração e Magistratura de Yaoundé, e na Universidade de Ottawa, no Canadá. Tornou-se Promotor junto à Corte de Recursos de Buea em janeiro de 1975. Foi nomeado vice-ministro da Administração Territorial em junho de 1975 e promovido ao cargo de Ministro das



Minas e Energia em novembro de 1979, no qual permaneceu por mais de quatro anos. Posteriormente, Yang foi embaixador do Cameroun no Canadá por 20 anos, de 1984 a 2004.

Em dezembro de 2004, foi nomeado Secretário-Geral Adjunto da Presidência da República do Cameroun. Mais tarde, em dezembro de 2008, foi nomeado presidente do conselho de administração da *Cameroon Airlines Corporation*. O presidente Paul Biya apontou Yang como Primeiro-Ministro em 30 de junho de 2009. Seu partido é o *Cameroon People's Democratic Movement (CPDM)*, o mesmo do presidente Paul Biya. Foi reconduzido ao cargo em 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas. O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun, por sua vez, abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram, contudo, o governo brasileiro a desativar, em 1999, sua representação na capital camerunesa.

A partir de meados dos anos 2000, novo impulso ao relacionamento bilateral foi dado. Em janeiro de 2005, realizou-se visita do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Iaundê. Em abril do mesmo ano, o então presidente Lula da Silva visitou o Cameroun, oportunidade em que a embaixada brasileira em Iaundê foi reaberta.

Em fevereiro de 2010, teve lugar, em Brasília, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun. O lado camerounês foi chefiado pelo então chanceler Henri Eyebe Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois memorandos de entendimento: um para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais e outro sobre Cooperação Esportiva.

Em agosto do mesmo ano, o presidente Paul Biya visitou o Brasil. Durante sua visita, foram firmados memorandos de entendimento sobre cooperação cultural e sobre cooperação no campo da agricultura e da pecuária, além de acordos sobre cooperação no campo do turismo e sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes dos funcionários das respectivas embaixadas.

Em maio de 2013, o então chanceler camerounês, Pierre Moukoko Mbonjo, realizou visita de trabalho ao Brasil. Na oportunidade, foi recebido pelo então ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota e manteve contatos com operadores econômicos no Rio de Janeiro, entre os quais a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o BNDES.

Em agosto de 2015, o então ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou o Cameroun, ocasião em que manteve encontros de trabalho com o Primeiro-Ministro Philémon Yang e o então Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo e participou da abertura de encontro entre empresários dos dois países.



A IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, inicialmente prevista para ocorrer em novembro de 2013, em Iaundê, foi adiada a pedido do Governo brasileiro, por razões orçamentárias, e ainda não foi possível reagendá-la.

O número de visitas oficiais e a cooperação mantida pelos países em foros internacionais demonstram que o relacionamento diplomático é de alto nível. O país africano tem consistentemente apoiado as candidaturas brasileiras em organismos internacionais (FAO, OMC, OMA, entre outras). Atualmente, o desafio está em fazer com que a excelência dos diálogos políticos gere crescimento do comércio e dos investimentos, bem como permita que novos projetos de cooperação se concretizem.

Cooperação técnica. Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun, assinado no dia 14 de novembro de 1972 e promulgado no dia 20 de setembro de 1973.

Duas iniciativas pontuais recentes de cooperação técnica entre os dois países se concretizaram. Vieram ao Brasil técnicos camerouneses para participar de dois eventos: o 11º Congresso Brasileiro do Algodão, que se realizou de 29 de agosto a 1 de setembro, em Maceió; e o curso de aperfeiçoamento em técnicas de cotonicultura, ministrado pela Universidade de Lavras, no período de 19 de junho a 13 de setembro.

Ainda em 2017, de 29 de outubro a 4 de novembro, uma missão do SENAI visitou o Cameroun, atendendo convite do Ministro da Formação profissional, por intermédio da Direção de Cooperação internacional do Cameroun, com o objetivo de avaliar a possibilidade de parceria para implantar no país uma estrutura de formação técnica e profissional inspirada no modelo do SENAI.

Em 2018, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) fará uma missão de prospecção, prevista para o primeiro semestre, a fim de discutir a possibilidade de projeto na área de inovação em adubos e fertilizantes para o algodão, em resposta a demanda oriunda do Ministério da Agricultura de Desenvolvimento Rural do Cameroun.

A pauta de cooperação técnica bilateral é historicamente modesta. Em fevereiro de 2011, foi realizada missão de prospecção da ABC ao Cameroun, com o intuito de discutir possibilidades de cooperação nas áreas de piscicultura e saneamento básico. O projeto sobre saneamento básico não avançou em função das restrições orçamentárias. No entanto, ao longo do ano de 2011, foi elaborado e aprovado o projeto “Capacitação Técnica no âmbito do Desenvolvimento da Piscicultura Sustentável no Cameroun”. Realizou-se, então, entre os dias 9 e 13 de junho de 2012, missão de execução no quadro do referido projeto, ocasião na qual se negociou um termo de referência para a construção de uma fábrica de ração e de uma unidade de reprodução de alevinos no Cameroun. O documento, elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, foi encaminhado ao Ministère de l’Élevage, des Pêches et Industries Animales (Minepia) do Cameroun, que aprovou o texto sem ressalvas. Foi publicado, no final de março de 2013, edital de licitação



para construção da fábrica de ração. Entretanto, não houve avanço posterior nesta questão. Ainda no quadro do referido projeto, o MPA realizou curso de capacitação entre os dias 19 e 26 de novembro de 2012, em Fortaleza, do qual participaram oito técnicos camerouneses.

Cooperação em Defesa. As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun ainda estão em seu estágio inicial, mas apresentam boas perspectivas. A criação, em 2013, de Adidância Militar na Embaixada do Cameroun em Brasília representou demonstração clara do interesse do país em ampliar a cooperação com o Brasil no campo da Defesa.

O Governo camerounês vem manifestando clara preferência por diversificar sua cooperação internacional na matéria e evitar depender da associação com os parceiros tradicionais. A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun para combater a pirataria marítima no Golfo da Guiné, prestando apoio técnico para a operacionalização do "Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné" (CIC), sediado no país.

Em fevereiro de 2015, delegação camerounesa chefiada pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha daquele país realizou visita ao Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) da Marinha do Brasil, com o propósito de conhecer as atividades de vigilância, patrulhamento e segurança desenvolvidas pela Marinha do Brasil (MB) no Atlântico Sul, inclusive as desenvolvidas em coordenação com países sul-americanos da margem ocidental do Atlântico (Argentina, Uruguai e Paraguai), por meio do Centro Regional de Tráfego Marítimo da Área Marítima Atlântico Sul (CRT-AMAS).

Entre as iniciativas ora em discussão entre as duas Marinhas está o apoio à formação de pessoal e orientação para a equipagem do CIC, além da designação de Oficial Assessor Técnico da MB junto ao Centro. O tema, espera-se, poderá ser disciplinado por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação entre as respectivas Marinhas, ou mesmo de um acordo mais amplo de cooperação em defesa.

Ademais, estão em curso negociações entre a Embraer Defesa e Segurança (EDS) e o Governo do Cameroun com vistas à aquisição de aeronaves de ataque leve e treinamento avançado A-29 Super Tucano. O lado camaronês vem dando sinais de que contempla a aquisição de aeronaves de modo a dar início a sua utilização no mais breve prazo, em vista da urgência da situação de segurança no Extremo Norte do país, atingida por ataques do grupo terrorista Boko Haram.

A eventual aquisição de A-29 poderá ensejar relações mais estreitas entre os dois países no domínio da defesa, em particular no que diz respeito à cooperação entre as respectivas Forças Aéreas. Entre as áreas que poderiam ser consideradas nesse sentido está o treinamento e formação de pilotos, inclusive o possível apoio para a criação de Academia da Força Aérea (atualmente a formação dos pilotos camerouneses é feita na França, a custos muito elevados) e a prestação de apoio técnico para a modernização da Força Aérea Camerounesa.



Programa Mundial de Alimentos. O Cameroun é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional.

Em 2012, o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz, com valor total estimado em US\$ 2.241.276,08, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em benefício de refugiados centro-africanos e camerouneses em situação de vulnerabilidade na região do Extremo Norte.

Cooperação Policial. Delegação camerounesa realizou visita à Academia de Polícia Nacional (ANP) e à Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) em agosto de 2013, para conhecer a estrutura daquelas instituições, tendo em vista o interesse do Cameroun em promover a cooperação policial com o Brasil. Na ocasião, a parte camerounesa sugeriu a negociação de acordo ou memorando de entendimento entre as academias de polícia ou entre os órgãos policiais dos dois países. O assunto, contudo, não teve seguimento.

Cooperação Educacional. O Cameroun, com base no Acordo de Cooperação Cultural (em vigor desde setembro de 1973), faz parte dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Desde 2005, 47 alunos camerouneses de graduação e 4 de pós-graduação já foram beneficiados pelos referidos programas.

Não há, contudo, registro de bolsista camerounês no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, desde a criação do Programa de Bolsa daquela instituição, em 1976.

Cooperação Jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Cameroun. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Estão atualmente em negociação quatro acordos de cooperação jurídica entre o Brasil e o Cameroun, quais sejam: Acordo de Extradução (negociação concluída); Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas (negociação concluída); Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (negociação em andamento); e Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Civil (negociação em andamento).

Cooperação Energética. Até o momento, não foram concretizados projetos de cooperação, nem assinados atos internacionais na matéria. No entanto, há interesse camerounês em uma maior cooperação energética bilateral. Durante encontro, em abril de 2013, entre o Embaixador do Brasil no Cameroun e o então Chanceler Pierre Mbonjo, este referiu-se aos desafios que o seu país enfrenta no desenvolvimento de infraestrutura e indicou estar aberto à participação de parceiros brasileiros. Um aspecto que poderia ser desenvolvido junto ao Cameroun seria a



cooperação com vistas ao desenvolvimento de projetos de construção de hidrelétricas e de infraestrutura energética. Nesse sentido, registra-se a atividade de empresas brasileiras no país, notadamente a Andrade Gutierrez, que atua na construção de barragens e de eletrificação no país desde a década de 1980. A empresa brasileira Sinergia e Desenvolvimento (SINGE) teria sido consultada, em 2015, por missão empresarial camerounesa, com vistas a oferecer assessoria e transferência de tecnologia no setor de gás natural (tratamento, acondicionamento, compressão e transporte de gás).

Cooperação Cultural. Em 2005, no âmbito da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, foi firmado Programa Executivo Cultural (PEC) entre os dois países, com validade de cinco anos, propondo atividades nas áreas da música, da dança, das artes plásticas, da arquitetura e da conservação do patrimônio histórico-cultural. Em 2010, foi assinado novo PEC, válido até 2013, propondo atividades, por exemplo, no campo da música, dança, cinema, artes cênicas e literatura.

Cooperação Esportiva. O governo camerounês tem buscado cooperar com o Brasil na área dos esportes. Delegação camerounesa deve visitar o país em breve para conhecer melhor a experiência brasileira na organização de grandes eventos esportivos e explorar mecanismos de cooperação, em especial no que diz respeito ao treinamento de treinadores e atletas do Cameroun.

Acordo de Serviços Aéreos. Em 2013, foram retomadas negociações iniciadas em 2006 para um acordo bilateral de serviços aéreos (ASA). Proposta enviada pelo Cameroun foi submetida à ANAC, que fez adaptações, conforme o modelo brasileiro de ASA. Ao submeter sua contraproposta, o Brasil revelou seu interesse na pronta conclusão das negociações. Em nota de novembro de 2013, as autoridades camerounesas informaram que a proposta brasileira de ASA estava sendo analisada. Desde então, nenhuma reação camerounesa foi recebida.

Apesar da demora nas negociações do ASA, Brasil e Cameroun têm mantido cooperado nos organismos internacionais especializados em aviação civil, em particular no que se refere à troca de apoio em candidaturas apresentadas por ambos os países.

Assuntos Consulares. A rede consular do Brasil em Cameroun corresponde à Embaixada do Brasil em Iaundê. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Cameroun. Existem em torno de 70 brasileiros no Cameroun, em sua maioria religiosos e missionários que residem, em geral, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. O posto estima que o número de brasileiros missionários que prestam atendimento social e religioso em diversas congregações seja de 38 nacionais.

O número de brasileiros de passagem na jurisdição ao longo de 2016 é estimado em 20 nacionais. Desses, 18 estariam no país a negócios, e 2 a turismo. Os principais destinos são Iaundê e Douala, e o tempo de permanência médio no país é de sete dias.



Os casos consulares acompanhados pela Embaixada do Brasil em Iaundê tratam, principalmente, de situações que envolvem necessidade de repatriação de cidadãos brasileiros desvalidos; pedidos de localização de paradeiro de cidadãos residentes no país; e denúncias de fraudes e golpes eletrônicos. Não existem brasileiros presos no Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Cameroun não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

O Cameroun adota como forma e sistema de governo, respectivamente, a república e o semipresidencialismo. O conceito de semipresidencialismo se justifica na medida em que as instituições do país, apesar de preverem a existência do cargo de Primeiro-Ministro, concedem ao Presidente a quase totalidade do poder decisório. Como forma de Estado, o Cameroun adota o unitarismo. O país é dividido em 10 regiões semiautônomas, que são administradas por governadores nomeados pelo Presidente.

O Parlamento do Cameroun, de caráter unicameral desde a independência, passou a dispor de Senado a partir de 2013. O Senado tem 100 membros, dos quais 70 eleitos indiretamente e 30 indicados pelo Presidente; e a Assembleia Nacional conta com 180 membros.

Embora a constituição camerounesa preveja a separação dos poderes, na prática o Poder Executivo tem alto grau de ingerência sobre o Judiciário e o Legislativo. O Judiciário é considerado, por alguns analistas internacionais, pouco independente, visto que está subordinado ao Ministério da Justiça. O Executivo também dispõe do direito de nomear os juízes (em todos os níveis). O país não dispõe de uma Corte Constitucional.

O Presidente Paul Biya tem exercido seu poder por meio do RDPC (Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais), partido que domina o sistema político interno. O Legislativo raramente rejeita qualquer decisão do Presidente. 82 dos 100 senadores e 148 dos 180 deputados são filiados ao RDPC, partido governista. Apesar de ser considerado um partido de direita, o RDPC abarca membros governistas de diversas ideologias. O SDF (Social Democratic Front), liderado por John Fru Ndi, é o principal partido de oposição, mas carece de apoio popular significativo e base de apoio nacional.

Relações Governo-Sociedade. O Cameroun é formado por uma diversidade de grupos étnicos – estima-se que cerca de 250 idiomas ou dialetos são falados no país. Nesse contexto, o Estado camerounês tem buscado instituir um governo central forte o suficiente para conter as tendências fragmentárias e impor-se sobre lideranças descentralizadas. À semelhança do que ocorre com a Nigéria, o Cameroun é caracterizado pelo predomínio de populações islâmicas no norte. Porém, tais populações não têm representado desafio à estabilidade política ou à



unidade nacional. As relações entre a maioria francófona e a minoria anglófona, entretanto, são problemáticas.

A comunidade anglófona, estimada em aproximadamente 5 milhões de pessoas (de uma população total de aproximadamente 24,99 milhões) denuncia que recebe tratamento inferior ao concedido aos francófonos. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas duas regiões anglófonas do Cameroun, com diversas paralizações, greves, protestos e prisões de líderes independentistas. Além disso, no norte do país, as situações social e de segurança deterioraram-se bastante nos últimos anos, em razão dos frequentes ataques do grupo terrorista Boko Haram e da entrada de refugiados nigerianos. No leste do país, por sua vez, o fluxo de refugiados centro-africanos também tem representado desafio para as autoridades camerounesas.

Políticas de desenvolvimento. O Presidente Paul Biya tem tentado implementar, nos últimos anos, ambicioso programa de desenvolvimento das infraestruturas do país (programa "Grandes Realizações"). A construção de rodovias e o aperfeiçoamento do setor elétrico do país são algumas das prioridades.

Em reação ao agravamento da situação de segurança no Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte), decorrente da entrada de refugiados nigerianos e dos ataques perpetrados pelo Boko Haram, o Governo adotou plano de desenvolvimento para a região, o qual tem como objetivo desenvolver infraestrutura e projetos agrícolas. O Grande Norte, segunda Região mais populosa do País (mais de 30% da população), tem os piores índices de desenvolvimento humano do Cameroun. Há proporcionalmente menos hospitais, menos escolas e índice mais elevado de desnutrição. A insegurança alimentar é causada, em parte, pelas condições climáticas da região (clima saheliano), marcadas por frequentes secas e inundações alternadas.

Direitos Humanos. A situação de direitos humanos no Cameroun foi avaliada pela Revisão Periódica Universal (RPU), no âmbito da Organização das Nações Unidas, em 2013, que averiguou que as estruturas normativas e institucionais para proteção dos direitos humanos haviam melhorado no país desde 2009, ano da revisão anterior. A RPU identificou medidas importantes nos temas da participação pública na política, no direito à alimentação e ao trabalho, assim como na promoção de direitos de pessoas com deficiência. Durante a sessão, a delegação brasileira elogiou as melhorias no acesso à educação especialmente no nível primário e no campo de educação para pessoas com necessidades especiais; a promoção dos direitos das mulheres, em especial no tema da mutilação genital feminina; e a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados.

No entanto, recentemente, a associação de defesa dos direitos humanos REDHAC (*Réseau des Défenseurs des Droits Humains em Afrique Centrale*) denunciou supostos crimes e violações cometidos pelas forças de ordem camerounesas contra manifestantes das regiões anglófonas.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Cameroun tem sido historicamente discreta. O país mantém perfil baixo no que diz respeito aos grandes temas da agenda internacional e continental.

O principal parceiro internacional permanece sendo a França, que goza de grande influência sobre os assuntos internos do país. Tal influência se expressa nos acordos militares bilaterais, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica e na forte presença de nacionais franceses em território camerounês.

No plano regional, o Cameroun integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). O país mantém relacionamento cordial com seus vizinhos. O Gabão, por exemplo, abriga importante colônia de imigrantes camerouneses e importa do Cameroun grande parte dos gêneros alimentícios que consome.

O Cameroun também é membro da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica, o que reflete as duas comunidades linguísticas do país. O Cameroun é o 18º contribuinte de tropas para Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas.

Nigéria. Embora os dois países mantenham relacionamento cordial, persistem desconfianças entre Iaundê e Abuja. O peso demográfico e econômico da Nigéria provoca receios no governo camerounês. A fronteira bilateral é extensa (2050 km) e porosa. Boa parte (905 km) ainda carece de demarcação. De todo modo, as trocas comerciais entre os dois países são intensas: a Nigéria é grande exportador para o Cameroun. Ademais, a devolução total e definitiva da Península de Bakassi ao Cameroun, celebrada em novembro de 2013, eliminou a principal fonte de tensão entre os dois países e ensejou a instauração de ambiente amistoso e pragmático na diplomacia bilateral. O principal item da agenda bilateral é securitário: o combate ao grupo Boko Haram.

República Centro-Africana. A região leste do país tem sido negativamente afetada pela crise política e de segurança na República Centro-Africana (RCA). O Governo camerounês tem, conseqüentemente, ampliado seus gastos com os efetivos militares e contribuído para as iniciativas diplomáticas regionais de estabilização da RCA. 1078 militares camerouneses, equivalente a 95% do total do efetivo do país empregado em Operações de Manutenção da Paz da ONU, encontram-se desdobradas na Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). Além disso, o conflito na RCA aumenta a importância estratégica do Cameroun para países que contribuem com tropas à MINUSCA, na medida em que se utilizam do território camerounês para chegar ao terreno de operações.

China. Cameroun e China mantêm relações estreitas. Destacam-se, em particular, os investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de



empréstimos ao país africano. Em junho de 2009, a China entregou ao Governo camaronês o Palácio Polivalente de Esportes de Iaundê, orçado em cerca de US\$ 30 milhões. Em janeiro de 2011, por ocasião da visita do Vice-Primeiro Ministro chinês, Hui Liangyu, ao Cameroun, foi assinado acordo de empréstimo de 450 milhões de dólares destinados à construção do porto de águas profundas de Kribi. O Presidente Paul Biya, que pouco se desloca ao exterior em viagens oficiais, esteve na China em cinco ocasiões (1983, 1993, 2003, 2006 e 2011).

Turquia. O Cameroun, interessado em diversificar suas relações internacionais e mitigar o excessivo peso dos parceiros tradicionais, tem buscado ampliar o relacionamento bilateral com a Turquia. Em março de 2013, o Presidente Biya visitou Ancara, onde foi recebido pelo Presidente Abdullah Gul e pelo Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan. Em 2010, o Presidente Gul visitara o Cameroun, ocasião que marca o início da aproximação bilateral.

Índia. As relações entre o Cameroun e a Índia, embora não sejam caracterizadas por troca de visitas de alto nível, têm experimentado rápido adensamento nos últimos anos, em especial na área comercial. A Índia é hoje importante parceiro comercial do Cameroun.

Pirataria no Golfo da Guiné. O Cameroun tem envidado, conjuntamente com seus vizinhos, esforços para reverter o quadro de insegurança no Golfo da Guiné. Em junho de 2013, o país sediou conferência regional que tratou do tema. Na ocasião, foi criado o Centro Interregional de Cooperação (CIC), com sede em Iaundê.

Combate ao Boko Haram pela Força-Tarefa Conjunta Multinacional. As atividades da Força-Tarefa Conjunta Multinacional (Cameroun, Chade, Nigéria, Níger e Benin) no combate ao Boko Haram podem ser avaliadas como exitosas. A contribuir para esse quadro, a imprensa destaca, entre outros, os seguintes fatores: prisão pela Nigéria de Khalid al-Barnawi, líder do grupo Ansaru, dissidente do Boko Haram; atuação coordenada das forças do Cameroun, da Nigéria e do Chade, com o apoio da Força-Tarefa; ofensivas contra os centros de concepção estratégica e treinamento do grupo; dificuldades interpostas ao abastecimento de comida, combustível, armamento e munição; redução do perfil de atuação do grupo; colaboração da população civil no fornecimento de informações úteis às forças militares; e cooperação de parceiros internacionais, mediante, por exemplo, a cessão de “drones” de monitoramento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Cameroun desempenha papel importante no cenário econômico da África Central, embora seja pouco desenvolvida em termos globais. O país dispõe de vastos recursos naturais, goza de relativa estabilidade política e está situado em área privilegiada, que lhe permite atuar como “hub” comercial. Petróleo, madeira, algodão, café e cacau são os principais produtos de exportação. A extração petroleira, ainda que de dimensões reduzidas em termos mundiais, tem



sido historicamente responsável por grande parte das exportações anuais e constitui o principal setor da economia.

O Cameroun conta hoje com finanças relativamente saneadas, baixo grau de endividamento e capacidade de alavancar recursos para grandes projetos de desenvolvimento. O país possui ainda outros trunfos: riquezas minerais importantes; potencial energético único na região; posição geográfica estratégica; população mais bem capacitada do que a média sub-regional; mercado consumidor interno incipiente, mas de grande potencial; e grau moderado de industrialização.

Nesse quadro, muitos países tem buscado oportunidades de negócios no Cameroun e disputado entre si parcerias com o governo camerounês para o desenvolvimento dos inúmeros projetos de infraestrutura - de que são prova as muitas obras e canteiros chineses, turcos, franceses e de outros países europeus. O maior projeto da Alemanha no continente é a usina de processamento de gás associada ao complexo portuário-industrial de Kribi, no litoral sul do Cameroun.

Entre os principais obstáculos aos negócios no país, podem ser mencionados: ineficiência do serviço público, altos impostos, dificuldade na execução dos contratos, oscilações no fornecimento de energia e deficiência dos meios de transportes.

Dados macroeconômicos. Desde 1994, a economia de Cameroun tem registrado longo ciclo de crescimento e, ao final de 2014, o país completou vinte anos consecutivos de expansão. Em 2016, o PIB camerounês cresceu 4,67% e, em 2017, a expansão foi um pouco menos expressiva, de 3,9%. O crescimento constante da economia camerounesa tem encontrado amparo, principalmente, no bom desempenho do segmento petrolífero e na agricultura. O FMI avalia que o país deverá continuar registrando evolução positiva. Em 2018, há expectativa de crescimento real do PIB de 4,57%. Contribuirá para essa almejada expansão o desempenho da indústria petrolífera; o incremento nos investimentos em infraestrutura, principalmente na cidade portuária de Kribi; e o bom desempenho geral do setor de serviços (em especial finanças e comunicação).

Mesmo ancorado neste longo ciclo de expansão, o PIB nominal *per capita* ainda é baixo, limitando-se a US\$ 1.263 ao final do ano passado, levando o Cameroun a ser classificado como país de renda média-baixa. A inflação tem-se mantido em níveis baixos, tendo sido de 1,17% em 2017. O endividamento do Estado encontra-se ainda em níveis relativamente seguros. A política monetária é controlada pelo banco central regional, o Banco dos Estados da África Central (BEAC), que prioriza o controle da inflação e a manutenção do Franco CFA a uma taxa constante de conversibilidade com o euro.

Setores econômicos. O setor primário é de fundamental importância para o país, pois emprega aproximadamente 70% da população economicamente ativa. Os níveis de produtividade, porém, são baixos. Por isso, o setor contribui com apenas 23% do PIB (2016, est). Além disso, o país tem que importar alguns alimentos, como cereais. O Governo tem envidado esforços para alterar esse quadro. O setor



madeireiro, que contribui com cerca de 5% do PIB, também é um dos pilares da economia.

O setor secundário emprega cerca de 13% da população. A indústria tem relativa importância – sobretudo se levarmos em conta o contexto regional – e contribui com 28,2% do PIB (2016, est). Destacam-se a produção de alumínio, refino de petróleo, reparos de navios e bens de consumo para o mercado interno, como têxteis, produtos alimentícios, cerveja, cigarro, montagem de produtos industriais importados e produtos de madeira. Malgrado os esforços governamentais em criar zonas francas e descentralizar as atividades secundárias, a produção industrial mantém-se concentrada em Duala (70% das indústrias encontram-se nessa cidade).

O setor terciário contribui com 48,8% do PIB (2016, est) e emprega cerca de 17% da população. É formado basicamente pela administração pública e pelo comércio.

Matriz energética. Segundo a Agência Internacional de Energia, a matriz energética do país era composta, em 2015, pela biomassa tradicional (65,5%), combustíveis fósseis (25%), hidroenergia (5,7%) e gás natural (3,8%). Segundo o relatório anual de 2014 da empresa estatal Eneo, envolvida da produção, transmissão e distribuição de eletricidade em Cameroun, a potência instalada da geração elétrica naquele ano era de cerca de 1.249 MW, sendo 58,6% oriundo de hidroenergia, 24,1% de combustíveis fósseis líquidos (diesel e óleo combustível) e 17,3% de gás natural.

No final de 2016, as reservas de petróleo de Cameroun foram estimadas pela empresa estatal camerunesa 'Société Nationale des Hydrocarbures' (SNH) em cerca de 240 milhões de barris, ante 288 milhões no ano anterior. O país vem enfrentando trajetória decrescente de suas reservas, em razão do decaimento natural dos poços existentes e das dificuldades de atração de investimentos para a prospecção de novas áreas. A produção de petróleo teve início nos anos 70 e o pico de produção do país foi atingido em meados da década de 80, em faixa próxima a 170 mil barris diários, quando as reservas totais somavam 555 milhões de barris. Seus poços, quase sempre 'offshore', são na maioria maduros, de exploração onerosa e difícil, de modo que o setor é altamente vulnerável a flutuações de preços nos mercados internacionais. Nos últimos anos, a SNH vem empreendendo esforços de modernização do parque produtivo e adoção de tecnologias mais eficazes de exploração de poços maduros. Pretende-se também aumentar o controle e a transparência sobre as receitas advindas da exploração dos combustíveis fósseis. Com esse objetivo, Cameroun aderiu à *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI).

A produção em 2016, conforme dados do Relatório Anual da SNH, atingiu a média diária de cerca de 92 mil barris, registrando a primeira queda em 5 anos (-3,67% sobre 2015). A produção de petróleo, tipicamente "pesado", é liderada por empresas estrangeiras, sob acompanhamento próximo ou em parceria com a SNH, e governada pelo sistema de "partilha". As principais corporações presentes no



país, por ordem de importância, são Total, Pecten/Shell e Perenco. Aproximadamente 60% do volume produzido é exportado, principalmente para Índia, Espanha e Itália. O restante é processado internamente na única refinaria do país, situada na localidade costeira de Limbé, com capacidade de processamento de cerca de 42 mil barris diários. Uma segunda refinaria está em fase de projeto para a cidade portuária de Kribi, onde também funciona um terminal marítimo e uma unidade de geração termelétrica a gás natural com capacidade nominal de 125MW, lançada em 2014. São importados alguns derivados de petróleo para consumo interno.

Estima-se em 170 bilhões de m³ o total de reservas de gás natural do país. Se em 2012 a produção era praticamente inexistente, esta atingiu cerca de 357 milhões de m³ anuais em 2016. A entrada em operação, esperada para 2018, de uma unidade flutuante de liquefação de gás natural, atualmente ancorada em zona marítima próxima a Kribi, é passo fundamental para a exportação do recurso a mercados externos.

O Cameroun é um dos países africanos que mais aposta em energia renovável. O país tem o terceiro maior potencial hidro energético da África, tendo apenas 5% de seu potencial aproveitado. Três hidroelétricas de grande porte estão em processo de construção [Lom Pangar (30 MW), Memeve'ele (210 MW), Nachtigal (420 MW)]. O país também tem investido em energia solar, cujo potencial de produção no Norte do país é significativo. Um exemplo é o acordo assinado em 2015 com a empresa JCM Greenquest (canadense) para a construção de uma usina com capacidade de produzir 500MW, número que equivale a pouco mais de 1/3 da atual produção elétrica. Há também alguns investimentos em energia eólica.

Recursos minerais. De acordo com estudo financiado pelo PNUD, o subsolo camerounês é rico em reservas inexploradas de ferro, rútilo, bauxita, estanho, urânio, ouro e diamantes.

Comércio exterior total. Ao longo dos últimos dez anos, as exportações camerounesas de bens registraram variação positiva significativa, passando de US\$ 2,849 bilhões em 2005 para US\$ 5,16 bilhões em 2014. Este bom desempenho deve-se, em parte, ao dinamismo nos embarques de petróleo, o principal produto ofertado. Entretanto, desde então, houve forte retração do total exportado, que foi de US\$ 4,053 bilhões em 2015 e US\$ 2,132 em 2016, refletindo queda na exportação de petróleo. Foram os seguintes os mais relevantes destinos para as exportações do país em 2016: Países Baixos (21,3% do total geral); Bélgica (9,3%); Itália (7,8%); França (7,7%); e China (7,1%). O Brasil foi o 55º destino, com 0,03% do total. Foram os seguintes os cinco principais grupos de produtos da exportação total do Cameroun em 2016: cacau em grão (31,4% do total); madeira serrada (13,4%); madeira em bruto (7,1%); algodão cru (6,9%); e óleo refinado de petróleo (5,7%). A pauta é altamente concentrada em produtos do setor primário.



De 2005 para 2014, as importações do país também cresceram consideravelmente, passando de US\$ 2,8 bilhões a US\$ 7,561 bilhões. Desde 2014, no entanto, houve queda do total exportado, que foi de US\$ 6,037 bilhões em 2015 e de US\$ 4,902 bilhões em 2016. Neste último ano, os principais supridores da demanda externa do Cameroun foram: China (21,4% do total); França (12,1%); Nigéria (4,5%); Tailândia (4,5%); e Alemanha (4%). O Brasil, por seu turno, foi o 20º fornecedor, com margem de 1,3% sobre o total das aquisições externas do país. Os principais grupos de produtos da importação global do Cameroun no ano de 2016 foram: combustíveis (10,9% do total); máquinas elétricas (10,9%); máquinas mecânicas (9,2%); cereais (8,3%); e veículos automóveis (7,3%). Predominam na pauta de importação do Cameroun os produtos manufaturados.

A balança comercial tem disso deficitária desde 2008. Em 2016, o déficit do país em transações comerciais de bens foi de US\$ 2,77 bilhões.

Comércio exterior bilateral. Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, nos últimos anos, o comércio bilateral entre Brasil e Cameroun passou por forte crescimento, entre 2003 e 2010, seguido de importante redução, entre 2010 e 2016. Em 2017, registrou-se crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação ao ano anterior, cuja corrente total passou de US\$ 43,227 milhões para US\$ 94,626 milhões.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio os superávits foram de: US\$ 65,670 milhões (2015); US\$ 41,108 milhões (2016); e US\$ 92,305 milhões (2017).

Em 2017, as exportações brasileiras para o Cameroun totalizaram US\$ 93,466 milhões. No ano anterior, o total foi de apenas US\$ 42,167 milhões, o menor valor desde 2004. Os principais produtos exportados em 2017 foram: i) hidróxido de alumínio (49,1% do total); ii) açúcar refinado (27,6%); iii) veículos de passageiros (2,8%); iv) sal e cloreto de sódio (2,4%); e v) embalagens de papel (2,3%). No ano passado, as importações brasileiras originárias do Cameroun totalizaram US\$ 1,161 milhão. Os principais produtos importados em 2017 foram: i) folhas de madeira para folheados (86,2% do total); ii) borracha natural (11,6%); e, iii) instrumentos de medida ou controle (0,7%).

Investimentos brasileiros. A Andrade Gutierrez, empresa brasileira de construção instalada no Cameroun desde a década de 80, tem participação histórica no país. Por meio de sua subsidiária portuguesa (ZAGOPE), a companhia participou da construção do aeroporto internacional de Iaundê, assim como de importantes obras rodoviárias. Nos últimos anos, a empresa vem procurando oportunidades de investimentos no setor de energia, onde se vislumbram grandes oportunidades.

O consórcio brasileiro Marcopolo-Queiroz Galvão vinha desenvolvendo projeto para implantação de BRT em Duala e Iaundê, as duas principais cidades do Cameroun, estimado em mais de US\$ 500 milhões. O projeto, no entanto, nunca saiu da fase de planejamento. Encontra-se parado há 5 anos, com compromissos informais de progresso assumidos pelas autoridades do Cameroun, porém, sem



avanços concretos. A companhia OAS, por sua vez, realizou, nos últimos anos, quatro missões de prospecção de negócios em Cameroun. A OAS tem interesse específico na construção da rodovia 'Dschang-Fontem-Bakébé' e na restauração do aeroporto de Garoua.

Outras empresas brasileiras de menor porte também têm interesse em investir no Cameroun. A Irizar, fabricante de carrocerias e montadora de ônibus de média e longa distâncias e de turismo, apresentou, em outubro de 2017, proposta às autoridades da Confederação Africana de Futebol para fornecimento de ônibus às seleções nacionais que participarão da Copa Africana de Nações 2019. A Intertechne, empresa com sede em Curitiba especializada em grandes obras de engenharia, deverá dar continuidade, em 2018, aos contatos com autoridades do Ministério da Economia, Planificação e Administração Territorial para discutir sua participação e supervisão em 2018 do projeto hidrelétrico de Bini, iniciativa que contará com financiamento do Eximbank China. A Maxter do Brasil estaria em negociação para implantação no Cameroun de ponto de apoio para venda de máquinas de obras de construção civil usadas e ociosas.

Em 2010, durante visita ao Brasil, o Presidente camerounês, Paul Biya, propôs a celebração de um Acordo bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPI). O Brasil não manifestou interesse, naquele momento, na celebração desse tipo de acordo. Acordos no modelo APPI, que contém cláusulas de resolução de disputas investidor-Estado, foram retirados do Congresso Nacional em 2002 em face da resistência de numerosos parlamentares a esse modelo.

Apesar da atuação de algumas empresas brasileiras no Cameroun, o Banco Central do Brasil não possui registros de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

Telecomunicações. O principal projeto de telecomunicações entre os dois países é o relativo à instalação de cabo submarino de fibra ótica, entre Fortaleza e Kribi, cidade portuária próximo à qual o governo camerounês está executando o maior projeto de infraestrutura do país e que contempla um porto de águas profundas. A concepção do projeto beneficia-se da posição do Cameroun como *hub* portuário da África Central (Porto de Douala) e via de escoamento e suprimento para Gabão, República Centro-Africana, Chade e os dois Congos (Brazzaville e Kinshasa). O projeto deverá captar o excedente de demanda que o porto de Douala não mais pode absorver. O cabo submarino com o Brasil é parte da infraestrutura de comunicação do complexo de Kribi.

O projeto de instalação de cabo submarino teve origem em 2010, quando a ANATEL estabeleceu contatos com sua homóloga camerounesa, a Cameroon Telecommunications (Camtel). Em outubro de 2015, o governo do Cameroun assinou, por meio da Camtel, dois instrumentos com a empresa China Unicom, que veria o projeto como parte de esforço de maior envergadura destinado a criar novos canais de comunicação entre a Ásia e a América do Sul. 85% dos investimentos a serem realizados pelo Cameroun para a instalação dos cabos seriam financiados pelo Eximbank China. Também participam do projeto as empresas Huawei e Telefônica. Em dezembro de 2015, o Brasil indicou às autoridades camerounesas



que, por razões técnicas, fora escolhida a cidade de Fortaleza como ponto de recepção do cabo submarino. Segundo cronograma da Camtel, o cabo submarino será inaugurada em setembro de 2018.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1884 – Alemães criam o Protetorado do Cameroun
1916 – Durante a I Guerra Mundial, tropas britânicas e francesas forçam os alemães a deixarem o país.
1919 – A Declaração de Londres divide o país em uma parte britânica (20% do território) e uma parte francesa (os 80% restantes).
1960 – Independência do Cameroun Francês, que muda de nome para República do Cameroun; Ahmadou Ahidjo torna-se presidente.
1961 – As porções britânicas do país decidem sua sorte após plebiscito organizado pela ONU. A parte norte decide pela união com a Nigéria, enquanto a seção sul se integra à República do Cameroun.
1972 – Após referendo, Cameroun se torna um Estado unitário, e passa a adotar o nome oficial de República Unida do Cameroun.
1982 – Ahidjo renuncia à Presidência por motivos de saúde, e o primeiro-ministro Paul Biya assume.
1983 – Ahidjo se exila, após acusações de que teria tentado um golpe contra Biya.
1984 – Paul Biya é eleito presidente; muda o nome do país de volta para República do Cameroun.
1992 – Paul Biya é reeleito na primeira eleição multipartidária do Cameroun.
1994 – Começam as disputas com a Nigéria sobre a península de Bakassi.
1996 – Após conflitos na fronteira, Cameroun e Nigéria aceitam mediação da ONU sobre o conflito a respeito de Bakassi.
1997 – Paul Biya é reeleito presidente.
2000 – O Banco Mundial aprova financiamento para a construção de oleoduto ligando o Chade ao Cameroun, apesar dos protestos de ativistas dos direitos humanos e ambientais.
2004 – Paul Biya é reeleito presidente.
2006 – Nigéria se retira da península de Bakassi, o que é considerado uma grande vitória do governo do Cameroun. O processo de transferência se completa em 2008.
2008 – Emenda constitucional elimina limite para reeleições presidenciais.
2011 - Paul Biya é mais uma vez eleito presidente.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 – Brasil reconhece a independência do Cameroun francês, em 25 de janeiro, e do Cameroun britânico, em 19 de setembro.
1961 – Grupo parlamentar brasileiro visita o Cameroun, e missão especial camerounesa visita o Brasil.
1965 – Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Cameroun.
1972 – Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural.
1982 – Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que até então não mantinha relações diplomáticas com o Brasil).
1984 – Abertura da Embaixada do Cameroun em Brasília.
1986 – Por ocasião da visita a Iaundê do Chanceler Roberto Abreu Sodré, realiza-se a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun (novembro).
1999 – Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira em Iaundê é desativada e as relações bilaterais passam a ser cumulativamente acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Libreville (Gabão).
2004 – Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
2005 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril). Visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (abril) ao Cameroun. É realizada, em Brasília, a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun (agosto).
2007 – Abertura de leitorado de língua e literatura brasileira na Universidade de Iaundê.
2010 – Visita do Chanceler camerounês, Henri Eyebe Ayissi, ao Brasil e realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Brasília (fevereiro). Visita ao Brasil do presidente da República do Cameroun, Paul Biya (agosto).
2012 – Visita do Ministro Eyebe Ayissi, Delegado Junto à Presidência da República encarregado do Controle Superior do Estado (outubro).
2013 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cameroun, Pierre Moukoko Mbonjo, ao Brasil (maio).
2015 – Visita do Ministro Mauro Vieira ao Cameroun, ocasião em que mantém encontro de trabalho com seu homólogo, o Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo, e participa da abertura de encontro entre empresários dos dois países. O Chanceler brasileiro é recebido também pelo Primeiro-



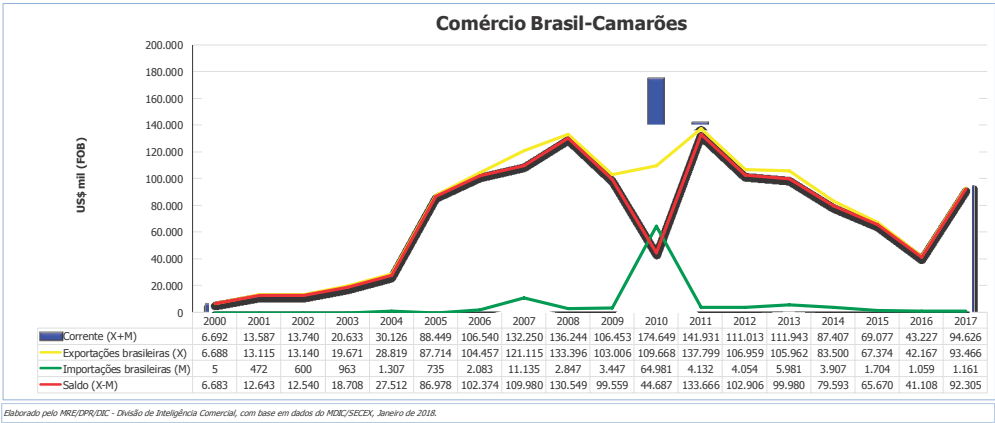
Ministro Philémon Yang (agosto).

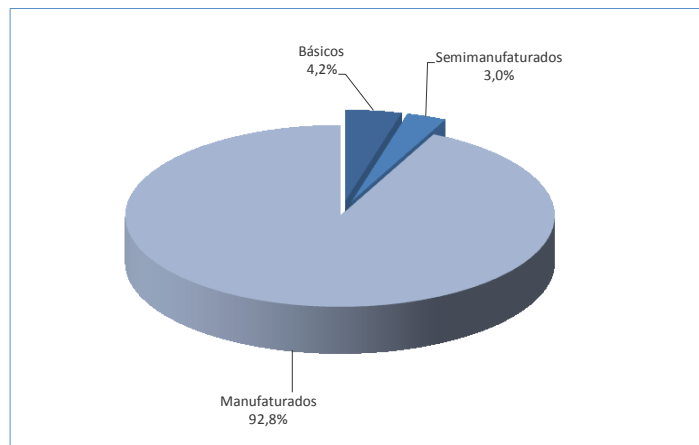
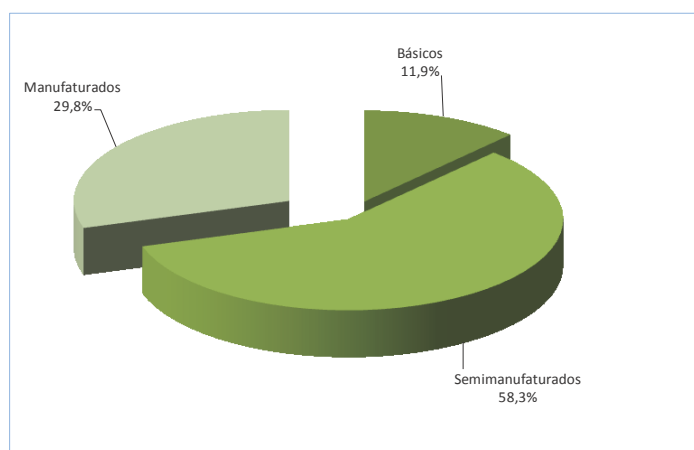
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	04/08/2010	Aguarda ratificação pelo Cameroun	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo	04/08/2010	Aguarda ratificação pelo Cameroun	-
Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões.	14/11/1972	20/09/1973	16/11/1973
Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões.	14/11/1972	20/09/1973	20/11/1973
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal dos Camarões.	05/06/1965	07/10/1966	12/12/1967



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Janeiro de 2018.

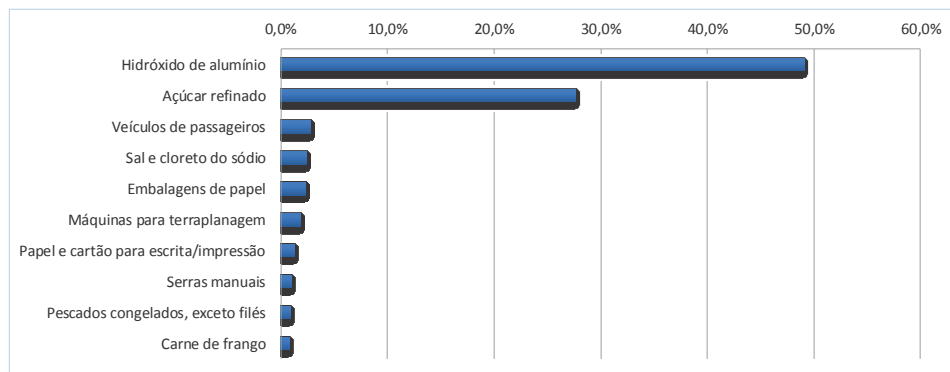


Composição das exportações brasileiras para Camarões (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Hidróxido de alumínio	40.707	60,4%	14.339	34,0%	45.866	49,1%
Açúcar refinado	10.995	16,3%	9.923	23,5%	25.835	27,6%
Veículos de passageiros	573	0,9%	2.146	5,1%	2.647	2,8%
Sal e cloreto do sódio	1.225	1,8%	1.882	4,5%	2.262	2,4%
Embalagens de papel	347	0,5%	1.338	3,2%	2.159	2,3%
Máquinas para terraplanagem	819	1,2%	295	0,7%	1.746	1,9%
Papel e cartão para escrita/impressão	830	1,2%	1.414	3,4%	1.211	1,3%
Serras manuais	408	0,6%	170	0,4%	889	1,0%
Pescados congelados, exceto filés	38	0,1%	553	1,3%	813	0,9%
Carne de frango	871	1,3%	1.000	2,4%	729	0,8%
Subtotal	56.813	84,3%	33.060	78,4%	84.157	90,0%
Outros	10.561	15,7%	9.107	21,6%	9.309	10,0%
Total	67.374	100,0%	42.167	100,0%	93.466	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

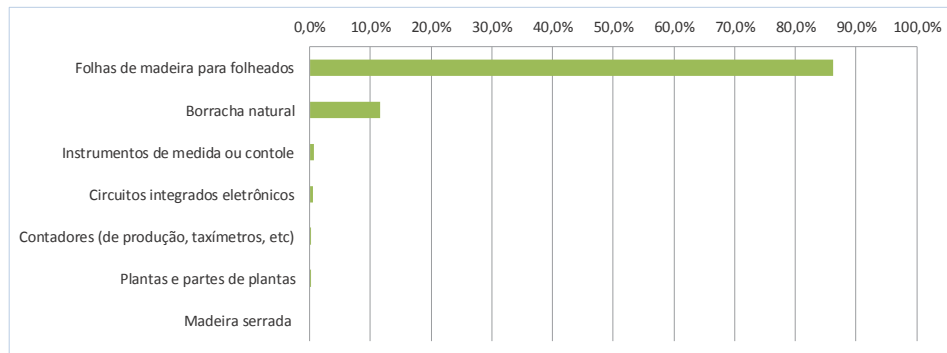


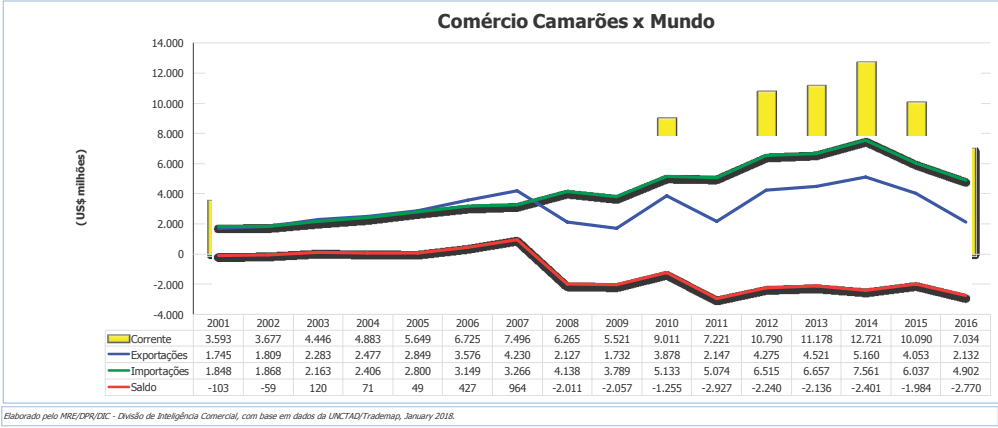
Composição das importações brasileiras originárias de Camarões (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Folhas de madeira para folheados	740	43,4%	849	80,1%	1.001	86,2%
Borracha natural	780	45,8%	187	17,7%	135	11,6%
Instrumentos de medida ou contole	0	0,0%	0	0,0%	8	0,7%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	7	0,6%
Contadores (de produção, taxímetros, etc)	1	0,1%	0	0,0%	3	0,3%
Plantas e partes de plantas	1	0,1%	5	0,5%	3	0,3%
Madeira serrada	21	1,2%	11	1,0%	0	0,0%
Subtotal	1.543	90,6%	1.052	99,3%	1.157	99,7%
Outros	161	9,4%	7	0,7%	4	0,3%
Total	1.704	100,0%	1.059	100,0%	1.161	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

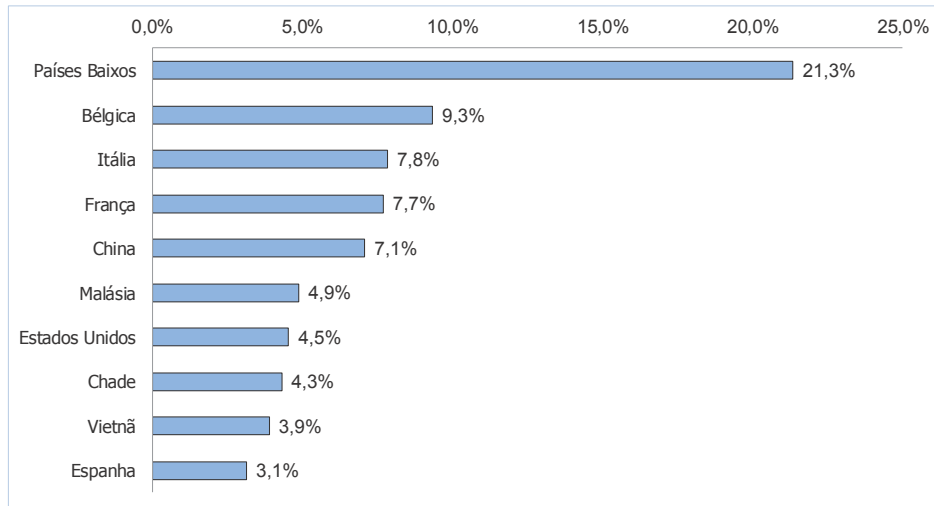




Principais destinos das exportações de Camarões
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Países Baixos	455	21,3%
Bélgica	199	9,3%
Itália	167	7,8%
França	164	7,7%
China	151	7,1%
Malásia	104	4,9%
Estados Unidos	97	4,5%
Chade	92	4,3%
Vietnã	83	3,9%
Espanha	67	3,1%
...		
<i>Brasil (55º lugar)</i>	1	<i>0,03%</i>
Subtotal	1.580	74,1%
Outros países	552	25,9%
Total	2.132	100,0%

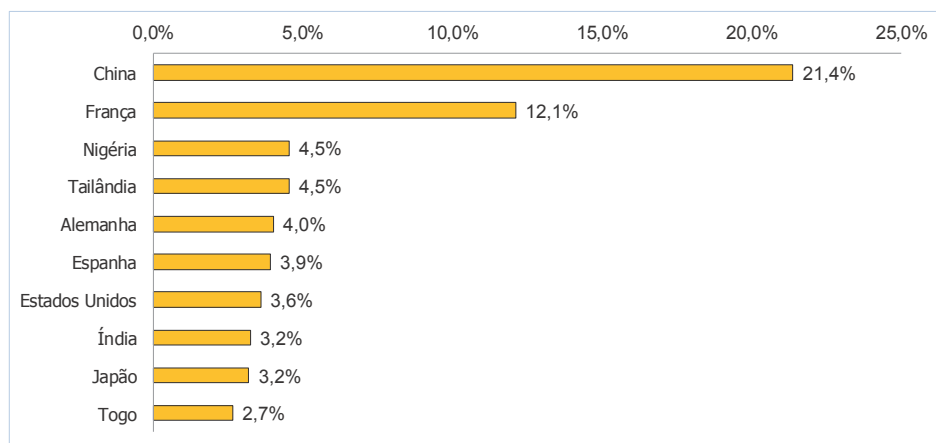
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Principais origens das importações de Camarões
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	1.048	21,4%
França	594	12,1%
Nigéria	223	4,5%
Tailândia	223	4,5%
Alemanha	197	4,0%
Espanha	192	3,9%
Estados Unidos	176	3,6%
Índia	159	3,2%
Japão	157	3,2%
Togo	130	2,7%
...		
Brasil (20º lugar)	63	1,3%
Subtotal	3.162	64,5%
Outros países	1.740	35,5%
Total	4.902	100,0%

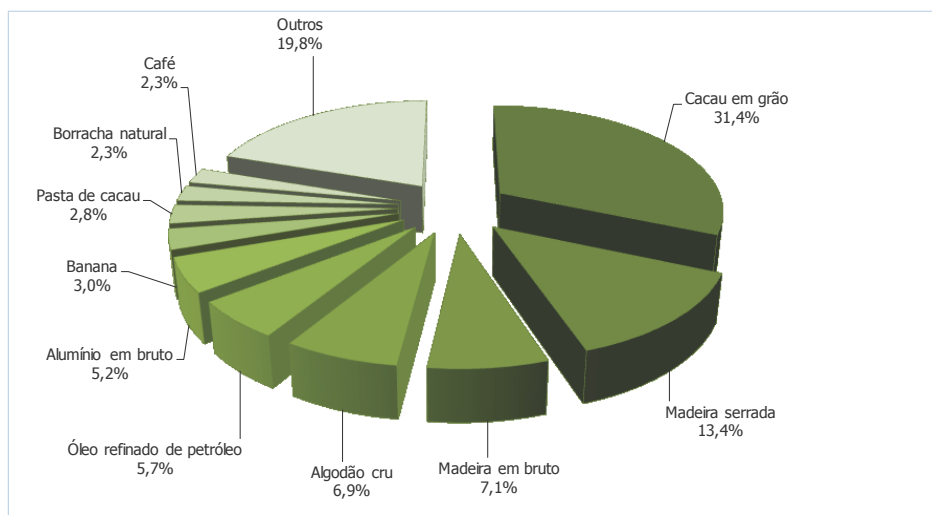
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Composição das exportações de Camarões (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Cacau em grão	670	31,4%
Madeira serrada	286	13,4%
Madeira em bruto	152	7,1%
Algodão cru	147	6,9%
Óleo refinado de petróleo	121	5,7%
Alumínio em bruto	110	5,2%
Banana	65	3,0%
Pasta de cacau	60	2,8%
Borracha natural	50	2,3%
Café	49	2,3%
Subtotal	1.710	80,2%
Outros	422	19,8%
Total	2.132	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

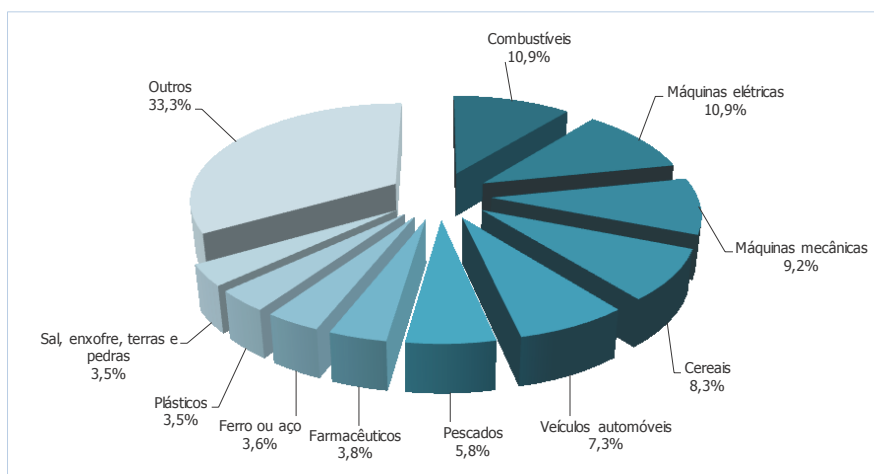


Composição das importações de Camarões (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part. % no total
Combustíveis	534	10,9%
Máquinas elétricas	533	10,9%
Máquinas mecânicas	450	9,2%
Cereais	406	8,3%
Veículos automóveis	359	7,3%
Pescados	282	5,8%
Farmacêuticos	185	3,8%
Ferro ou aço	177	3,6%
Plásticos	172	3,5%
Sal, enxofre, terras e pedras	170	3,5%
Subtotal	3.268	66,7%
Outros	1.634	33,3%
Total	4.902	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Camarões

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,67%	3,97%	4,57%	4,99%	5,12%
PIB nominal (US\$ bilhões)	29,33	30,65	33,06	35,35	37,86
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.238	1.263	1.329	1.386	1.448
PIB PPP (US\$ bilhões)	77,10	81,55	86,94	93,22	100,06
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.255	3.359	3.494	3.655	3.827
População (milhões habitantes)	23,69	24,28	24,88	25,51	26,14
Inflação (%) ⁽²⁾	0,29%	1,17%	1,07%	1,37%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,63%	-3,57%	-3,47%	-3,14%	-2,65%
Dívida externa (US\$ bilhões)	7,36	8,25	9,33	10,33	11,10
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,01	578,57	559,45	567,93	548,90

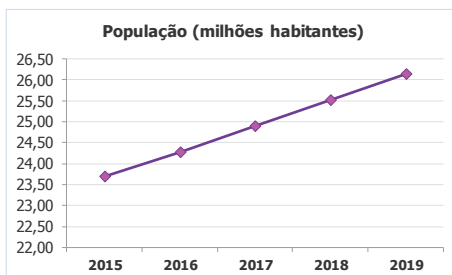
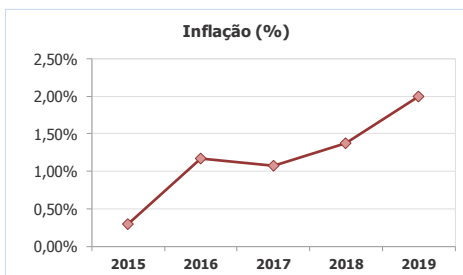
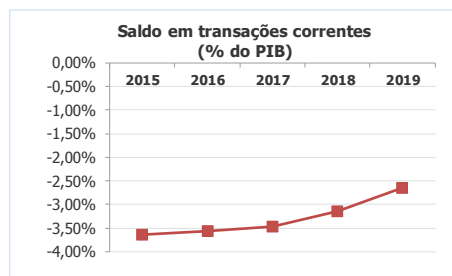
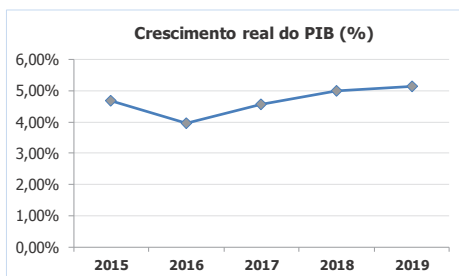
Origem do PIB (2016 Estimativa)

Agricultura	23,0%
Indústria	28,2%
Serviços	48,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CHADE****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Janeiro de 2018

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CHADE	
NOME OFICIAL:	República do Chade
GENTÍLICO:	chadiano
CAPITAL:	N'Djamena
ÁREA:	1.284.000 km ²
POPULAÇÃO:	14,45 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (56%), Cristianismo (35%), Crenças Tradicionais Animistas (8%), Bahai (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral. Assembleia Nacional (188 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Idriss Déby Itno (desde 2 de dezembro de 1990)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Albert Pahimi Padacké (desde 13 de fevereiro de 2016)
CHANCELER:	Mahamat Zene Cherif (desde 24 de dezembro de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 9,6 bilhões (BM)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 28,83 bilhões (BM)
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 664,30 (BM)
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 1.994,60 (BM)
VARIAÇÃO DO PIB	-7% (2016); 1,8% (2015); 6,9% (2014) (BM)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,396 (186ª posição entre 188 países) (UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	51,9 anos (UNDP)
ALFABETIZAÇÃO (2016):	30,79% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	5,8% (OIT)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros no Chade

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHADE (em milhares) (fonte: MDIC)

Brasil → Chade	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	526,73	4.444,37	2.557,86	2.530,32	1.374,02	1.254,77	821,60
Exportações	519,96	4.434,46	2.285,11	2.528,77	1.351,94	1.188,66	784,53
Importações	6,77	9,91	272,75	1,55	22,09	66,11	37,06
Saldo	513,19	4.424,54	2.012,36	2.527,23	1.329,85	1.122,55	747,47

Informação elaborada em 17/01/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho e Helges Samuel Bandeira. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 18/01/2017.

APRESENTAÇÃO

Página 38 de 59

Parte integrante do Avulso da MSF nº 8 de 2018.



País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de 14,45 milhões. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, dada a sua força militar, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.

A história do Chade é marcada pela instabilidade política e por conflitos armados. Enfrentando forte oposição na região norte do país, o primeiro presidente chadiano, François Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década. Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte. Como resultado desses novos embates, formou-se, então, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados e em função de intervenção militar francesa. A despeito desse desfecho, o estabelecimento de um regime cada vez mais autoritário alienou o apoio externo e interno a Habré. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Idriss Déby Itno fundou, no Sudão, movimento rebelde chamado Movimento Patriótico de Salvação. Apoiado pelo Sudão e pela Líbia e ainda contando com a simpatia francesa, Déby Itno logrou chegar ao poder em 1990.

Ao se estabelecer na presidência, Idriss Déby Itno comprometeu-se com uma transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se maior liberdade de expressão e de imprensa. Por fim, em 1996, aprovou-se, via *referendum*, uma constituição e realizaram-se eleições, vencidas por Déby Itno. Este foi reeleito em 2001, 2006, 2011 e 2016 (62% dos votos).

Na região do Lago Chade, o país sofre atualmente com a presença e os ataques do grupo terrorista Boko Haram, com sede na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Chade, Cameroun, Nigéria e Níger constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao grupo terrorista. O país também compõe a Força Conjunta G5 Sahel, formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger e voltada para o combate ao terrorismo e a crimes transnacionais na região do Sahel. Além disso, o país é lugar de origem e de passagem de migrantes que têm procurado atravessar o mar Mediterrâneo rumo à Europa. Governos europeus tem buscado cooperar com o governo chadiano para conter a atual crise migratória.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Idriss Déby Itno**
Presidente

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Muçulmano da etnia Zaghawa, estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, é nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos entre o Presidente Hissène Habré e Déby fazem o último exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o Movimento Patriótico de Salvação (MPS). Em dezembro de 1990, Déby, por meio de golpe militar, chega ao poder. Após seis anos de governo, houve as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas pelo mandatário chadiano. Idriss Déby Itno foi reeleito em 2001, 2006, 2011 e 2016 (62% dos votos).

Albert Pahimi Padacké
Primeiro-Ministro

Albert Pahimi Padacké nasceu em Gouin, na subprefeitura de Pala, capital da região de Mayo-Kebbi Ouest, ao sudoeste do Chade, em 1966. Jurista de formação, Padacké possui mestrado em Direito Público. Durante os anos 1990, Padacké ocupou os cargos de Ministro da Finança e, logo após, de Ministro do Comércio, sendo demitido deste último pelo presidente Idriss Déby em 1997. Tornou-se



Secretário de Estado para Finanças em fevereiro de 2001, posição que ocupou até sua nomeação como Ministro de Minas, Energia e Petróleo em abril do mesmo ano. Ainda em 2001, em agosto, perdeu sua pasta, tornando-se ministro sem portfólio até 2002. Em abril de 2002, foi eleito deputado da Assembleia Nacional, pelo partido *Rassemblement National pour la Démocratie au Tchad (RNDP) - le Réveil*, posição que manteve até 2005. Em agosto de 2005, foi nomeado Ministro da Agricultura. Candidatou-se à Presidência da República pelo *RNDP – le Réveil* nas eleições de maio de 2006, ficando em 3º lugar com 7,82% dos votos. Continuou servindo como Ministro da Agricultura até março de 2007, quando foi nomeado Ministro da Justiça. Subsequentemente foi realocado à posição de Ministro das Publicações, Tecnologias da Informação e Comunicações, abril de 2008. Em 13 de fevereiro de 2016, Idriss Déby nomeou Padacké como seu Primeiro-Ministro, posição que ocupa atualmente, tendo sido reconduzido em 8 de agosto de 2016, 5 de fevereiro de 2017 e 24 de dezembro de 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas. As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê, Cameroun. Desde então, as relações vem se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura. A então Ministra da Agricultura e Irrigação do Chade, Mahamat Maria, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2012, o Presidente Idriss Déby Itno visitou o Brasil no contexto da Rio+20.

Cooperação Técnica. Os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia do Algodão nos Países da África.

Atualmente, o Brasil conta com duas iniciativas regionais em cotonicultura das quais participa o Chade, quais sejam: Projeto Cotton-4+Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Maláui, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue).

O projeto "Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo", mais conhecido como Cotton-4+Togo, objetiva contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Chade, no Benim, no Burkina Faso, no Mali e no Togo. Em cada um dos países, foi implantada pela Embrapa, com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de



algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.

O projeto "Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura" tem como objetivo fortalecer as bases da cadeia produtiva do algodão e da agricultura familiar locais nos países beneficiários (Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Togo, Maláui, Quênia, Tanzânia, Zimbábue). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é a instituição implementadora técnica do lado brasileiro. O projeto tem vigência até 31 de dezembro de 2018. Em 2017, realizou-se o curso de formação para trinta e cinco técnicos nos países de língua francesa, cinco dos quais provenientes do Chade. Eles receberam formação durante três meses, em Lavras, Minas Gerais. Entre junho e agosto de 2018, o curso será ministrado para os países de língua inglesa e o Senegal.

Cooperação Jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Chade. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Assuntos Consulares. Não há registro de brasileiros que residam no Chade. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Chade não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

O Chade é uma república semipresidencialista. Apesar da existência de um Primeiro-Ministro, o Presidente da República, eleito para mandatos de cinco anos, concentra grande parte dos poderes executivos. Em 2004, aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumentou-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais. Embora essas emendas tenham sido aprovadas tanto pela Assembleia Nacional como por *referendum*, elas geraram uma série de críticas entre os tradicionais opositores e alguns apoiadores do Presidente Idriss Déby. Este, no poder desde 1990, foi reeleito para um quinto mandato em 2016.

O Poder Legislativo é unicameral, tendo a Assembleia Nacional 188 membros eleitos para mandatos de quatro anos. As últimas eleições parlamentares ocorreram em 2011. Nessa ocasião, o Movimento Patriótico de Salvação, de Idriss



Déby, conquistou 113 cadeiras. Os três principais partidos opositores (a União Nacional pela Democracia e Renovação, a União pela Renovação e Democracia e a Federação Ação pela República), por seu turno, alcançaram apenas 20 assentos. Desde 2015, o calendário eleitoral para a Assembleia Nacional tem sido repetidamente postergado por alegadas razões orçamentárias.

Apesar da ocorrência de eleições periódicas para o Executivo e para o Legislativo, o país não é considerado pelos índices internacionais como uma democracia. Segundo o *The Economist Intelligence Unit*, o país, em uma lista de 167 nações, ocupa a penúltima colocação em termos de democracia. Os partidos opositores e algumas organizações não-governamentais acusam o governo de fraudes eleitorais.

Missão da ONU. Entre 2003 e 2007, tensões entre comunidades regionais iniciaram-se, na esteira do afluxo de quase 300 mil refugiados ao país – cerca 240 mil sudaneses oriundos do conflito em Darfur e mais de 45 mil provenientes da República Centro-Africana. Em 2008, rebeldes chegaram a cercar o palácio presidencial, mas o Presidente Idriss Déby, com apoio militar francês, conseguiu resistir.

Nesse contexto de instabilidade, entre setembro de 2007 e dezembro de 2010, o Chade abrigou a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINUCART). A missão teve por propósito garantir a proteção da população civil, bem como combater a ação de grupos armados organizados no leste do Chade, no nordeste da República Centro-Africana e no oeste do Sudão. O Brasil enviou observadores militares à MINUCART.

A cooptação de lideranças oposicionistas, a chegada da MINURCAT e a retomada das relações diplomáticas e militares com o Sudão contribuíram para a diminuição da violência.

Direitos Humanos. Em 2013, o Chade foi examinado pela Revisão Periódica Universal (RPU), no âmbito da Organização das Nações Unidas, que registrou considerável progresso na situação dos direitos humanos no país. O diálogo político foi promovido, assim como acesso à Justiça e a liberdade de imprensa. Ao comentar sobre o Chade na 17ª sessão da RPU, o Brasil fez elogios ao país em relação ao combate ao analfabetismo e à adesão a mecanismos legais importantes. Entretanto, também pontuou que o Chade ainda não havia aderido à Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, recomendação feita pelo Brasil também na RPU de 2009. Até hoje, o Chade não aderiu à Convenção.

Em 2017, as Câmaras Africanas Extraordinárias (CAEs), tribunal especialmente criado pela União Africana e pelo Senegal para julgar o ex-ditador Hissène Habré por crimes cometidos durante o seu regime, confirmaram a sentença de prisão perpétua contra Habré. Apesar dessa vitória, a situação dos direitos humanos no país ainda encontra obstáculos. Há relatos de detenções de ativistas políticos e defensores dos direitos humanos e de fechamento de associações civis.



POLÍTICA EXTERNA

Para compreender a política externa chadiana, faz-se necessário analisar as relações do país com as grandes potências, com as nações vizinhas e também com as organizações africanas de integração.

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de extrema importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano é fator que, nos momentos de crise, influi na permanência ou queda dos governos estabelecidos. Foi assim na década de 1980, quando tropas francesas intervieram diretamente contra as tropas líbias e a favor de Hissène Habré, governante que, porém, não lograria contar com apoio francês em sua disputa com Idriss Déby Itno, em 1990. Este, por sua vez, foi apoiado militarmente pela França nos momentos de maiores tensões políticas. Atualmente, a França mantém em território chadiano, na capital N'Djamena, a base regional de sua Operação Barkhane, cujo objetivo é o combate ao terrorismo nos países do Sahel. Estima-se que aproximadamente 1.200 soldados franceses estejam estacionados no país.

Embora a França ocupe uma posição de hegemonia nos campos político e militar e seja parceiro-chave do Chade nos campos comercial e de investimentos, outras nações destacam-se também na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Os Estados Unidos foram o destino de 56,8% das exportações chadianas em 2016. Na área política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate a atividades terroristas no Sahel.

Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do consequente estabelecimento de relações com a China, em 2006, a presença deste país faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero, no qual as empresas chinesas tornaram-se atores-chave. A China foi, em 2016, é o quarto principal destino das exportações chadianas e o segundo principal fornecedor desse país.

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o primeiro país tem sido caracterizando pelos constantes rompimentos e reconciliações. Entre 2003 e 2010, a crise no Sudão teve consequências diretas para a estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses foram fontes de problemas de ordem política e humanitária para as autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Idriss Déby. Em janeiro de 2010, contudo, os países restabeleceram relações diplomáticas e militares.

A Líbia, país com que o Chade esteve rompido por muitos anos, ocupa, desde a chegada de Idriss Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de Muammar Kadhafî, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes



investimentos na infraestrutura chadiana. Dado esse relacionamento e preocupado com os efeitos da desestabilização líbia, o Presidente Idriss Déby criticou fortemente a intervenção de tropas estrangeiras em território líbio em 2011.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países são bastante intensas. O oleoduto que escoia a quase totalidade da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade. O porto camerounês de Douala é importante ponto de circulação para os produtos que entram e saem do Chade.

No continente africano, o Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Moussa Faki Mahamat, anteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, é o atual Presidente da Comissão da União Africana.

A CEMAC, formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intra-regionais; e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar o transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que, buscando evitar novos escândalos e isolar ainda mais a política monetária das pressões políticas, concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região – a paridade do Franco FCA com o Euro e a consequente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma – ainda não foi devidamente solucionado.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Esse objetivo, contudo, está longe de ser alcançado. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais impõem, segundo diversos analistas, baixa eficiência às atividades da organização.

Combate ao Terrorismo Internacional. O Chade é considerado por algumas potências mundiais como importante aliado no combate ao terrorismo internacional na região do Sahel. Verifica-se densa articulação dos países da região do Lago do Chade com atores extraregionais. Em abril de 2017, os EUA, por meio do



Comando Militar Norte-Americano para a África (AFRICOM), organizaram exercício militar conjunto com os países da Bacia do Lago do Chade, o primeiro desse formato, para apoiar os esforços nacionais de contraterrorismo.

Em 2014, o G5-Sahel – formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger – anunciou a criação de força regional de combate ao terrorismo e crime transnacional. Em fevereiro de 2017, a Resolução 2359 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas saudou o desdobramento da Força Conjunta G-5 Sahel. A região de maior preocupação é a fronteira Liptaki-Gourma, entre Níger, Mali e Burkina Faso, em razão do ressurgimento de grupos extremistas, entre os quais, o Katiba Macina, aliado do Ansar Dine, que opera no Mali.

A Força Conjunta do G-5 Sahel deverá empregar até 5.000 policiais e militares em ações de combate ao terrorismo. A União Europeia comprometeu-se a subvencionar a iniciativa em um montante de € 50 milhões anuais, conforme anunciado em junho de 2017. Os países do G-5 investirão, cada um, o total de € 10 milhões por ano.

Operações da Manutenção da Paz. O Chade é o 16º contribuinte de pessoal militar para Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). 99% do seu total de contingentes militares estão desdobrados na Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum produto de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Em termos regionais, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, por sua vez, mais árido, possuía menor densidade demográfica e peso econômico.

A economia do país, contudo, modificou-se com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebeu-se declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB. Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações



do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo, que, 2016, respondeu por 83,7% do total exportado.

Apesar das esperanças de desenvolvimento e de estabilidade política decorrente da implantação da nova economia, poucos objetivos políticos, sociais e econômicos foram efetivamente alcançados. A segurança nacional e a estabilidade política continuam ameaçadas pela existência de inúmeros grupos. As recorrentes crises alimentares, por sua vez, são fortes indícios de que as condições de vida da população pouco se alteraram.

Se a situação do país já não era positiva, o quadro piorou a partir de 2006, quando a produção petrolífera parou de crescer e, mais recentemente, quando se iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país.

Nesse contexto adverso, o PIB sofreu contração de 6,43% em 2016 e cresceu apenas 0,6% em 2017. O FMI avalia que a economia chadiana deve alterar a tendência negativa dos últimos anos e crescer acima dos 2% neste ano e acima dos 3% nos dois anos seguintes. Refletindo menor dinamismo econômico e impactadas pelos gastos com segurança e infraestrutura, as contas fiscais e externas deterioraram-se continuamente nos últimos anos, o que gerou uma série de atritos com os países doadores e com os órgãos multilaterais de crédito. A fim de diminuir os gastos públicos, em dezembro de 2017, o Presidente Idriss Déby Itno realizou sua mais recente reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

Perfil Energético. Possivelmente em razão da recorrente instabilidade institucional das últimas décadas, são escassos e desatualizados os dados disponíveis sobre o perfil energético do Chade, não obstante o potencial energético daquele país, sobretudo no setor de petróleo. É razoável, entretanto, supor que a biomassa tradicional ainda predomine amplamente na oferta primária total de energia, possivelmente superando participação de 90% entre as fontes disponíveis, o que se complementaria com combustíveis fósseis, quase sempre importados, apesar da produção local. No tocante à matriz elétrica, a capacidade instalada, em 2015, estava estimada em cerca de 47 MW, sendo a geração 100% dependente de derivados de petróleo (diesel ou óleo combustível). Estima-se que apenas 4% da população do Chade tinha acesso à energia elétrica, sendo a penetração do serviço equivalente a 14% em áreas urbanas e cerca de 1% em zonas rurais.

O Chade tem reservas de petróleo estimadas em 1,5 bilhões de barris, cifra pouco inferior ao do Gabão – tradicional produtor africano –, e a décima maior do continente. A maior bacia do país, na região conhecida como Doba, teria reservas equivalentes a 900 milhões de barris. O país teria também potencial para a exploração de gás natural. A prospecção no país teve início ainda na década de 60, sua primeira concessão foi aprovada em finais dos anos 80, mas a produção ganhou



impulso a partir da entrada em operação, em 2001, de oleoduto de pouco mais de mil quilômetros de extensão que atravessa o território de Cameroun para o escoamento do petróleo via instalação portuária daquele país. Em 2006, foi criada a estatal Sociedade de Hidrocarbonetos do Chade (SNT, na sigla em francês), que, por meio de parcerias com empresas locais e companhias petrolíferas internacionais – entre elas a ExxonMobil, Chevron, Shell, a malaia Petronas e a chinesa CNPC –, atua em diferentes segmentos da cadeia de valor do setor de petróleo e gás no país. Segundo estimativas de órgão de controle interno independente, as receitas governamentais derivadas do recebimento de *royalties* da produção de petróleo chegaram a alcançar cerca de 60% do orçamento nacional. Apesar da produção local, o Chade importa parte considerável dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de refino, equivalente a cerca de 20.000 barris/dia na única refinaria em funcionamento no país, situada desde 2011 na cidade de Djarmaya, que comumente opera abaixo de seu potencial.

Comércio e investimentos bilaterais. A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu maior patamar, US\$ 16,296 milhões. Desde então, houve uma redução significativa. Em 2016, a corrente de comércio totalizou US\$ 1,997 milhão e, em 2017, US\$ 822 mil. A pauta de comércio tem sido historicamente composta em sua quase totalidade por exportações brasileiras. Em 2016, por exemplo, não foram importados produtos chadianos. No ano passado, as exportações de carne de frango corresponderam a 96,9% do total exportado pelo Brasil. O Banco Central do Brasil não possui registro de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

A empresa Globoaves Agroavícola tenciona construir complexo agroindustrial avícola em Koundoul, no Chade. O investimento total está estimado em US\$ 70 milhões, com financiamento do BDEAC (40 milhões), do governo do Chade (22 milhões) e da própria empresa (8 milhões). Há expectativa de que o contrato seja assinado em breve, com a presença de representante do governo brasileiro, possivelmente a atual Encarregada de Negócios do Brasil em Iaundê.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960: O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye.
1965: Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.
1975: François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum.
1979: Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde.



1982: Hissène Habré assume o poder.
1990: Idriss Déby Itno assume a presidência do país, após golpe de Estado.
1992: A organização de partidos políticos de oposição é autorizada.
1996: Aprova-se, via <i>referendum</i> , constituição. Idriss Déby Itno é eleito Presidente.
2001: Idriss Déby Itno é reeleito presidente.
2004: Aprovam-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais.
2006: Idriss Déby Itno é reeleito.
2011: Idriss Déby Itno é reeleito.
2016: Idriss Déby Itno é reeleito para um quinto mandato de cinco anos.
Dezembro de 2017: O Presidente Idriss Déby Itno realiza sua mais recente reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

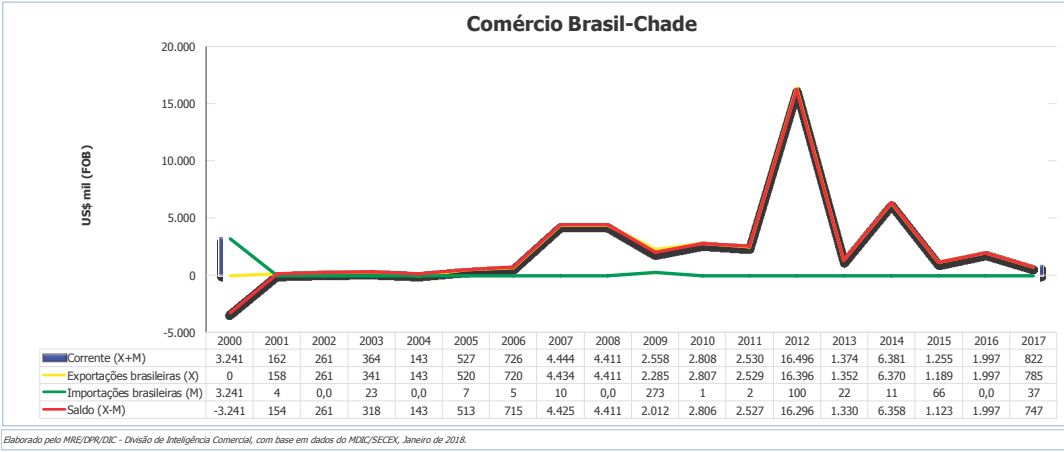
1996: Estabelecimento das relações diplomáticas.
2009: Início do projeto de cooperação técnica "Cotton-4", atualmente chamado "Cotton4+Togo".
2010: Visita da Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.
2012: Visita ao Brasil do Presidente Idriss Déby Itno, por ocasião da Rio+20.
2016: I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4+Togo, em Brasília (abril).

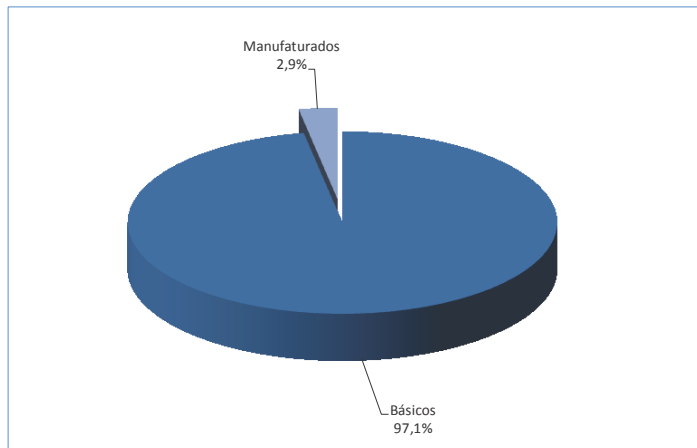
ACORDOS BILATERAIS

Não há nenhum acordo bilateral.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS





**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Janeiro de 2018.

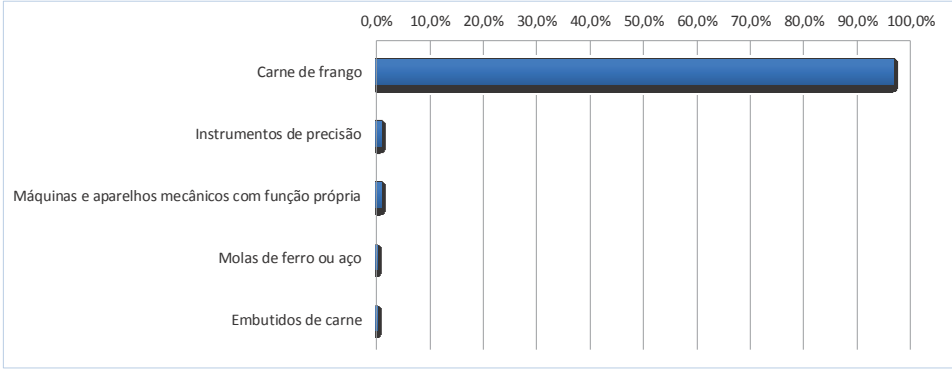


Composição das exportações brasileiras para o Chade (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne de frango	1.078	90,7%	1.354	67,8%	760	96,9%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	9	1,1%
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	0	0,0%	0	0,0%	7	0,9%
Molas de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	2	0,3%
Embutidos de carne	2	0,1%	8	0,4%	2	0,3%
Pneus novos	0	0,0%	336	16,8%	0	0,0%
Tratores	0	0,0%	196	9,8%	0	0,0%
Subtotal	1.080	90,8%	1.894	94,9%	780	99,4%
Outros	109	9,2%	103	5,1%	5	0,6%
Total	1.189	100,0%	1.997	100,0%	785	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

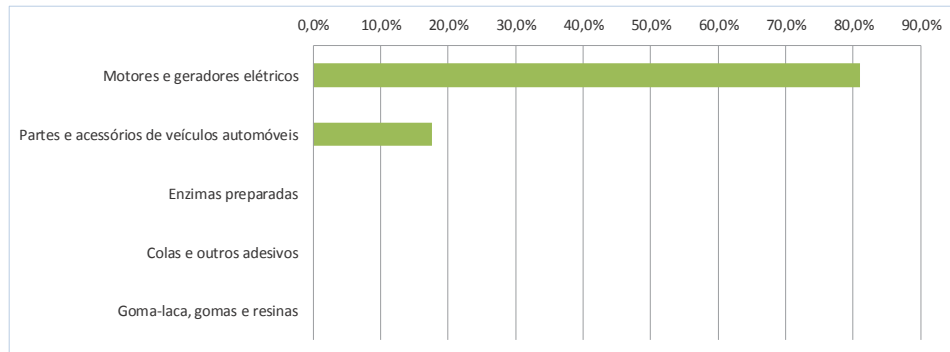


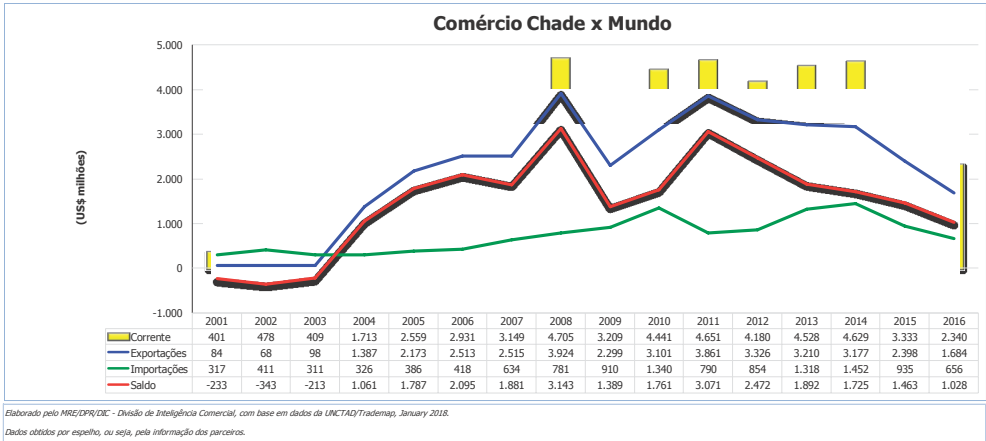
Composição das importações brasileiras originárias do Chade (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	0	0,0%	30	80,9%
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	0	0,0%	7	17,5%
Enzimas preparadas	49	74,1%	0	0,0%	0	0,0%
Colas e outros adesivos	6	9,1%	0	0,0%	0	0,0%
Goma-laca, gomas e resinas	6	9,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	61	92,3%	0	0,0%	37	98,5%
Outros	5	7,7%	0	0,0%	1	1,5%
Total	66	100,0%	0	0,0%	37	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017





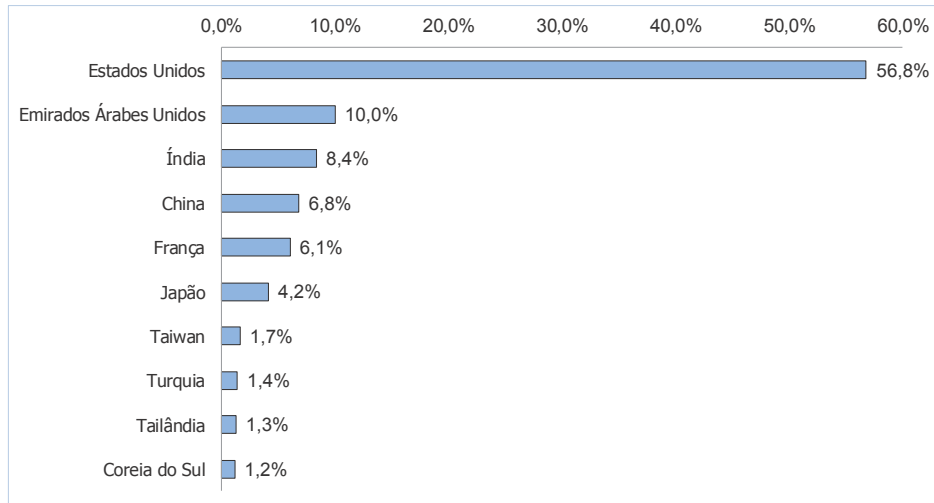
2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-set)	814	95	909	719
2017 (jan-set)	276	65	341	211



Principais destinos das exportações do Chade
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Estados Unidos	957	56,8%
Emirados Árabes Unidos	169	10,0%
Índia	141	8,4%
China	115	6,8%
França	102	6,1%
Japão	70	4,2%
Taiwan	28	1,7%
Turquia	24	1,4%
Tailândia	22	1,3%
Coreia do Sul	20	1,2%
...		
Brasil (77º lugar)	0,001	0,0%
Subtotal	1.648	97,9%
Outros países	36	2,1%
Total	1.684	100,0%

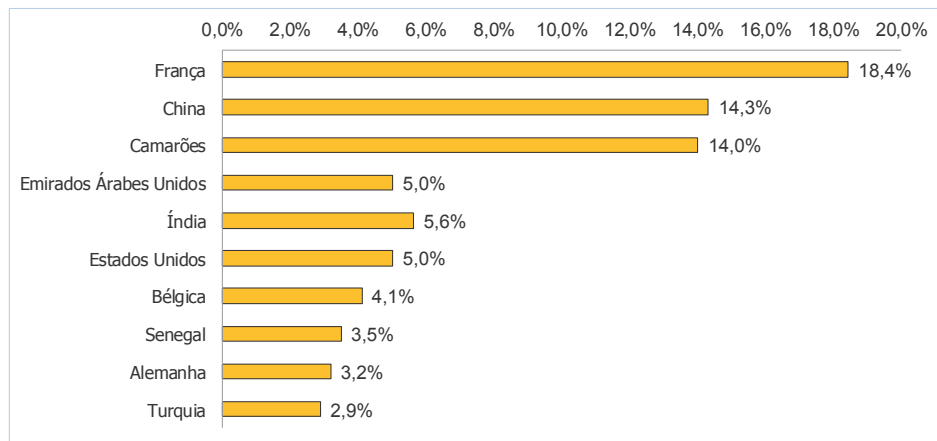
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Principais origens das importações do Chade
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
França	121	18,4%
China	94	14,3%
Camarões	92	14,0%
Emirados Árabes Unidos	33	5,0%
Índia	37	5,6%
Estados Unidos	33	5,0%
Bélgica	27	4,1%
Senegal	23	3,5%
Alemanha	21	3,2%
Turquia	19	2,9%
...		
Brasil (30º lugar)	2	0,2%
Subtotal	502	76,4%
Outros países	155	23,6%
Total	656	100,0%

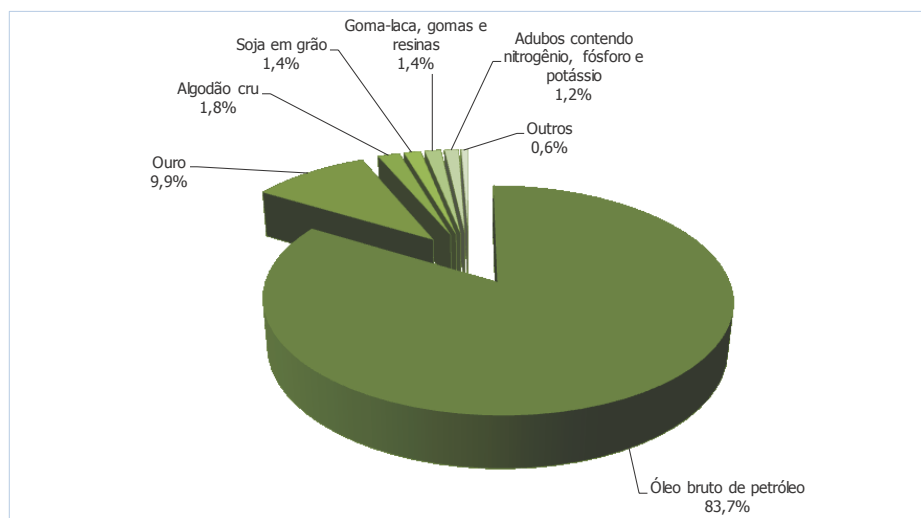
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Composição das exportações do Chade (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	1.409	83,7%
Ouro	167	9,9%
Algodão cru	31	1,8%
Soja em grão	24	1,4%
Goma-laca, gomas e resinas	23	1,4%
Adubos contendo nitrogênio, fósforo e potássio	20	1,2%
Subtotal	1.674	99,4%
Outros	10	0,6%
Total	1.684	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

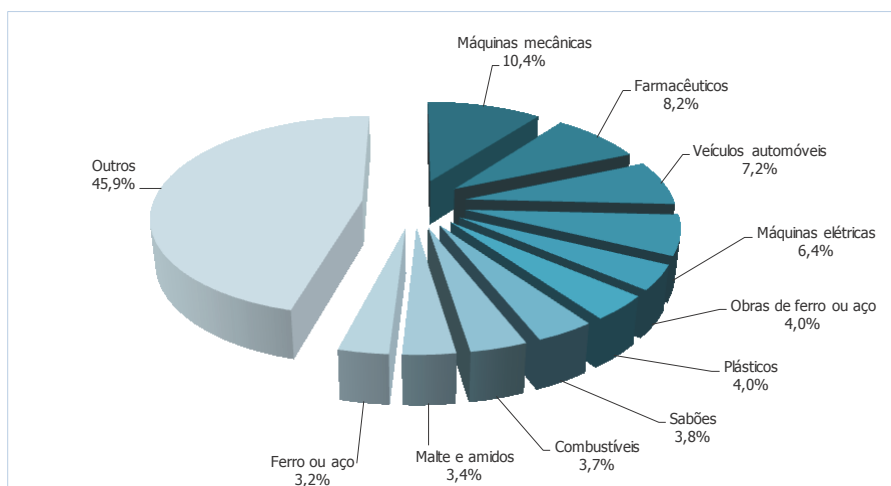


Composição das importações do Chade (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	68	10,4%
Farmacêuticos	54	8,2%
Veículos automóveis	47	7,2%
Máquinas elétricas	42	6,4%
Obras de ferro ou aço	26	4,0%
Plásticos	26	4,0%
Sabões	25	3,8%
Combustíveis	24	3,7%
Malte e amidos	22	3,4%
Ferro ou aço	21	3,2%
Subtotal	355	54,1%
Outros	301	45,9%
Total	656	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Chade

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-6,43%	0,60%	2,42%	3,13%	3,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,10	9,74	10,12	10,69	11,46
PIB nominal "per capita" (US\$)	852	799	811	835	873
PIB PPP (US\$ bilhões)	28,96	29,64	30,95	32,60	34,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.443	2.433	2.478	2.546	2.637
População (milhões habitantes)	11,86	12,19	12,49	12,80	13,12
Inflação (%) ⁽²⁾	-4,89%	0,73%	2,28%	2,68%	3,25%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-9,18%	-1,96%	-2,75%	-3,24%	-3,33%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,08	579,28	559,45	567,93	n.d.

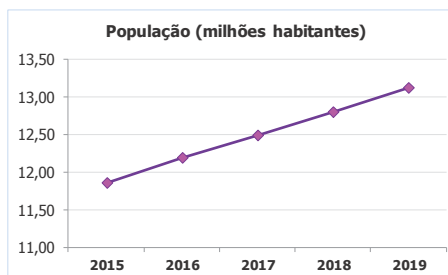
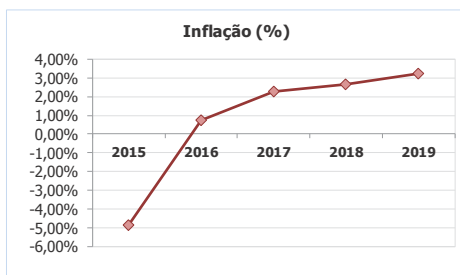
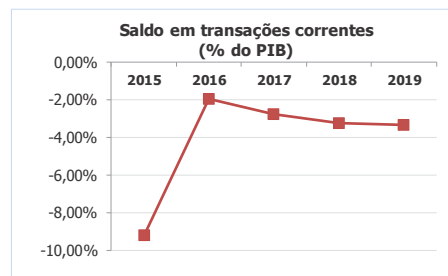
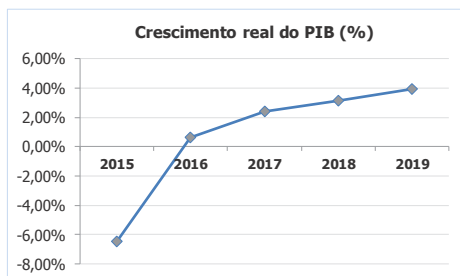
Origem do PIB (2016 Estimativa)

Agricultura	57,8%
Indústria	13,9%
Serviços	28,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Ofício do Ministério da Fazenda





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2018

Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



SEI/MF - 0392330 - Ofício

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar,
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2497 - e-mail gabinete.se.df@fazenda.gov.br

Ofício SEI nº 92/2018/SE-MF

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.101741/2018-97.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, encaminho, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, o endereço eletrônico a seguir por meio do qual podem ser acessados os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
2. Os dados relativos às dívidas consolidadas são extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
3. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF nº 43/2001, em conformidade com a Portaria STN nº 9, de 05 de janeiro de 2017, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF nº 43/2001, as informações pertinentes estão no arquivo “estados-e-municipios-operacoes-vedadas.pdf”.
4. No tocante ao art. 42 da RSF nº 43/2001, cabe informar que, atualmente, é vedada qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.
5. Vale ressaltar que tais informações encontram-se reunidas e publicadas mensalmente.



para consulta pública na página do Tesouro Nacional na internet, sob o título “Disponibilização dos Indicadores Fiscais e do Relatório ao Senado Federal”, no seguinte endereço eletrônico: tesouro.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento. As informações presentes naquele sítio eletrônico são atualizadas todo mês e estão dispostas nos seguintes anexos digitais:

a) estados-e-municipios-DCL-e-RCL.csv:

Posição de Endividamento dos Estados e Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I do art. 41 da RSF nº 43/2001.

b) estados-e-municipios-operacoes-de-credito-e-garantias.pdf:

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas, regularizadas, pendente de regularização ou arquivadas), incluindo o nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III do art. 41 da RSF nº 43/2001 e ao art. 24 da RSF nº 43/2001.

c) estados-e-municipios-operacoes-vedadas.pdf:

Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º do art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 9/2017;


Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme o art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 9/2017.

6. O trâmite das operações de crédito na STN poderá ser consultado por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito".

7. A descrição dos status presentes nos arquivos em PDF pode ser verificada na seção 5.1 do manual do SADIPEM, no seguinte endereço eletrônico: conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem.

8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e para, sob solicitação dessa Casa Legislativa, realizar melhorias no fluxo de informações de que tratam os dispositivos legais citados.

Respeitosamente,


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Secretário Executivo

Processo nº 17944.101741/2018-97.

SEI nº 0392330



À Comissão de Assuntos Econômicos.



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 72, DE 2018

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DESPACHO: À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SF/18779.60108-84



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências."

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. "

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



JUSTIFICAÇÃO

Assim como outros termos masculinos, a palavra “idoso” é usada para designar genericamente todas as pessoas idosas, sejam homens ou mulheres – embora mulheres sejam maioria na população de mais de 60 anos, fenômeno conhecido como “Feminização do Envelhecimento”.

Considerando não somente o respeito ao seu maior peso demográfico, mas também a necessidade de maior atenção estatal para a potencial dupla vulnerabilidade associada ao envelhecimento feminino, o *Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI* - tem recomendado a substituição ora advogada em todos os textos oficiais.

De forma coerente, o Conselho deliberou e solicitou recentemente ao Parlamento a modificação de sua própria nomenclatura, efetivando por meio da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, uma demanda recorrente nas quatro Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa.

Para além do maior respeito e melhor atenção às mulheres idosas, o termo “pessoa” também relembra a necessidade de combate à discriminação de gênero e à desumanização do envelhecimento, especialmente sensível para pessoas com demência ou deficiência, que dependem de cuidados de terceiros.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Oriunda da linguagem *“People First”* essa terminologia reflete a luta dessas pessoas pelo direito à dignidade e à maior autonomia possível, luta que compartilham com pessoas com deficiência, que já garantiram tal reconhecimento em nossa legislação, após décadas de tratamento por nomes indignos e inadequados. Neste ano de 2018, o Estatuto do Idoso celebrará 15 anos, onde alguns de seus artigos já foram aperfeiçoados e a sua nomenclatura também requer tal aperfeiçoamento.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**
PT/RS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
- artigo 1º
- Lei nº 13.502 de 01/11/2017 - LEI-13502-2017-11-01 - 13502/17
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13502>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de aplauso à empresa Moto Honda da Amazônia, pela liderança e destaque no setor de duas rodas brasileiro, conforme divulgação no caderno especial em comemoração aos 51 anos da Suframa, do Jornal A Crítica.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº DE

Sr Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de Aplauso à Honda à empresa **Moto Honda da Amazônia**, pela absoluta liderança e destaque no setor de duas rodas brasileiro, conforme divulgado no caderno especial em comemoração aos 51 anos da Suframa, do Jornal A Crítica do dia 28 de março de 2018. .

Diretor Institucional, Sr. Paulo Takeuchi, no endereço: Rua Juruá, n.160, Distrito Industria, CEP 69075 – 120, Manaus – AM

JUSTIFICAÇÃO

A Moto Honda da Amazônia foi a primeira fábrica da Honda, no Brasil. Construída em uma área de 489.560 m2, no Pólo Industrial de Manaus, a unidade representa o maior orgulho da Honda fora do Japão, no setor de duas rodas.

Inaugurada em 1976, a maior fábrica de motocicletas Honda em todo o mundo tornou-se um dos maiores empreendimentos do Polo Industrial de Manaus e é muito mais do que uma fábrica. Nas suas instalações, acontece um complexo




SF/18749.51381-40

processo produtivo em que são desenvolvidos também ferramentas e dispositivos necessários para a fabricação de motocicletas.

Para tanto, a Honda conta com mais duas unidades, localizadas na mesma planta: a Honda Tecnologia da Amazônia Indústria e Comércio, responsável pela fabricação e pela manutenção de moldes e ferramentas de produção, e a Honda Componentes da Amazônia, que responde pela fabricação de componentes e subconjuntos (escapamento, rodas, guidões e peças para chassis, entre outros).

Logo, no início de suas atividades, a fábrica ganhou notoriedade com a produção de seu primeiro modelo - a CG 125, líder em vendas, desde a sua entrada no mercado brasileiro. Símbolo de liberdade, economia e durabilidade, a motocicleta conquistou o consumidor, tendo superado, em 2001, o recorde de 2 milhões de unidades comercializadas.

Hoje, além da CG 125 Titan, a empresa produz outros dez modelos - C 100 BIZ, CG 125 Cargo, XLR 125, XR 200R, CBX 200 Strada, XR 250 Tornado, CBX 250 Twister, NX4 Falcon, CB 500 e VT 600C Shadow.

A Moto Honda investe, permanentemente, na aquisição de equipamentos de última geração e implementação de novos setores. Além disso, como parte de sua filosofia, realiza treinamentos periódicos a seus funcionários, visando à reciclagem de conhecimentos e o aprimoramento profissional.



De acordo com o Jornal A Crítica de 28/02/2018, a Honda é líder do mercado brasileiro em duas rodas com 80% da preferência dos motociclistas nacionais. Sua fábrica no Polo Industrial de Manaus (PIM) é a maior do grupo japonês no mundo e até o momento já produziu 23 milhões de motos.

Exportando para 30 países e com grande capacidade de renovação tecnológica, ela se apresenta com o que há de mais avançado no setor e se prepara para o lançamento de vários modelos.

Sendo assim, em reconhecimento aos excelentes resultados conquistados pelo grupo japonês e por todos os empregos gerados na Zona Franca De Manaus graças aos investimentos que a Moto Honda da Amazônia vem fazendo em nossa região há décadas, é que, com muito orgulho, requeiro este Voto de Aplauso, extensível a todos os seus colaboradores.

Sala das Sessões, 5 de março de 2018.

Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)

SF/18749.51381-40





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do RISF, inserção em ata de voto de congratulações e aplausos à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), pela passagem de seus 51 anos de fundação, comemorados nesta quarta – feira, 28 de fevereiro do corrente ano.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº DE

Sr. Presidente.,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso À Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA),, pela passagem de seus 51 anos de fundação, comemorados nesta quarta – feira, 28 de fevereiro do corrente ano.

Seja encaminhada à sede da Suframa, na pessoa de seu Superintendente, **Appio da Silva Tolentino**, no endereço sito à Avenida Ministro Mário Andreazza, 1.424, Distrito Industrial, Manaus/AM - CEP: 69075-830,

JUSTIFICAÇÃO

O Pólo Industrial de Manaus foi inicialmente concebido pelo então deputado federal amazonense Francisco Pereira – o Pereirinha - que apresentou o Projeto de Lei nº 1.310, em 23 de outubro de 1951, na Câmara dos Deputados. Emendado pelo deputado Maurício Joppert, foi convertido na Lei 3.173, de 06 de junho de 1957, transformando o porto em Zona Franca de Manaus. O Decreto nº 47.754, de 02 de fevereiro de 1960 regulamentou sua criação. No entanto, o PIM só entrou em vigor, efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando foi reestruturado pelo Decreto Lei nº 288, de mesma data.





SF/18055.12416-87

Criada para a administração das instalações e serviços da Zona Franca, promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da ZFM e prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas, na elaboração ou execução de programas de interesse que atendam ao projeto Zona Franca, a Suframa, em sua fase atual consolida o processo de revisão de seu planejamento estratégico, em que melhor configura o desempenho da sua função de agência de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, incrementa projetos para o fortalecimento do PIM e de aproveitamento de potencialidades regionais.

A autarquia trabalha, ainda, no aprofundamento e aperfeiçoamento da função de fomento e fiscalização de projetos finalísticos (industriais, agropecuários, etc.); institucionalização da função de agência de desenvolvimento (execução de estudos, fomento a projetos-meio, infraestrutura, P&D etc.); na expansão e integração de atividades de prospecção tecnológica, inteligência comercial e de planejamento estratégico, e na expansão de atividades de estudos e pesquisas sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia Ocidental.

A Zona Franca evoluiu nos últimos 51 anos. E com ela, a cidade de Manaus. Se, em 1967 o Rio Amazonas credenciava-se como uma das mais importantes rotas de entrada de produtos estrangeiros no Brasil, hoje, mais do que isso, Manaus tornou-se um polo industrial com linhas de produção destinadas ao mercado nacional e internacional. Isso evidencia a constante metamorfose pela qual passou a economia da capital do Estado nestas últimas décadas, sempre catalisada pelos investimentos na Zona Franca. E hoje, ao completar 51 anos



de existência, a Zona Franca de Manaus ostenta progressiva saúde financeira, produtiva e empregatícia, representando para o estado do Amazonas a principal e mais lucrativa locomotiva industrial.

E foi a Suframa que sempre esteve à frente do fortalecimento de atividades e serviços diretamente associados à exploração racional dos recursos da Amazônia, como o turismo ecológico, pesquisas no ramo da biotecnologia, indústrias de fármacos, beleza, alimentação, entre outras.

Portanto, já está comprovado que esses 51 anos da Zona Franca de Manaus são somente o prelúdio de uma longa história que ainda deverá acontecer. Por isso, tenho a convicção de que os próximos 50 anos da ZFM serão de mais desenvolvimento, mais renda, mais preservação do meio ambiente, redução das desigualdades regionais, e, sobretudo, mais inclusão social ao povo amazonense e todos os demais Estados da Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia e Roraima), além das cidades de Macapá e Santana, no Amapá, áreas de abrangência da Suframa.

Sendo, portanto, uma data de grande significado para o Estado do Amazonas e toda sua gente é que solicitamos este voto de aplauso, em comemoração aos 51 anos do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e da autarquia Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o qual deve ser estendido a todos os seus servidores.





Sala das Sessões, 1º de março de 2018.

Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2018

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2018, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômico, além da Comissão constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº , DE 2018 -

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2018, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômico, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sala das sessões,

Senador OTTO ALENCAR



Término de prazo



Encerrou-se em 2 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2017 - Complementar.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PDT - Sérgio de Castro* (S)
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-PSB - Elber Batalha* (S)
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Sérgio de Castro.	PDT / ES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
---------------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
---------------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio de Castro* (Bloco-PDT-ES)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>PMDB - 20</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Roberto Rocha (37,54,110,158)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Moraes - PP (39,122,130,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 0</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148) Sérgio Petecão (10,132,151) Wilder Moraes (39,122,130,147)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p>Majoria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otávio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Helena Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 23/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airtton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.

**. Em 01.03.2018, foi lido o Requerimento nº 66, de 2018, que prorroga o prazo da CPI até o dia 23.03.2018.

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)

2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).

3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airtton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)

4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)

5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).

6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,21,22)	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(3,22,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(6,18,19)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferrão, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDem).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) ^(19,22,23)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPPO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ (Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE

PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador	Fernando Collor (PTC-AL)
PSC	
Senador	Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB	
Senador	Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE
	PROS

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PSB
	VAGO
	PDT
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	PCdoB
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	REDE
	PTC
	PODE
	PROS

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		PMDB
VAGO		PMDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

Atualização: 29/11/2016**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

